



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL



SEÇÃO II

ANO XXIII - N.º 133

SÁBADO, 10 DE AGOSTO DE 1968

BRASÍLIA - D F

SENADO FEDERAL

ATA DA 143.ª SESSÃO EM 9 DE AGOSTO DE 1968

2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. GILBERTO MARINHO, GUIDO MONDIN E AARÃO STEINBRUCH

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira — Clodomir Millet — Menezes Pimentel — Duarte Filho — Manoel Villaça — Argemiro de Figueiredo — José Ermírio — Arnon de Mello — Josaphat Marinho — Carlos Lindenbergs — Aarão Steinbruch — Vasconcelos Tórres — Gilberto Marinho — Benedicto Valladares — Armando Storni — Fernando Corrêa — Bezerra Neto — Mello Braga — Celso Ramos — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1.º-Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

EXPEDIENTE RECEBIDO

Lista n.º 14, de 1968

Em 8 de agosto de 1968

Comunicação de eleição e posse:

— da Diretoria e Conselho Fiscal da Sociedade Beneficente "Primeiro de Junho", Belém — PA;

- da nova Diretoria da União dos Operários e Trabalhadores de Juazeiro do Norte — CE;
 - dos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Boqueirão dos Cochos — PB;
 - da Diretoria do Centro Proletário "Alberto de Brito", João Pessoa — PB;
 - da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo, da Sociedade de Proteção aos Animais "João Ramos", Recife — PE;
 - da nova Diretoria da Loja Fraternidade Conquistense, Vitória da Conquista — BA;
 - da Diretoria do Sindicato Rural de Itarana — ES;
 - da nova Diretoria da Associação de Engenheiros da E. F. Central do Brasil — GB;
 - do Vereador José Augusto de Azevedo, para Presidente da Câmara Municipal de Bariri — SP;
 - da Diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná — PR;
 - da Diretoria do Centro das Indústrias de Minas Gerais — MG.
- Solicitações para aprovação do Projeto de Lei n.º 65/68:**
- do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas — SP;
 - da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil de São Paulo — SP;
 - da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco — PE;
- Diversos:**
- do Sr. Danilo Duarte de Mattos, Governador do Amazonas,
- comunicando haver reassumido o Governo depois de regressar dos Estados Unidos;
- do Sr. Ruy Araujo, Vice-Governador e Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, comunicando haver reassumido a Presidência daquele Assembléia;
 - do Sr. Aloysio Costa Chaves, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, PA, solicitando a remessa dos autógrafos do Projeto de Lei n.º 87/68, para sanção, pelo Governo que se instalará, provisoriamente, naquele Estado, a partir do dia 5 de agosto;
 - do Sr. José Formigosa Neto, Vice-Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião da Boa Vista — PA, Ofício n.º 20/68, comunicando o encerramento dos trabalhos ordinários do primeiro período do corrente ano;
 - do Vice-Governador do Piauí, Presidente da Assembléia Legislativa, associando-se às homenagens prestadas à memória do ex-Senador Joaquim Pires Ferreira, pela passagem do primeiro centenário de nascimento do ilustre vulto;
 - do Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba, encaminhando apelo daquela Assembléia, no sentido de que seja aprovada a emenda admitindo mais racional critério na distribuição dos recursos dos arts. 34 e 18, para que sejam解决ados problemas sociais;
 - da Câmara Municipal de Recife — PE, aplausos ao Exm.º Sr. General Lyra Tavares, Ministro do Exército, por haver condecorado

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA

SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA

Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO

Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO

Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Assinatura Via Superfície

Semestre NCr\$ 20,00
Ano NCr\$ 40,00

Número avulso NCr\$ 0,20

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de NCr\$ 0,02.

Assinatura Via Aérea

Semestre NCr\$ 40,00
Ano NCr\$ 80,00

rado o Senador F. Pessoa de Queiroz, com a Medalha do Pacificador;

— do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, encaminhando um estudo do problema da reforma agrária e dizendo da necessidade da aplicação do Decreto n.º 57.020 como condição essencial à realização e êxito do plano global de reforma agrária em nossa zona canavieira;

— do Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, solicitando aprovação do IV Plano-Diretor da SUDENE, que reflete anseio do povo nordestino;

— do Presidente da Associação Brasileira de Gerontologia — Ligião Brasileira de Inativos, solicitando apoio às solenidades comemorativas do centenário da Fundação Imperador Pedro II — GB;

— do Presidente da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, GB, agradecendo lei que

proíbe discriminação contra mulher;

— do Sr. Samuel Duarte, Presidente da O.A.B., solicitando apoio ao Projeto n.º 59, apresentado ao Congresso Nacional pelo Senador Pereira Diniz, GB;

— convite do Comando do Corpo de Bombeiros, GB, para solenidade comemorativa do seu 112.º aniversário a se realizar no dia 2 de julho, GB;

— da Ordem dos Advogados do Brasil — GB, agradecendo ter sido levado a conhecimento o teor do parecer do Conselheiro Sérgio Ferraz, relativo ao Projeto n.º 4.604-A, de 1962;

— do Governador Negrão de Lima — GB, agradecendo comunicação da promulgação da Resolução n.º 35, de 1968, que suspende a execução, em parte, do artigo 48 do Decreto-Lei n.º 314, de 13 de março de 1967;

— da Sra. Romy Medeiros da Fonseca, Presidente do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil,

apresentando felicitações por motivo da aprovação da lei contra a discriminação entre sexos;

— da Sra. Pereira Queiroz, Presidente da Associação Brasileira de Mulheres Universitárias, apresentando simpatia pela Lei n.º 15.473;

— agradecimento do Dr. Mário Vieira de Carvalho, Secretário do Fórum da Justiça Federal, GB, pela aprovação do Projeto n.º 1.405/68, que reajusta vencimentos dos servidores da Justiça Federal;

— do Sr. Alcides Braga, representando grupo de colegas servidores do IPASE, Rio — GB, solicitando urgente tramitação e aprovação do Projeto n.º 207, relativo à contagem de tempo de serviço em empresas particulares;

— do Deputado José de Souza Marques, da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, apresentando uma emenda à Constituição Federal, alterando

- o texto que estatui o auxílio do Estado à educação da mocidade;
- do Sr. Nestor Jost, presidente do Banco do Brasil S.A., GB, enviando relatório das atividades no ano de 1967;
- do Sr. Rubem Tavares de Menezes — Vice-Presidente do Conselho Diretor da Associação Beneficente dos Agentes Fiscais do Impôsto Aduaneiro — GB, remetendo exemplar n.º 7/8 da sua Coleção Ementários;
- do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, GB, favorável ao projeto de lei que dispõe sobre a remuneração mínima dos Bacharéis em Direito, com relação a emprêgo, na profissão de Advogado;
- requerimento do Vereador Antônio Pôrto, da Câmara Municipal de Nilópolis — RJ, no qual requer um voto de congratulação ao Exm.º Sr. Mário Andreazza, Ministro dos Transportes, pela capacidade, espírito de trabalho e amor patriótico que vem empreendendo em seu Ministério;
- da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Barra Mansa — RJ, solicitando provisões para regularização, na indústria e comércio fluminenses, das alíquotas do Impôsto de Circulação de Mercadorias.
- dos Trabalhadores Sindicalizados, Integrados nas Cooperativas Habitacionais, apelando no sentido de não permitir inclusões ao projeto do Ministério da Justiça, de artigos revogando instrumento particular e restabelecendo instrumento público plano nas transações de interesse social;
- do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo — SP, solicitando aprovação urgente projeto n.º 2.803, interesse aposentadoria profissionais mais quarenta anos de atividades;
- do Sr. Teófilo A. Costa, por decisão geral dos instrumentos de pilotagem reunidos em Marília — SP, encaminhando Memorial, pedindo para que sejam estu-
dados e resolvidas as dificuldades em que se encontram devido ao corte de verbas do Ministério da Aeronáutica;
- da Câmara Municipal de Jundiaí — SP, enviando Requerimento n.º 3.132, de autoria do Vereador Hermenegildo Martinei;
- do Instituto dos Advogados de São Paulo — SP, manifestando-se contrário a aprovação do projeto 1.191/68 e fazendo um apelo para que não permitam e combatam qualquer projeto que vise a alterar os dispositivos da Lei n.º 4.215;
- do Sr. Arthur de Souza Valle, Membro da IV Convenção Médico-Missionária da Organização Adventista, dizendo do sucesso da mesma — SP;
- da Federação do Comércio do Estado de São Paulo — SP, submetendo à apreciação, considerações a respeito do projeto de lei que visa a alterar a Legislação da Duplicata;
- da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu — SP, protestando contra violências na Guanabara;
- da Câmara Municipal de Ribeirão Preto — SP, solicitando urgentes estudos sobre o Seguro Obrigatório de Veículos;
- da Câmara Municipal de Ribeirão Preto — SP, solicitando seja sustado aumento constante do preço da energia elétrica em todo o País;
- da Câmara Municipal de Ribeirão Preto — SP, apresentando congratulações pela conclusão do majestoso Edifício "Palácio Zarzur e Kogan", na Capital do Estado;
- da Câmara Municipal de Suzano — SP, requerimento solicitando seja instalado, naquele Município, na agência do correio local, os serviços de telex;
- da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista — SP, apelo no sentido da regulamentação de Impôsto de Circulação de Mercadorias, que aflige os lavradores e pequenas Indústrias;
- da Sra. Maria Mesquita de Motta e Silva, Presidenta do Movimento de Arregimentação Feminino, solicitando seja procurado um meio de aumentar substancialmente as verbas destinadas à Educação;
- do Sindicato dos Médicos de São Paulo — SP, comunicando novo endereço à Rua Maria Paula, 78;
- da Câmara Municipal de Estância de Atibaia — SP, enviando número exato de habitantes daquele Município em resposta ao Telegrama n.º 98;
- da Prefeitura Municipal de Taquaritinga — SP, convidando para inauguração das primeiras unidades residenciais do "Núcleo Habitacional Tallavakso" a realizar-se dia 30 de junho;
- da Câmara Municipal de Suzano — SP, apresentando voto de pesar pela morte da Sra. Darcy Vargas;
- da Ordem dos Advogados do Brasil, emenda ao Projeto n.º 130/64, do Deputado Francisco Amaral;
- da Indústria Brasileira de Automóveis "Presidente" comunicando haver coberto ofertas feitas por grupos alienígenas, para a compra da Fábrica Nacional de Motores S.A.;
- da Associação dos Advogados de São Paulo — SP, enviando cópias de pareceres ao Projeto de Lei n.º 539-A/67, de autoria do Deputado Aniz Badra;
- da Associação dos Advogados de São Paulo — SP, pela rejeição do Projeto de Lei n.º 28/68, de autoria do Senador Aarão Steinbruch, limites aos reajustes dos aluguéis residenciais;
- da Associação dos Advogados de São Paulo — SP, pela aprovação do Projeto de Lei n.º 75/68, que objetiva a concessão de franquia postal para as precatórias criminais;
- da Câmara Municipal de Quintana — SP, solicitando providências para que seja amparada a agricultura;

- do Governador de Florianópolis—SC, Sr. Ivo Silveira agradecendo ofício no qual se presta informações a respeito da Promulgação da Resolução n.º 45, de 1968;
- da Prefeitura Municipal de Trombudo Central—SC, encaminhando cópia da Lei Municipal n.º 196, de junho de 1968, que cria o Centro de Ensino Técnico Municipal Orientado, para o trabalho;
- da Câmara Municipal de Videira—SC, solicitando um reexame no Decreto que estabeleceu o horário de verão, visando a sua revogação ou à exclusão da religião do extremo sul do País;
- do Dr. Mário Petrelli, Presidente da Conferência Brasileira de Seguros Privados e Capitalização, Curitiba—PR, anexando o Regulamento-Geral, a constituição da Comissão Organizadora e da Diretoria;
- do Sr. Carlos Hofmeister Filho, Diretor-Geral de Departamento de Esportes do Estado do Rio Grande do Sul—RS, comunicando o recebimento da proposição, que recebeu o n.º 5, da presidência da Federação Sul Rio-Grandense de Caça e Tiro;
- do Sr. Antônio Carlos Pôrto, Presidente do XII Congresso Nacional dos Jornalistas, solicitando aprovação para o Projeto que regula a profissão de Jornalistas;
- da Congregação Espiritualista de Umbanda do Rio Grande do Sul—RS, comunicando ser o órgão federativo oficial da religião no Rio Grande do Sul;
- da Câmara Municipal de Alegrete—RS, indicação de autoria do Vereador Gustavo Perfeito, com relação a aplicação de recursos à agricultura;
- da "Revista A Granja", solicitando seja enviado relação com endereços de todos os Senadores a fim de que sejam enviados exemplares da revista—RS;
- do Sr. Pery Rocha França, comunicando aos Srs. Senadores, abatimento concedido nas Hi-

- drominas para estada durante as férias Belo Horizonte—MG;
- da Câmara Municipal de Uberaba—MG, requerimento de autoria do Vereador Israel José da Silva, no sentido de se encontrar a solução para o problema oferecido, e que agradece;
- da Associação Beneficente dos Ferroviários de Divinópolis—MG, solicitando informações a respeito do andamento do Projeto de Lei n.º 73/67, que dispõe sobre contagem de tempo de serviço ativo prestado às Forças Armadas, para fins de aposentadoria no serviço público e no I.N.P.S.;
- do Dr. Fiorimurano, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Bela Vista—MT, solicitando sejam sustadas providências, que a seu ver são infaustas em relação ao Decreto de desapropriação de terra no Km 150 da Faixa de Fronteira;
- da Associação de Crédito e Assistência Rural de Mato Grosso comunicando a instalação do 1.º Conclave dos Municípios do Centro-Sul do Estado—MT;
- do Chefe da Subprocuradoria Vicente Landim de Macedo—DF agradecendo e acusando recebimento das publicações solicitadas;
- do Chefe do Gabinete do Ministro do Interior, Sr. Expedito Quintas—DF, comunicando a instalação, no 21.º andar, sala 5, do Anexo 1, do Edifício da Câmara dos Deputados, sob a direção do funcionário José William Chianca, a Assessoria Parlamentar daquele Ministério;
- do Dr. Veltó Mourão Crespo, Chefe da Circunscrição—DF, do Ministério da Saúde, enviando 1 exemplar do Boletim Informativo correspondente ao primeiro trimestre do corrente ano;
- da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal, apcianando o Projeto n.º 69-A, de 1967, que dispõe sobre a remuneração mínima dos Bacharéis em Direito que exercem, com relação de

emprêgo, a profissão de Advogado.

OFÍCIOS

Do Primeiro-Secretário da Câmara Dos Deputados

N.º 3 109, de 8 do corrente mês — com referência à aprovação do Projeto de Lei do Senado n.º 8/67, que modifica o item III do art. 178 da Lei n.º 1.711, de 28-10-52 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União). (Projeto enviado à sanção em 8-8-68.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Sobre a mesa Requerimento de Informações que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N.º 951, DE 1968

Sr. Presidente

Requeiro, regimentalmente, se oficie ao Poder Executivo, a fim de que o Ministério dos Transportes informe:

I — as razões por que, até o momento, a Rêde Ferroviária Federal S.A. não deu cumprimento à decisão da Justiça do Trabalho, adotada no dissídio coletivo de natureza jurídica, n.º 2/1966, através da qual o Tribunal Superior do Trabalho deu ganho de causa aos ferroviários na questão relativa à diferença salarial devida em virtude da Lei n.º 4.345, de 1964, e da Lei n.º 4.564, também de 1964.

Justificação

Decisão da mais alta corte da Justiça Trabalhista, tomada há mais de dois anos, ainda não foi cumprida, inexplicavelmente. Não se diz por que, nem, tampouco, se anuncia a época em que será cumprida. Evidentemente, aqueles que foram por ela beneficiados, os ferroviários da R.F.F. S/A que, desde 1964, foram reajustados em seus vencimentos em proporção ínfima em relação a todas as categorias de trabalhadores do País, se encontram em angustiante necessidade da liberação das diferenças que a decisão do T.S.T. lhes garantiu. Incontáveis solicitações temos

recebido no sentido de desvendar esse silêncio e essa inação que se formaram em torno do assunto, sem qualquer justificativa, em flagrante ilegalidade.

Dai o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1968. — Aarão Steinbruch.

Senador Aarão Steinbruch

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Sr. Presidente, peço a palavra para uma justificação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Tem a palavra V. Ex.^a

O SR. AARÃO STEINBRUCH (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não se justifica que decorrido tão largo espaço de tempo após a decisão da mais alta Corte da Justiça Trabalhista, tomada há mais de dois anos, ainda não tenha sido cumprida, inexplicavelmente. Não se diz por que, nem, tampouco, se anuncia a época em que será cumprida. Evidentemente, aquêles que foram por ela beneficiados, os ferroviários da R.F.F. S/A que, desde 1964, foram reajustados em seus vencimentos em proporção ínfima em relação a todas as categorias de trabalhadores do País, se encontram em angustiante necessidade da liberação das diferenças que a decisão do T.S.T. lhes garantiu. Incontáveis solicitações temos recebido no sentido de desvendar esse silêncio e essa inação que se formaram em torno do assunto, sem qualquer justificativa, em flagrante ilegalidade.

Dai por que encaminhei à Mesa requerimento de informações, a fim de que se salba por que a Leopoldina não cumpriu essa decisão da mais alta Corte de Justiça transitada em julgado há alguns anos. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Sobre a mesa requerimento de informações, cuja leitura será feita pelo Sr. 1.^o-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO
N.^o 952, DE 1968

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério

das Minas e Energia, as seguintes informações:

- 1.^a) Qual a situação em que se encontra a instalação para produzir enxôfre no nosso País:
 - a) proveniente do aproveitamento do xisto oleoso do Paraná?
 - b) Proveniente do tratamento dos resíduos piritosos do carvão de Santa Catarina?
- 2.^a) Qual o tamanho e qual o estado de andamento da construção dessas instalações? Onde estão localizadas?
- 3.^a) Qual a reserva provada e inferida do País de enxôfre proveniente dessas duas fontes?
- 4.^a) Existe alguma providência tomada sobre a extração do enxôfre de petróleo importado pelo País?
- 5.^a) Há alguma região onde esteja sendo explorado ou estudada a exploração do enxôfre nativo? Existem em andamento pesquisas e lavras? Onde estão instaladas? Em caso afirmativo, quantas são?

Justificação

Sem dúvida o mundo moderno está consciente de que todo país, carente de enxôfre, é uma nação vulnerável, pois, geralmente se mede o seu desenvolvimento através do consumo de ácido sulfúrico. Os países que o exportam fazem, como acontece geralmente com as outras exportações, remessa do pior e mesmo assim a preços cada vez mais elevados. A prova disso está que em cerca de três anos o seu preço subiu de 22 para 50 dólares a tonelada. A tendência é o agravamento da situação em virtude do aumento do consumo. Todos os principais países do mundo, inclusive os Estados Unidos, estão montando instalações de recuperação do enxôfre do petróleo, dos produtos piritosos e até do gesso. Esta a razão porque vemos cada vez mais necessária a implantação de uma política atualmente no setor a fim de, dentro de pouco tempo, atingirmos auto-suficiência para o consumo.

Como exemplo dessa política, temos o exemplo do México que, tendo adquirido 66% da empresa "Azufrera Pan Americana" já aumentou a sua produção, no ano passado, em 1.800.000 toneladas, figurando como o segundo produtor mundial de enxôfre pelo processo "Frasch". No Brasil existem várias regiões com indícios de enxôfre e certamente se não há nenhuma instalação para produção desse produto é porque essas pesquisas devem estar em mãos de interesses não conciliáveis com o desenvolvimento nacional.

É o requerimento.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1968. — José Ermírio.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador José Ermírio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, como justificação ao meu requerimento ao Ministério das Minas e Energia, quero dizer que este é um metalóide da mais alta importância para o País.

(Lendo)

Sem dúvida, o mundo moderno está consciente de que todo país carente de enxôfre é uma nação vulnerável, pois, geralmente se mede o seu desenvolvimento através do consumo de ácido sulfúrico. Os países que o exportam fazem, como acontece geralmente com as outras exportações, remessa do pior e mesmo assim a preços cada vez mais elevados. A prova disso está que em cerca de três anos o seu preço subiu de 22 para 50 dólares a tonelada. A tendência é o agravamento da situação em virtude do aumento do consumo.

Todos os principais países do mundo, inclusive os Estados Unidos, estão montando instalações de recuperação do enxôfre do petróleo, dos produtos piritosos e até do gesso. Esta a razão porque vemos cada vez mais necessária a implantação de uma política atualmente no setor a fim de, dentro de pouco tempo, atingirmos auto-suficiência para o consumo. Como exemplo dessa política, temos o exemplo do México que, tendo adquirido 66% da empresa "Azufrera Pan Americana" já aumentou a sua

produção, no ano passado, em 1.800.000 toneladas, figurando como o segundo produtor mundial de enxófre pelo processo "Frasch". No Brasil existem várias regiões com indícios de enxófre e certamente se não há nenhuma instalação para produção desse produto é porque essas pesquisas devem estar em mãos de interesses não conciliáveis com o desenvolvimento nacional.

É a razão do meu requerimento, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
N.º 953, DE 1968

Sr. Presidente.

Requeiro, regimentalmente, se oficie ao Poder Executivo, a fim de que o Departamento Administrativo do Pessoal Civil (D.A.S.P.) informe sobre o seguinte:

I — Quals as medidas ou providências em andamento no sentido da reestruturação ou do reenquadramento da classe de Telefonistas do ex-SAMDU (hoje I.N.P.S.);

II — Em que condições se situará a referida classe, no novo enquadramento.

Justificação

A laboriosa classe de telefonistas, que serve aos Postos do ex-SAMDU (hoje, I.N.P.S.), conserva-se, já há bastante tempo, na expectativa de seu reenquadramento em níveis compatíveis à responsabilidade de seus encargos, já que se situam, quanto à sua classificação, no acanhado padrão 6. É uma classe que tem a seu cargo o controle das chamadas, dos atendimentos de urgência e de um sem número de providências concernentes às altas finalidades do Serviço Médico Domiciliar e de Urgência. Enquanto não se concretizam providências que vão ao encontro de suas expectativas e aspirações, vêem os integrantes dessa classe atendidos reclamos de outras categorias funcionais que servem a seu lado, como,

por exemplo, é o caso dos auxiliares de serviço médico, que há pouco obtiveram o seu reenquadramento no nível 9.

A finalidade do presente requerimento é, assim, a de procurar elementos que permitam esclarecer aqueles dedicados servidores quanto às medidas que se encontram em andamento no D.A.S.P., de modo a minorar a angustiosa expectativa em que se acham, principalmente quando vêem, como disse, em seu detimento, serem beneficiados colegas seus, de outras seções do mesmo Serviço.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1968. — Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Os requerimentos lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu os seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Sen. Lino de Mattos

N.º 926/68, ao Ministério da Agricultura;

N.º 928/68, ao Ministério das Minas e Energia;

N.º 929/68, ao Ministério da Fazenda;

N.º 930/68, ao Ministério da Justiça;

N.º 931/68, ao Ministério da Educação e Cultura;

N.º 932/68, ao Ministério do Planejamento;

N.º 933/68, ao Ministério Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil;

N.º 934/68, ao Ministério Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil;

N.º 938/68, ao Ministério das Minas e Energia.

De autoria do Senador Mário Martins

N.º 927/68, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

De autoria do Senador Dylton Costa

N.º 935/68, ao Ministério da Educação e Cultura.

De autoria do Senador Paulo Torres
N.º 936/68, ao Ministério das Minas e Energia.

De autoria do Senador Guido Mondin
N.º 937/68, ao Ministério da Educação e Cultura.

De autoria do Sen. Vasconcelos Tôrres
N.º 939/68, ao Ministério da Agricultura;

N.º 940/68, ao Ministério da Agricultura;

N.º 941/68, ao Ministério dos Transportes;

N.º 942/68, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social;

N.º 943/68, ao Ministério da Indústria e do Comércio;

N.º 944/68, ao Ministério dos Transportes;

N.º 945/68, ao Ministério da Educação e Cultura;

N.º 946/68, ao Ministério dos Transportes;

N.º 947/68, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social;

N.º 948/68, ao Ministério da Indústria e do Comércio.

De autoria do Senador José Ermírio
N.º 949/68, ao Ministério da Indústria e do Comércio.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARAO STEINBRUCH — (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é urgente que se modifique a legislação habitacional no País. Temos recebido inúmeras reclamações de pessoas que adquirem imóveis através do financiamento do Banco Nacional de Habitação, supondo poder pagar as prestações a que são submetidas no ato da transação. Passados, entretanto, alguns meses verificam a impossibilidade da continuidade do pagamento dessas prestações, vez que as mesmas são sujeitas à correção monetária e esta se faz de três em três meses, de acordo com as obrigações reajustáveis do Tesouro.

No primeiro ano em que funcionou o Banco Nacional de Habitação, como

essas obrigações reajustáveis do Tesouro foram aumentadas na ordem de 40%, as prestações aumentaram também nesta mesma ordem. Houve depois uma modificação no sentido de que as prestações acompanharam o ritmo do aumento do salário.

Também, Sr. Presidente, nos parece desacertada essa medida, pois sendo a função desse banco eminentemente social, deveria, quando muito, cobrar dos mutuários os juros legais, e nunca se servir das flutuações do aumento do custo de vida, com a correção monetária, para impor esse pesado ônus, essa pesada carga sobre aqueles que adquirem imóveis do Banco Nacional de Habitação. Se continuar semelhante operação, dentro de pouco tempo, vamos verificar o seguinte: o Banco Nacional de Habitação continuará a edificar sem que haja uma pessoa que possa adquirir qualquer imóvel por ele construído.

Há uma carta que nos foi dirigida, por pessoa que adquiriu um imóvel, em janeiro de 1967 e que revela o seguinte: essa pessoa, após pagar 12 prestações, foi verificar seu saldo devedor e, com surpresa, viu que era maior que a importância que deveria pagar à época da aquisição do imóvel. É bem verdade que se adotou uma nova política e esse acréscimo vai ser pago após terminar aquele prazo marcado ao se efetuar a transação, aquele prazo que se deu para o pagamento do imóvel, mas ficaria sempre amarrado ao Banco Nacional de Habitação porque, em vez de pagar o imóvel em 15 ou 20 anos, vai pagar em 30 ou 35 anos, ou até em mais.

É evidente que há necessidade de uma radical transformação da legislação sobre o assunto. Mas sabemos que qualquer projeto que apresentarmos sobre a matéria dificilmente tratará pelo Congresso Nacional, pois ultimamente nos temos limitado a apreciar mensagens do Executivo e o fazemos porque há prazo fatal, sem o que a mensagem se transforma em lei.

Encareço a necessidade do exame desse problema, pois conheço, inclusive, outros casos, também, Sr. Presidente, de pessoas que adquiriram imóveis pelo Banco Nacional de Ha-

bitação e não tiveram mais condições de continuar o pagamento das prestações, em razão dos reajustamentos.

Quero crer, Sr. Presidente, que o Poder Executivo, sensível às reclamações veiculadas em todos os pontos do País através da imprensa, reexamine a questão, a fim de adaptar o Banco Nacional de Habitação às suas funções eminentemente sociais, para as quais, aliás, foi criado.

Quero, também, Sr. Presidente, abordar outro assunto que chamou a minha atenção por ocasião de uma visita que fiz ao Município de Valença, no Estado do Rio de Janeiro. Não é possível continuar mais a política de vários salários-mínimos. A verdadeira política a ser adotada é a instituição de um salário-mínimo para todo Brasil. Conhecemos regiões, por exemplo no Norte e Nordeste, cujos alimentos são oferecidos a preço superior ao da Guanabara, ao de Brasília e ao de São Paulo.

Se advogamos a tese da instituição de um só salário-mínimo para todo o País, com mais razão ainda, não haja mais de uma zona no mesmo Estado. Por exemplo: Valença, no Estado do Rio, é considerada como de segunda zona, mas faz limite com Barra do Piraí, reconhecida como de primeira zona, portanto, com salário-mínimo superior ao de Valença.

Este fenômeno ocorre em muitos municípios de outros Estados da Federação.

O Sr. Dinarte Mariz — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. AARAO STEINBRUCH — Com todo prazer.

O Sr. Dinarte Mariz — Não sei se V. Ex.^a esteve presente quando da discussão, no ano passado, do critério da decretação do salário-mínimo. Na oportunidade fiz discurso, da tribuna do Senado, solicitando ao Ministro Jarbas Passarinho, nos estudos que o Ministério de S. Ex.^a realizava, procurasse modificar o critério, no meu entender injusto, pois havia regiões do País — Nordeste e Norte — onde a vida no momento era mais cara. Sabemos que, em Natal, a vida é mais cara que no Rio de Janeiro. Entretanto, o salário-mínimo de Natal é cerca de dois terços

o do Rio de Janeiro. Citei ainda várias localidades, inclusive a Capital do Estado que o eminente Ministro do Trabalho representa nesta Casa. Mandei meu discurso ao Ministro Jarbas Passarinho. S. Ex.^a enviou-me uma carta, comprometendo-se a, no primeiro estudo que houvesse do assunto, corrigir a anomalia. Entendeu S. Ex.^a justas as observações feitas por mim e comprometeu-se a atender. De maneira que, nesse particular, tenho a impressão de que estamos muito bem com o Ministro atual, que já tem compromisso por escrito e público às solicitações feitas, por mim, e agora, por V. Ex.^a.

O SR. AARAO STEINBRUCH — Indagaria de V. Ex.^a, nobre Senador Dinarte Mariz: o discurso que V. Ex.^a proferiu foi no ano próximo passado?

O Sr. Dinarte Mariz — Exatamente.

O SR. AARAO STEINBRUCH — A resposta dada pelo Sr. Ministro foi no ano passado?

O Sr. Dinarte Mariz — Foi quando já estava sendo feito o estudo. S. Ex.^a alegou que não poderia corrigir naquela oportunidade porque retardaria a entrada em vigor do novo aumento salarial, uma vez que o estudo já estava feito nas bases anteriores, mas que no próximo reajuste salarial que houvesse estaria disposto a advogar a modificação, que não dependia só da vontade de S. Ex.^a, mas sabia que sua orientação seria acatada pela Comissão encarregada da fixação do salário-mínimo. S. Ex.^a se comprometeu a levar o assunto àquela Comissão e a advogar que o salário-mínimo fosse uniforme em todo País. Foi o que advoguei e o compromisso que o Sr. Ministro assumiu.

O SR. AARAO STEINBRUCH — Sr. Presidente, registro com satisfação o aparte com que me honrou o nobre Representante do Rio Grande do Norte e um dos Líderes do Partido situacionista nesta Casa.

E realmente, se se corporificar a promessa do Sr. Ministro do Trabalho, corrigir-se-á uma grave injustiça que se comete até hoje: esse desnível, essa desigualdade de salário-mínimo, de região para região. Se ela

se acentua entre a Guanabara, São Paulo e Brasília e outras regiões como o Norte e Nordeste, cujo custo de vida, às vezes, é superior ao da Guanabara, que obtém o maior salário-mínimo, o que não se pode dizer do mesmo Estado que tem dois ou mais salários-mínimos?

Eu estava citando o exemplo de Valença, que faz limite com o Município de Barra do Piraí. Basta atravessar uma rua de Barra do Piraí para encontrar uma outra rua de Valença e o salário-mínimo ficar reduzido em cerca de 15%. Veja V. Ex.^a a grave injustiça que se vem cometendo até hoje, em razão desta disparidade.

O Sr. Dinarte Mariz — O Ministro do Trabalho, na carta que me dirigiu, aludiu exatamente a vários casos semelhantes a este que V. Ex.^a está ventilando.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Muito agradecido a V. Ex.^a

Quero crer, assim, que o assunto estará sendo estudado pelo Ministério — promulgação do novo salário-mínimo, promulgação do novo salário mínimo, a verdadeira política, qual seja a de se fazer um só salário para todo o País ou, quando menos, determinar-se que, para cada Estado ou Estado vizinho, haja um só salário-mínimo, conforme promessa do Sr. Ministro do Trabalho.

Quero, finalmente, Sr. Presidente, encaminhar um ofício que recebemos da Presidência da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, em razão de requerimento de autoria do Vereador Augusto César Trigueiro, no qual solicita do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social um inquérito para se verificar a situação calamitosa em que se encontra o I.N.P.S. em Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, inclusive que as casas de saúde particulares, que firmaram convênios com o Instituto, encontram-se desaparelhadas para os atendimentos — fator material e pessoal técnico — onde o tratamento aos contribuintes é igual àquele concedido anteriormente pelo pessoal do próprio Instituto, ou bem pior. (Muito bem!)

Documento a que se refere, em seu discurso, o Sr. Aarão Steinbruch.

“Estado do Rio de Janeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA
IGUAÇU

Ofício n.º 287/68

Junto ao presente, encaminho a Vossa Excelência cópia do requerimento de autoria do Vereador AUGUSTO CÉSAR TRIGUEIRO, em que solicita ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Sr. JARBAS PASSARINHO, informações que contam do aludido requerimento.

Sirvo-me do ensejo para renovar-lhe protestos de elevado aprêço e distinta consideração.

a) Nagy Almawy — Presidente”

REQUERIMENTO

N.º 145/68

Sr. Presidente:

Requeiro à Mesa, depois de ouvido o Plenário e de acordo com o art. 166 da Constituição Estadual, seja oficiado ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Cel. JARBAS PASSARINHO, solicitando-lhe as seguintes informações:

- 1 — Se já chegou ao seu conhecimento a situação calamitosa em que se encontra o I.N.P.S., Seção Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro;
- 2 — Que, em caso negativo, S. Ex.^a instaure inquérito administrativo, em virtude da caótica assistência social que estão dando aos contribuintes do referido Instituto;
- 3 — As casas de saúde particulares, que firmaram convênio com o I.N.P.S., encontram-se desaparelhadas para os atendimentos, fator material e de pessoal técnico, onde o tratamento aos contribuintes é igual ou bem pior do que aqueles concedidos anteriormente pelo pessoal do próprio Instituto.

Que sejam enviadas cópias a: I.N.P.S., Setor do Estado do Rio de Janeiro, ao Diretor do I.N.P.S.,

ao Senador Aarão Steinbruch e ao Deputado Getúlio Moura.

Sala das Sessões, 23 de julho de 1968.

(as) AUGUSTO CÉSAR TRIGUEIRO — Vereador

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — O seguinte orador inscrito é o nobre Senador Vasconcelos Tórrres, a quem dou a palavra.

O SR. VASCONCELOS TÓRRRES (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, contrariamente à expectativa de todos nós, que assumimos posições de luta e de esclarecimento público, a favor da permanência da Fábrica Nacional de Motores sob o controle acionário do Governo da União — consumou-se a alienação desse estabelecimento pioneiro da indústria automobilística implantada no Brasil, a um importante e conhecido grupo estrangeiro.

Senhor Presidente. Tenho procurado ser, nos meus longos anos de atuação parlamentar, um defensor intransigente e até, muitas vezes, agressivo, dos interesses populares, no limite em que esses interesses são identificáveis e defensáveis...

Existe uma larga faixa de assuntos, ligados ao cotidiano, sobre os quais o homem comum — esse homem que, votando, nos confere o mandato que exercemos — sobre o quais o homem comum, repito, faz opções óbvias e irredutíveis.

E não deve o parlamentar alhear-se a essas opções, ou muito menos contrariá-las, pois, se o seu objetivo último é trabalhar pelo bem público — o seu dever estará ligado, no encaminhamento das causas coletivas, à idéia de harmonizá-las da melhor forma com o interesse nacional global.

Todavia, Senhor Presidente, jamais cheguei, através desse caminho, a assumir posições ou a esposar teses que pudesse ou que possam ser consideradas violentas ou radicais...

Jamais considerei, nas sucessivas conjunturas políticas brasileiras com as quais tenho convivido, que qualquer das altas autoridades da República estivesse agindo, em determinada situação, deliberada e cons-

cientemente contra o interesse do país...

Não existe no meu vocabulário e no meu painel interior de personagens tipo essa figura nítida e diabólica do anti-patriota, do judas profissional, obsessão em vender seu próprio país...

Sempre abri créditos de confiança aos homens públicos do meu País, no que se refere à honestidade e ao propósito de acertar — embora combatendo, muitas vezes, as orientações adotadas e criticando com energia as omissões...

Esse é, no meu entender, o papel de vigilância e de colaboração que cabe ao parlamentar. Um papel incompatível com as denúncias ferozes — tão típicas de um determinado estilo de comportamento político que se conhece no Brasil — e com os grosseiros xingamentos pessoais que constituem o corolário lógico dessas denúncias.

Empresto extrema importância a essa linha moderada, no trato das situações político-administrativas do país e das pessoas com elas relacionadas, porque acho que a política é, preliminarmente, no que se refere aos políticos, a arte nem sempre fácil de conviver e de dialogar.

É indispensável a convivência pacífica, para que haja diálogo. E é imprescindível haver diálogo para que haja democracia...

Sou, pelos mesmos motivos, tradicionalmente avesso às chamadas posições radicais, em matéria de política econômica ou social.

O homem comum, a que me referi noutra parte deste discurso, não adota e não defende teses radicais, preconizadoras de fórmulas extremadas para a solução de diferentes problemas do país.

As considerações que acabo de desenvolver me pareceram necessárias, justamente para tornar bastante claro que a atitude que tenho mantido, em favor da presença efetiva do Estado na área dos empreendimentos industriais, não se prende à adoção ostensiva de uma posição de inconstitucionalismo, doutrinário ou pragmático, com a ordem social e econômica vigente no Brasil.

Não sou contrário à participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do Brasil, mas, discordando dos que advogam uma política de fronteiras abertas e de ampla liberdade interna para esse capital vindo de fora, acho que o Estado brasileiro tem um papel ativo a cumprir face a quaisquer fatos relacionados com a implantação de uma estrutura industrial no país.

O que ocorre num processo de industrialização, numa região ou num país, não se limita aos fatos visíveis e mensuráveis.

O problema de uma fábrica não se resume numa questão de capital, de técnica, de mão-de-obra, de mercado potencial para sua produção e de gerência financeira. Todos os grandes negócios do mundo — o petróleo, o trigo, o café, o fumo, o algodão, o aço — apresentam os aspectos e os problemas ligados à face material dos empreendimentos de exploração agrícola, mineral ou industrial que lhe dizem respeito. Mas, não podem ser examinados e compreendidos no limite em que focalizamos exclusivamente esses aspectos.

Além da plantação, da mina, do equipamento produtor instalado em qualquer parte e de uma teórica liberdade de produção e de comércio que — segundo os princípios consagrados pela própria Carta da ONU — garantem a fabricação e a comercialização de quaisquer mercadorias através do mundo, existem fatores outros que condicionam, de fato, a viabilidade e a sobrevivência de determinadas atividades econômicas, fundamentais, neste mundo em que vivemos.

A verdade, que ninguém tem o direito de ignorar, ao emitir determinadas teses liberais sobre a industrialização brasileira, é que os grandes setores industriais da economia mundial estão dominados por grupos capitalistas bem caracterizados que, através de meios diversos, entre os quais o uso monopolista de algumas patentes, o dumping, e a utilização da força política de certos governos, para o apoio a seus objetivos práticos — vão assegurando o necessário acesso às matérias-primas, o

domínio incontestado dos mercados, os preços altos para seus produtos e a eliminação progressiva dos competidores.

Quando as élites dirigentes de um país subdesenvolvido, não industrializado, dão-se conta de que a situação do mesmo precisa ser mudada, pois, só através do progresso e da diversificação econômica será possível alcançar mais alto nível de vida para sua sacrificada população — quando isso acontece, repito, os trustes econômicos internacionais oferecem dois tipos distintos e sucessivos de reação...

A primeira reação é contra a idéia, o propósito, o projeto de implantar a indústria nova, numa área até então consumidora dos produtos desses trustes.

Os recursos usados para impedir essa implantação, a argumentação desenvolvida em desfavor do projeto, são bastante conhecidos.

Costuma-se dizer que a implantação da chamada indústria pesada, ou a instalação de linhas de produção de veículos, ou de produtos outros, de consumo durável, num país sem tradição industrial, com carência de mão-de-obra especializada e possuidor de mercado de dimensões limitadas — constituem uma insensatez, um péssimo emprêgo de recursos (os recursos escassos de que o país dispõe) e, se objetivados os projetos, elas estarão inexoravelmente condenadas ao fracasso financeiro e técnico...

Acontece, todavia, que a humanidade não é composta só dos espertos que contam essas histórias e dos ingênuos que acreditam passivamente, nelas.

Há, também, o grupo dos teimosos. Dos que duvidam, em princípio, das doutrinas e das afirmações, dos que confiam mais na verdade que se pode achar através do raciocínio puro e da ação tecnicamente orientada para conseguir os fins admitidos como os melhores.

São esses teimosos, enfrentando campanhas de desmoralização, acusações de inépcia, de desonestidade, que logram implantar indústrias pioneiros nos países que até então só

produziam internamente escassa variedade de artigos leves, de consumo.

Se a indústria implantada fracassa, rejubilam-se os que a combatem, de boa ou de má-fé. Mas, se não fracassa, se a fábrica sobrevive, se os seus produtos são bem aceitos no mercado, não obstante o ônus maior ou menor que a sociedade está pagando para que essa produção exista e seja oferecida ao consumo — então, os mesmos grupos que tentaram impedir a fundação da indústria competitiva desenvolvem outro tipo de campanha...

É uma campanha de desmoralização contra o empreendimento, principalmente no que se refere a seus aspectos financeiros e administrativos, onde identificam as figuras comuns da "corrupção", do "empreguismo", do "desperdício" e da "gerência ruim", geradora de um elevado preço operacional. Essa campanha visa, precipuamente, à depreciação do empreendimento face à opinião pública, com vistas ao preparo de uma compra vantajosa das suas instalações — compra que, contraditóriamente com o que alegam contra a fábrica, estão sempre desejosas de efetivar...

Senhor Presidente, não estou tratando de coisas abstratas e distantes.

Tenho os pés no chão, Senhor Presidente, e o pensamento neste Brasil que aí está, em torno de nós, e que constitui, de diferentes modos, o nosso programa de vida.

No Brasil, como praticamente em todo o chamado mundo subdesenvolvido, não existem capitais privados em disponibilidade e, muito menos, na escala em que seriam necessários para a implantação de grandes complexos industriais destinados à ampliação vertical da nossa estrutura de indústrias.

As chamadas indústrias básicas exigem investimentos vultosos; exigem, para que possam funcionar, a solução de numerosos problemas técnicos e, por todos os motivos, seus custos operacionais são, de inícios bastante elevados.

Por tudo isso, o único agente, o único Poder que, em países como o Brasil, pode mobilizar os recursos financeiros e técnicos para criar os com-

plexos industriais pioneiros — destinados a alterar a estrutura global de produção e elevar o nível de vida do povo — é o Estado.

E assim, na verdade, aconteceu no Brasil. Quero referir-me particularmente, no caso, à criação da Fábrica Nacional de Motores, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Nacional de Alcalis, da PETROBRAS e da ELETROBRAS.

A história dessas organizações é de todos conhecida nos seus aspectos gerais — mas, divergem as posições assumidas face aos resultados práticos por elas obtidos até o presente momento.

O assunto comporta, por isso mesmo, alguns comentários. Vejamos, por exemplo, o longo e difícil caminho percorrido pelo Fábrica Nacional de Motores.

O objetivo a atingir quando a indústria foi fundada — a fabricação de motores de aviação — mereceria hoje, evidentemente, algumas críticas.

Não haveria qualquer justificativa, dentro de um lúcido raciocínio económico, para que desejássemos marcar a nossa arrancada no setor da indústria mecânica fabricando motores para avião. Inclusive o mercado de que dispúnhamos na época para a colocação desses motores era extremamente reduzido e só isso bastaria para desaconselhar a prioridade que se atribuiu, então, ao caprichoso objetivo fixado...

Não conheço os diferentes fatos ligados à ajuda técnica estrangeira então obtida, para que fizéssemos a Fábrica.

Era-nos indispensável a obtenção desse know-how básico, pois, então, nada existia aqui, capaz de supri-lo — e não deixa de ser curioso que a colaboração que então obtivemos tenha sido, através da cessão de uma velha patente, o direito de fabricar um motor antieconômico, obsoleto, não mais utilizado em aviões novos quando a fábrica pôde produzir as primeiras unidades experimentais.

Implantado o equipamento industrial da F.N.M. — estava, por assim dizer, lançado um desafio às nossas elites técnicas e administrativas...

E eu observarei que essas elites souberam responder da melhor maneira a esse desafio. A Fábrica Nacional de Motores, após uma trajetória de lutas e experiências, encontrou seu destino industrial. Seus dois produtos — o presente FENEMÉ e o elegante JK impuseram-se dentro e fora do Brasil, pelo alto padrão técnico que revelaram.

Dirão que os dois produtos em referência baseiam-se, também, em modelos estrangeiros. Sim, é verdade. Mas, são veículos de indiscutível eficiência nas respectivas categorias, e exprimem, até agora, o máximo a que chegou a tecnologia de fabricação das viaturas automotoras nos países altamente industrializados.

De outro lado, produzindo embora modelos de veículos desenhados e testados noutros países, a Fábrica Nacional de Motores continuou sendo um empreendimento essencialmente brasileiro, um centro de formação, de treinamento e pesquisa de elites técnicas, na linha de programas e de objetivos coincidentes com o interesse brasileiro.

A Fábrica Nacional de Motores sob controle acionário do Governo brasileiro representava, além do mais um outro papel. Seria um instrumento de penetração, de informação e de ação, na área da indústria automobilística instalada no Brasil.

Essa indústria, toda ela nas mãos da sempre tão exaltada iniciativa privada que, a acreditar nas teorias, deveria ser um exemplo de boa gestão empresarial, de esforço premente para o aumento da produtividade, para o aperfeiçoamento técnico e para a baixa dos preços dos produtos de suas linhas de montagem. Indústria que, pela própria lógica inspiradora da empresa privada, também deveria estar realizando um esforço constante para o adequacionamento progressivo dos programas de trabalho às necessidades reais do mercado nacional.

O que vem acontecendo, porém, é o contrário de tudo isso, como ninguém ignora. O que vemos e sentimos no próprio bolso é que as fábricas brasileiras de veículos automotores estão diversificando cada vez mais a produção — sem atentar às dimensões limitadas do mercado existente no País — caprichando, além do mais, na

produção de automóveis caros e luxuosos, como se fôssemos um país exclusivamente de milionários.

Acrescente-se a isso, o fato dessas fábricas terem sido montadas com o apoio de isenções fiscais e de subsídios de diversos tipos e trazendo, a título de capital estrangeiro para o inicio de atividades, equipamentos obsoletos substituídos por outros modernos nas indústrias de onde foram tirados, bem como patentes exprimidoras de tecnologias ultrapassadas, correspondentes a carros ou motores não mais fabricados nos países de origem.

Que representa tudo isso, Senhor Presidente?

Representa que a indústria automobilística em funcionamento no Brasil, ainda que ofereça alguns aspectos positivos, é uma indústria mal organizada e nociva aos nossos reais interesses.

Mencionarei, entre êsses aspectos favoráveis a que aludi, o número de empregos que a referida indústria garante a milhares de patrícios, bem como o estímulo direto a indústrias subsidiárias e ao consumo de matérias-primas nacionais.

Mas, apesar desses aspectos positivos — retomo aqui o fio do meu raciocínio — essa indústria “brasileira” de veículos automotores está organizada e funciona atendendo prioritariamente, como se está vendo, ao interesse dos grandes grupos financeiros que as comandam, de fora do país.

E a confirmação do que acabo de dizer pode ser encontrada em outro fato que temos podido constatar ultimamente: as sucessivas uniões ou fusões de fábricas de automóvel localizadas no Brasil, no desdobramento lógico do que vem acontecendo com as respectivas matrizes, no estrangeiro.

Está havendo um processo de concentração progressiva das indústrias automobilísticas instaladas no Brasil e pode ser feita com segurança a observação de que quanto menos competidores compartilharem o mercado brasileiro, menos favoráveis ao consumidor patrício se configurará a produção e o preço de venda dos carros produzidos.

Pois foi exatamente êsse processo de configuração de um quadro desfavorável aos interesses do povo brasileiro — que o próprio Governo do País veio apressar (por motivos para mim ainda inexplicáveis e inexplicados) promovendo a transferência do controle acionário da Fábrica Nacional de Motores a um dos trustes que dominam a indústria automobilística mundial.

Trata-se, ao que parece, de um fato consumado e se aqui estou a repisar o assunto, é apenas para reafirmar com veemência minha fidelidade à linha de defesa intransigente da continuidade das grandes empresas estatais destinadas a ativar os setores básicos da economia nacional — e focalizar o caso especial de uma outra das empresas, a Companhia Siderúrgica Nacional, ora alvo de pressões econômicas externas e de campanhas internas de desmoralização, fatos que, no caso da F.N.M., deram os inaceitáveis pretextos justificadores da alienação.

Senhor Presidente, tem o Brasil condições extremamente propícias para desenvolver um sistema industrial siderúrgico, em alto nível de produção e de integração.

Somos um país-contíntente, com uma população em acelerado ritmo de crescimento e a conjugação em termos dinâmicos desses dois fatores — espaço geográfico e população — cria no Brasil a idéia e a viabilidade de um mercado de consumo que será por volta do ano 2.000, um dos maiores do mundo.

Não estarei dizendo qualquer novidade ao fazer a observação de que tudo o que se fizer ou programar, hoje, no Brasil, tendo em vista o desenvolvimento econômico do país, deverá, não apenas corrigir os desequilíbrios e as deficiências atuais... Mas, acima desse objetivo imediatista, deverá criar as condições para que venhamos a ter a ampla e diversificada estrutura de produção de que precisaremos, se, de fato, queremos assegurar um razoável nível de consumo e de bem-estar às populações brasileiras, no fim do século.

Para que um país, qualquer país, desenvolva um parque industrial próprio, capaz de produzir em condições vantajosas bens de produção e bens de consumo, precisa contar com uma

constelação preliminar de fatores...

Estão entre êsses fatores a existência de uma infra-estrutura asseguradora do fornecimento de energia, seja a energia elétrica, seja a energia obtida pelo uso dos combustíveis vegetais ou minerais.

Um segundo elemento necessário, é contar o país com um sistema integrado de transporte que assegure o fácil acesso das matérias-primas aos centros de industrialização e o rápido escoamento da produção obtida nas áreas de consumo.

Outro elemento indispensável é haver atingido a um determinado nível de progresso tecnológico e de estabilidade político-administrativa, pois, de um lado, é preciso formar as equipes técnicas que tripularão e que desenvolverão as indústrias e, de outro, far-se necessária uma certa continuidade das instituições e do sistema administrativo, sem o que não haverá a paz e o tempo necessário à complementação dos planos traçados.

Definida a existência desse conjunto de fatores que viabilizam o desenvolvimento do processo de industrialização dentro das fronteiras geográficas de um país — êsse processo terá de ser, necessariamente, comandado pelo núcleo industrial siderúrgico que se tiver condições de implantar.

O problema fundamental consiste em saber se o país que estivermos examinando apresenta, ou não, a par das condições gerais a que fiz referência, os recursos básicos capazes de sustentar em termos econômicos uma indústria siderúrgica.

Se não existem êsses recursos — e recursos, no caso, é sinônimo de matéria-primas e serviços infra-estruturais — pode ser dito, com segurança, que o país terá remotas possibilidades de percorrer a trajetória que leva ao desenvolvimento. A êsse desenvolvimento com eixo de gravidade e com centros de comando situados no seu próprio território.

Mas, se existem os recursos em referência, se o país dispõe de abundantes reservas das matérias-primas empregáveis na elaboração do aço, então não há outro caminho a seguir, não há outra alternativa a escolher, senão pôr mãos à obra...

Ora, o Brasil apresenta extraordinário elenco de condições favoráveis para tornar-se, na exigua faixa histórica de dois ou três decênios, sede de uma produtiva e opulenta indústria siderúrgica. Vale mesmo a pena, na esteira de afirmação que acabo de fazer, divagarmos por alguns instantes no árido terreno dos números...

O potencial ferrífero do mundo está estimado em 250 bilhões de toneladas, sendo que o Brasil possui um quantitativo estimado em 77 bilhões, segundo os mais recentes estudos do Departamento Nacional da Produção Mineral, secundados e complementados por outros estudos.

Em duas diferentes áreas situam-se as maiores concentrações dessas reservas. Em Mato Grosso, na divisa da Bolívia, onde a avaliação oficial chega a admitir a existência de 50 bilhões de toneladas, e em Minas Gerais, onde existiriam 971 milhões de toneladas. Acrescente-se à êsses dados o detalhe muito importante de que o teor metálico médio do minério de ferro extraído no Brasil é o mais alto do mundo, ou sejam 66,7% na unidade básica tomada para esse tipo de análise.

Com o teor metálico inferior ao do minério brasileiro situam-se, em ordem decrescente, os minérios de ferro originários da Suécia, da Venezuela, da Rússia, do Canadá, dos Estados Unidos, da França, do Reino Unido e da Alemanha Ocidental.

Outra matéria-prima que figura em lugar de destaque nos insumos das indústrias siderúrgicas é o carvão...

Essa palavra designa diversos produtos mais ou menos ricos em carbono, originados pela modificação química de diferentes substâncias orgânicas. Classifica-se o carvão em quatro tipos: animal, artificial, vegetal e mineral. Na indústria siderúrgica, como elemento básico para a redução e o aquecimento do minério de ferro, são usados os carvões vegetal e mineral.

O carvão vegetal é considerado como um dos melhores redutores de minério de ferro e apresenta sob determinados aspectos rendimento superior ao carvão mineral. Seu uso para esse fim está universalmente difundido nos países que possuem reser-

vas florestais e não contam com depósitos conhecidos de carvão mineral.

Até 1946, para focalizarmos o exemplo brasileiro, nossa siderurgia funcionou exclusivamente com carvão vegetal. A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira até hoje trabalha à base de carvão vegetal e os seus produtos desfrutam um alto conceito de qualidade.

O uso do carvão vegetal, todavia, apresenta o grave inconveniente de dilapidação das reservas florestais de que se utiliza a usina — dilapidação essa não compensada no mesmo ritmo pelo replantio.

Não se pode, pois, programar a implantação e o desenvolvimento de um grande parque siderúrgico, sem contar com disponibilidades de carvão mineral.

Ora, o Brasil também dispõe de carvão mineral. Nossas reservas desse material são estimadas na casa dos 1.660 milhões de toneladas e estão localizadas em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Amazônia e Mato Grosso.

O manganês é outro minério de largo emprêgo na siderurgia, como produtor de aço contra a oxidação ou como elemento destinado a facilitar sua laminção, usado nos altos-fornos ligado com o ferro para a fabricação de aços especiais.

As reservas brasileiras de manganês estão estimadas em 153 milhões de toneladas, com 103 milhões em Mato Grosso, 31 milhões no Amapá, 17 milhões em Minas Gerais e 2 milhões na Bahia.

Outros elementos necessários à tecnologia siderúrgica são os chamados fundentes, como o calcário e a dolomita, que permitem formar escórias fluidas, de silicatos de cálcio, que facilitam a eliminação das impurezas, principalmente do minério de ferro. O calcário e a dolomita existem no Brasil em amplas jazidas nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Quanto ao problema de energia elétrica, nós o temos razoavelmente resolvido em relação à demanda presente e com ótimas perspectivas de ampliação da oferta, a curto prazo.

E quanto aos combustíveis líquidos, de origem mineral, ainda que a produção nacional seja ainda inferior ao consumo do País — o problema está em processo de solução e um grande e inteligente esforço está sendo desenvolvido sob o comando da PETROBRAS, para que essa deficiência econômica tão importante para o progresso nacional seja superada sem demora.

Temos, pois, Sr. Presidente, os elementos básicos, indispensáveis, para criarmos no Brasil, amplo e sólido sistema industrial de produção siderúrgica que terá de ser, em termos exatos, o núcleo gerador e apoiador da grande indústria diversificada de bens de produção e de consumo de que precisaremos para elevar o nível de renda e de consumo dêstes atuais 80 milhões de brasileiros — e para assegurarmos os mesmos padrões vitais à população que existirá em nosso País dentro de 2 a 4 decênios.

Sr. Presidente, não obstante a ininterrupta atividade predatória que tem marcado o trabalho das sucessivas gerações em nosso País, desde a fase colonial, ação que tem deixado sua marca principalmente no desflorestamento da terra, não obstante isso, repito, as possibilidades físicas do Brasil de 1946 — ano em que se inaugurou a Usina Siderúrgica de Volta Redonda — para uma realização prática dêsse porte no campo siderúrgico não eram maiores do que sempre tinham sido, até então.

Sempre tivemos em escala utilizável, os elementos fundamentais para a montagem e o funcionamento de uma indústria siderúrgica capacitada para a produção maciça, justamente o tipo de produção que pode gerar os desejados efeitos globais no desenvolvimento econômico de qualquer país.

Por que não objetivamos então, mais cedo, o nosso projeto siderúrgico de grande porte?

Porque, respondo, faltavam ainda aquêles outros fatores a que aludi, noutra parte dêste discurso. Porque vivíamos voltados para uma agricultura de exportação e não éramos, ainda, um mercado capacitado para a absorção em alta escala de produtos siderúrgicos, no sentido em que depois da Primeira Guerra passamos a ser. Porque tínhamos, continuo responden-

do, escassas elites de empresários e de operários qualificados. Porque eram ainda muito precários nossos serviços infra-estruturais, indispensáveis à consolidação de uma siderúrgica.

E, sobretudo, direi eu, Sr. Presidente, completando essa enumeração de fatores negativos que atrasaram, até 20 anos atrás, o nosso despertar siderúrgico, porque, em decorrência de diversos fatores históricos e, em particular, da extrema debilidade de uma economia dependente do capital, da técnica e da gerência estrangeira — tardávamos em alcançar um nível mínimo de estabilidade administrativa e até mesmo de independência política real.

É, aliás, ilustrativo, na ordem de idéias que estamos tentando alinhar, aludir a alguns fatos que marcam o que chamaremos o período pré-histórico da Siderurgia Brasileira — aquêle que se encerrou com a inauguração da Usina de Volta Redonda.

O primeiro fato registrado pela história relacionada com a siderurgia no Brasil foi o modesto estabelecimento de Afonso Sardinha — "dois fornos para a produção de ferro e aço" — instalado no morro de Biraçoiaba, na Comarca de Sorocaba, em 1590...

Em 1603, por iniciativa do Governador-Geral D. Francisco de Souza, fundidores alemães instalaram em Ubatã, perto do local em que Afonso Sardinha fizera a experiência anterior, outra fábrica de ferro.

Em 1765, carta régia concede a Domingos Ferreira Pereira privilégio por 10 anos para explorar ferro e construir fábricas. Com a ajuda do Governador da Capitania de São Paulo — D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão — os cadinhos de Ferreira Pereira funcionaram durante sete anos.

Em 1785, a Rainha de Portugal, D. Maria, proíbe a existência de fábricas no Brasil e ordena a destruição das existentes e, em 1972, D. João VI, assumindo a Regência do Reino, permitiu a construção de fábricas na Colônia.

Dai para diante, os fatos registrados são de maior expressão e estão situados na faixa industrial propriamente dita. Vem a Fábrica de Ipanema e depois vieram outras diferentes for-

jas, Congonhas do Campo, em Capanema, Curral d'El Rei, Serra, Vila do Príncipe, Antônio Pereira e Cocais...

Em 1814, na Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar é realizada a primeira e, em seguida, mais 40 corridas de gusa, perfazendo um total aproximado de 330 arrôbas.

Em 1845, Irineu Evangelista de Souza — essa extraordinária figura de homem de empresa e de patriota que passaria à história como o Barão de Mauá — adquire modesto barracão com máquinas primitivas de fundição e carreiras para a construção de barcos a vela, na Ponta da Areia, em Niterói. Um ano depois, Ponta da Areia se transforma no mais importante estabelecimento industrial do Império, fabricando inúmeras peças mecânicas, caldeiras para máquinas a vapor, engenhos de açúcar e de serraria, guindastes, molinetes e tubos de ferro fundido.

Em 1876 é fundada a Escola de Minas de Ouro Preto, sob a direção de Henri Gorceix, professor francês convidado pelo Imperador Pedro II. Sómente a partir de então passamos a formar, em caráter sistemático, engenheiros especialistas nas atividades minero-metálicas.

Novas fábricas foram sendo criadas em diversos Estados da Federação, embora o quadro geral revelasse uma certa instabilidade, com as sucessivas paralisações, definitivas ou temporárias, dos estabelecimentos existentes. A última dessas fábricas que mereceria uma referência especial, pelo importante papel que vem desempenhando até nossos dias, é a Usina da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira em Monlevade, Minas Gerais.

Sr. Presidente, não estou pretendendo ensinar História a ninguém e apresso-me a informar que colhi êsses dados no Manual de Siderurgia organizado no Brasil pelos competentes técnicos Alfredo de Oliveira Pereira e Mancel Louis Edovard Caron.

Era preciso, no meu entender, uma referência a fatos diversos inseridos no largo e descontínuo processo da siderurgia brasileira, para entendermos o fato óbvio que êsses estabelecimentos isolados, rudimentares, sem base financeira e econômica de grande porte — não conduziram o Brasil,

como de fato não conduziram, a uma decolagem definitiva rumo à diversificação, à consolidação e à emancipação industrial...

Para isso o problema teria de ser equacionado de outra forma, com a implantação no País — nos termos da experiência vitoriosa de outros povos — de um complexo industrial siderúrgico que envolvesse o sistema completo da produção.

A situação especialíssima criada pela Segunda Guerra Mundial, a mentalidade arejada do Presidente Roosevelt e, do nosso lado, o senso de oportunidade e o patriotismo esclarecido do Presidente Vargas tornaram factível a construção da Usina Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, uma então humilde e desconhecida localidade do interior fluminense.

Não irei agora repetir fatos que todos conhecem. Os acertos e desacertos da Usina de Volta Redonda estão entre os fatos normais que marcariam, em qualquer país do mundo, os primeiros anos de funcionamento de uma indústria dessa envergadura.

Acontece que o fim da Segunda Guerra Mundial, a espantosa recuperação industrial do Japão, da Rússia e da Europa, o aparecimento de produção siderúrgica em diferentes países que não a possuíam em 1938 e ainda, mais recentemente, o relaxamento da guerra fria e um começo de moderação no esforço-armamentista das grandes potências — tudo isso configurou, no que se refere à siderurgia mundial, uma situação marcada pelo excesso de oferta, comparativamente a uma demanda que se mantém em nível estacionário.

É claro que numa conjuntura dessa ordem, as condições de competição para as indústrias siderúrgicas instaladas nos países de longa tradição capitalista e industrial são superiores às das indústrias situadas nos países sem lastro financeiro e tecnológico, como é o caso do Brasil.

Em situações desse tipo emerge com particular importância o problema dos preços, do custo operacional. E, geralmente, os trustes mundiais que dominam a área apelam para o recurso ilícito e imoral do dumping, tentando eliminar usinas concorrentes, ou absorvê-las.

Volta Redonda está no centro de um processo dessa natureza. Seu handicap é, por todos os motivos, desfavorável para a competição internacional. E, partindo da evidência desse fato, não faltam as conhecidas campanhas internas de desnacionalização da fábrica, com a repetição das velhas e nem sempre sólidas acusações de empregulismo, de inépcia administrativa do estabelecimento — como se os problemas da fábrica estivessem presos, exclusivamente, a falhas humanas de seus dirigentes e a vícios administrativos das empresas estatais, e não a uma situação universal de alta complexidade.

Se a situação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda apresenta problemas. Se a própria Siderurgia Brasileira, no seu conjunto, carece de integração e de funcionalidade — não vamos inferir daí que a solução é desestatizar Volta Redonda.

A desestatização de Volta Redonda significaria sua entrega ostensiva, ou não, ao controle de capitais estrangeiros.

Seus programas de produção não tardariam a obedecer à estratégia mundial do truste a que a usina viesse a ligar-se.

Perderíamos, no caso, isto é, o Governo brasileiro perderia, um valioso instrumento de ação, uma importissíma estrutura industrial básica, que lhe permite — muito mais do que através de leis, regulamentos, ou planos de qualquer natureza, o comando efetivo do desenvolvimento econômico do País.

Precisamos preservar Volta Redonda, Sr. Presidente. Precisamos organizar em bases sólidas a siderurgia brasileira sem perdermos de vista a idéia, de que só estaremos de fato atendendo aos reais interesses do País, no limite em que soubermos entender o que se passa com a economia mundial no presente momento — e adotarmos as nossas decisões em matéria de política industrial, olhando para os nossos próprios objetivos e, nunca, em função de conselhos que nos são soprados de diferentes modos.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Concedo o aparte a V. Ex.^a

O Sr. Aarão Steinbruch — V. Ex.^a está abordando assunto da mais alta importância — o problema da Fábrica Nacional de Motores, vendida quando, na antevéspera da transação, havia sido noticiado, pela imprensa, que esta não mais se realizaria. Ontem mesmo fizemos um discurso a respeito, lembrando, inclusive, o pormenor que V. Ex.^a destacou, no discurso brilhante que ora faz, nesta Casa. É que a Fábrica Nacional de Motores tem maquinaria adaptada para a construção de motores de aviões. Creio, assim, que estamos capacitados a fabricar tais motores. Encontra-se presente o nobre Senador Attilio Fontana que explora, inclusive, uma empresa comercial de aviação, podendo, portanto, S. Ex.^a confirmar a grande demanda de aviões no Brasil. Consta mesmo que será instalada uma fábrica de aviões no Brasil. Dou como exemplo Israel, com 22 mil km² e dois milhões e meio de habitantes, que fabrica os seus próprios motores para aviões. Portanto, não se justifica que, no Brasil, não se ataque o inicio dessa indústria. A Fábrica Nacional de Motores poderia ser adaptada, inclusive, para a fabricação desses motores de aviões, pois os caminhões que atualmente ela fabrica são o orgulho desta Nação. Todo motorista ostenta, com orgulho, o fato de dirigir um caminhão FENEME e os próprios carros JK, como se dizia antigamente, embora mudado, o nome é, até agora, conhecido como JK. Por isso mesmo não compreendemos o açoamento dessa venda feita, digamos, assim, a desoras, porque, anteriormente, se dizia que a transação não ia ser efetuada. O Ministro da Indústria e do Comércio informava que de todas as sugestões apresentadas a que mais interessava era a recuperação da indústria, e eu, ontem, ressaltava o fato de que, se era um bom negócio a venda da Fábrica Nacional de Motores, porque vem dando prejuízo, por que razão uma firma estrangeira estatal, a Alfa Romeo, a iria comprar?

Quer dizer, como admitir que uma empresa estrangeira fôsse fazer um mau negócio, comprando a Fábrica Nacional de Motores? O resultado disto é que se nos lança ao rosto a pecha de maus administradores, maus dirigentes. Parece que esse é o propósito, o objetivo da venda da Fábrica

Nacional de Motores, porque não posso admitir que uma empresa italiana, do Governo ainda, a Alfa Romeo, compre uma fábrica que é deficitária, que dá grandes prejuízos só para aqueles que a operam. Por isso, estranho a venda, e da mesma forma que V. Ex.^a, neste momento, no seu brilhante discurso.

O Sr. Attilio Fontana — Permite V. Ex.^a um aparte, nobre orador, para contraditar?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Logo a seguir darei o aparte; quero, primeiro, agradecer as palavras do nobre Senador Aarão Steinbruch.

Quando surgiram os primeiros rumores relativamente à venda da Fábrica Nacional de Motores, vim à tribuna, não num simples trabalho, mas numa elaboração mais meditada, sob o impulso da reação causada pelo primeiro impacto.

Li uma coluna social e vim para cá formular um apelo veemente quanto à história da Fábrica Nacional de Motores, que conheço de perto, sofri por ela, V. Ex.^a também, e citei os fatos. Houve na fábrica dois IPMs, um da corrupção e outro da subversão. Os acusados de corrupção conseguiram livrar-se airosoamente e os acusados de subversão, pequenos lavradores, foram punidos e hoje enfrentam situação difícil.

V. Ex.^a conhece de perto o assunto que eu tive ocasião de relatar, mas não quero entrar nesse pormenor.

Estou olhando para o Cristo, que preside esta Casa muito mais que o Presidente do nosso Senado — V. Ex.^a me desculpe —, pedindo tempo para poder contar o que foi a luta que desenvolvi na fábrica, que teve momentos de crise e que, em determinada ocasião, chegou até a produzir bananas, porque tinha área colonial muito grande, e galinhas, geladeiras, motores de geladeiras, que estão funcionando. Mas não quero entrar por esse caminho agora.

Quero agradecer a V. Ex.^a e, Sr. Presidente, com a independência que me caracteriza, verberar, inconformadamente, a negociação que foi feita, que não comprehendo, que não aceito e contra a qual protestarei até o último sopro de vida que tiver, não por bair-

rismo, porque a fábrica esteja situada no meu Estado, e, sim, porque é a última fábrica verdadeiramente nacional, de veículos automotores neste País, que enfrentava aquela potência da indústria soi disant automobilística brasileira, mas que nada tem de brasileira. Apenas uma fita verde-amarela, em alguns carros, e o rabo do tigre da Esso em outros, mas que aqui fabrica o automóvel — repito, como uma espécie de estribilho da minha atuação parlamentar — fazendo com que o brasileiro tenha orgulho de ter automóvel aqui fabricado, lama a vitrina, mas não compre o carro que vem subindo de preço, cada vez mais.

Vou conceder os apartes. O Senador Petrônio Portella havia pedido.

O Sr. José Ermírio — Eu pedi primeiro.

O Sr. Petrônio Portella — Sempre gosto de ceder lugar a eminentes colegas, notadamente quando ele se chama José Ermírio. Por isso gostaria de ouvir o seu aparte.

O SR. VASCONCELOS TÓRRES — O Senador Petrônio Portella é dessa geração jovem, não de representantes do povo, mas de diplomatas com assento no Senado, no momento, ao lado de outro grande diplomata que é o nosso estimado Líder Filinto Müller.

O Sr. Petrônio Portella — De quem sou discípulo.

O SR. VASCONCELOS TÓRRES — Como eu também.

O Sr. José Ermírio — Nobre Senador Vasconcelos Tórrres, é muito oportuno o discurso de V. Ex.^a, por muitas razões. O caminhão FNM é conhecido no Brasil como "João Bôbo" e de bôbo não tem nada. Sabe por quê? Porque carrega muito mais do que o seu motor estipula. É o único caminhão no Brasil que tem esta característica. Temos dezenas deles, ótimos, mas o caso que vou ler é diferente, aqui está, no Business Latin America do dia 18 de julho. E V. Ex.^a vai ficar perplexo. Diz o seguinte:

"Vários negócios já estão maduros no Brasil, entre eles os seguintes: Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), Cia. Siderúrgica Paulista (COSIPA), Cia. Side-

rúrgica de Guanabara (COSI-GUA), Cia. Siderúrgica Nacional (C.S.N.), como também a Cia. Nacional de Alcalis, Cia. de Seguro Agrícola e Cia. de Usinas Nacionais (açúcar) e outras no campo de mineração, transportes e telecomunicações."

Esta é uma revista séria, do mais alto gabarito dos Estados Unidos. Isto é o que ela diz, e conclui afirmando uma coisa realmente importante:

"Parece impossível que tenham vendido uma fábrica como a F.N.M., quando além de tudo está numa área proibida pelo Governo onde estrangeiros têm maioria de capital permitido pelo Governo."

Palavras que estão, aqui, deles mesmos.

O SR. VASCONCELOS TÓRRES — O que eu não sabia de V. Ex.^a é que, na verdade, o Serviço Nacional de Informações perde para V. Ex.^a violentamente. V. Ex.^a está na frente; acorda cêdo, vai para a Casa de Pernambuco, com essa fabulosa capacidade de trabalho que V. Ex.^a tem e que todo o Senado reconhece e de que já dei depoimento e que jamais poderá ser apagado, porque consta dos Anais. E o Senhor Petrônio Portella disse a verdade: qualquer um de nós cede a vez a V. Ex.^a, porque é vigilante e patriota.

Quero, entretanto, dizer a V. Ex.^a que, não tendo lido esse número do Business Latin America, eu, hoje, no final do meu discurso, justamente abordei esse ponto, relativamente ao problema da Siderúrgica Nacional.

Quanto à Fábrica Nacional de Motores, eu, Sr. Presidente, apresentei um projeto, e o que me dói — e que as minhas palavras possam chegar aos ouvidos da Assessoria Parlamentar do eminente Chefe do Governo — o que me castiga a alma é que eu havia apresentado um projeto, aqui no Senado, considerando a Fábrica Nacional de Motores como patrimônio inalienável da Nação brasileira. Vou levantar a tese que, hoje, está tendo repercussão no meio militar, porque recebi fotografias de protótipos de carros leves de combate que estavam sendo fabricados na nossa grande usina de Duque de Caxias.

Assim, Sr. Presidente, pela falta de entrosamento, em acordo com aquela velha definição de que os poderes são harmônicos e independentes, quando de fato eles são independentes mas não são harmônicos, esse projeto não virá à Ordem do Dia e terá de ser arquivado, sendo que vou lutar, agora, para realizar a autonomia da Duque de Caxias. Já tenho outro projeto porque, para mim, não há nada que diga mais respeito à segurança nacional do que a Fábrica Nacional de Motores.

Meu eminentíssimo colega, Petrônio Portella, aceito o aparte com muito prazer.

O Sr. Petrônio Portella — Senador Vasconcelos Tórrres, já por várias vezes, autorizadas vozes se ergueram, neste recinto, condenando a venda da Fábrica Nacional de Motores. Por outro lado, pessoas idôneas têm encarado a vantagem do negócio realizado pelo Governo, razão pela qual, de logo, se verifica uma controvérsia porque, em verdade, o assunto é polêmico. Reuni todos os dados relativos ao assunto e que foram objeto de pronunciamentos dos Srs. Senadores, e estou a enviá-los ao Sr. Min. da Indústria e do Comércio solicitando de S. Ex.^a os esclarecimentos que se impõem, porque a Liderança do Governo nesta Casa gosta sempre de falar autorizadamente, com dados nas mãos, a fim de que a verdade sempre triunfe. Este é o ponto de vista da Liderança da ARENA e da Liderança do Governo. Acho que é dever de todos nós, tanto da Oposição como do Governo, condenar aquilo que qualquer escalação governamental faça lesivo aos interesses do País. Sob este ângulo, eu me coloco. De resto, também é o ângulo visualizado por V. Ex.^a e, ainda há pouco, também pelo nobre Senador José Ermírio. Espero ter, dentro em pouco, os dados que serão solicitados, a fim de que possa discutir com V. Ex.^a e com quantos colegas se interessem por este assunto, que é de real valor, de real importância para a economia nacional.

O SR. VASCONCELOS TÓRRES — A intervenção de V. Ex.^a transuda a simpatia e a inteligência parlamentar.

A Liderança do Governo e da ARENA representam uma confluência e

eu, como V. Ex.^a sabe, um dos Vice-Líderes da ARENA, estou aqui, não em rebelião, mas entendo, Sr. Presidente...

O Sr. Petrônio Portella — Não estou condenando V. Ex.^a; pelo contrário, exaltei as suas boas intenções.

O SR. VASCONCELOS TORRES — V. Ex.^a está tendo aquela cautela que não é muito piauiense, é muito mineira; mas, como bom político.

O Sr. Petrônio Portella — V. Ex.^a não conhece a alma piauiense. Conhecesse, e não faria esta injustiça.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Sim, então diria que até no Piauí já chegou essa perspicácia dos homens das Alterosas, que pisam em ovos sem feri-los.

V. Ex.^a é um piauiense com esse sentido de habilidade a que, justamente, quis me referir, e não avanço o conceito no que comprehende a posição dos colegas, no caso.

Perdoe-me V. Ex.^a, não é por jactância, mas sou um conhecedor e um sofredor pela Fábrica Nacional de Motores.

Está V. Ex.^a ajuntando esses documentos para — quem sabe?! — formar ao lado da tese por mim defendida neste instante. E, colocarei a palavra adequada — tese que visa a profligar a negociação feita e que poderá ainda ser reexaminada através dos caminhos governamentais. Como V. Ex.^a deve ter ouvido, no início de meu discurso ressalvei que não estava aqui para fazer córo na maledicência do próprio, do honrado Presidente da República. Sabe o nobre colega — e ainda terá de me suportar — a voz inicial de protesto, no Congresso, partiu de mim. Teria de partir justamente de um fluminense. Talvez por isso a negociação não se efetivou imediatamente, tal como enunciada. Houve delongas. Depois foi ouvido o Conselho de Segurança Nacional. Em seguida, era para haver uma concorrência, mas, infelizmente, não houve. Entretanto, o fato é que, agora, a sabedoria parlamentar desse piauiense-mineiro, simpático toda vida, bom e inteligente, como é V. Ex.^a, Senador Petrônio Portella, dá uma saída eminentemente política, que constitui uma cobertura ao seu cor-
religionário e, ao mesmo tempo, uma

expectativa de que o assunto venha a ser reexaminado, como todos desejamos aconteça.

Sr. Presidente, quero fixar bem minha posição que não é para atender a determinados grupos desonestos e inescrupulosos que existem no País. Por exemplo, lá — e tenho conhecimento do assunto — lá que falidos de uma empresa de São Paulo quiseram entrar na concorrência, pretendentes êsses sem qualquer condição moral, e sem idoneidade financeira para tanto. Mas os capitais representados e as próprias empresas automobilísticas deste País poderiam concorrer, e até a própria Alfa-Romeo. Essa é a posição que eu quero deixar bem patente, para que a minha atitude não seja distorcida. Porque, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tenho um pensamento a respeito que resulta de um conhecimento direto dos problemas. Tenho pela nossa Fábrica Nacional de Motores, não aquêle lirismo doentio, incapaz, aquela poesia balofa de dizermos que temos automóvel; mas acompanhei perto a luta do Brigadeiro Guedes Muniz, e V. Ex.^a, Sr. Presidente, vai-me permitir que eu mencione o nome daquele que enxergou com visão de estadista, a necessidade da criação da Fábrica Nacional de Motores; que não venceu, mas convenceu a Siderúrgica Nacional, convenceu também a minha terra, em Volta Redonda, e no Município de Cabo Frio, aquêle grande estadista, o Presidente Getúlio Vargas! (Muito bem!) Ele quis estabelecer um complexo industrial e sofreu, como todos nós sabemos, a ponto de desaparecer tão tragicamente, talvez pela frustração de ter sonhado com uma grande obra — e veja, Sr. Presidente, que quem sonha neste País é tido como louco e, às vezes até, como criminoso.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer. Aliás, ressalvo que conheço o ponto de vista de V. Ex.^a V. Ex.^a é pela Indústria privada, e eu, também o sou, mas acho que o Estado tem que suprir determinadas deficiências e, antes que V. Ex.^a me aparte, quero que reconheça a tese que defendo — que essa indústria, já agora não mais brasileira, era inteiramente do interesse da segurança nacional.

O Sr. Atílio Fontana — V. Ex.^a, com a inteligência que todos lhe reconhecemos...

O SR. VASCONCELOS TORRES — Bondade de V. Ex.^a

O Sr. Atílio Fontana — ... defendendo seus pontos de vista apresenta o problema de maneira a impressionar. Já tivemos ocasião de visitar a Fábrica Nacional de Motores. Como é do conhecimento de todos, foi ela constituida muito antes da implantação da indústria automobilística no Brasil. Teve uma oportunidade das mais excelentes, com apoio estatal nas importações, no capital de giro e tudo mais, isto por volta de 1957 ou 58. Mas, já àquela época, apresentava-se de maneira pouco promissora, até mesmo deficitária.

O SR. VASCONCELOS TORRES — É a loucura do brasileiro, querer competir com o capital estrangeiro.

O Sr. Atílio Fontana — Por várias vezes viu-se obrigada a enviar ao Congresso Nacional pedido de suplementação de capital, porque, em situação tão precária, não tinha como importar determinado número de peças que compunham os caminhões Alfa-Romeo, de sua fabricação. Assim, por várias vezes estêve praticamente paralisada, por falta de capital de giro porque os negócios davam prejuízo. De sorte que o Governo da Revolução deu-se conta de que a Fábrica Nacional de Motores não tinha condições de competição com a indústria automobilística surgida no Brasil — não que lhe faltasse equipamento, condições materiais, mas porque, infelizmente, é difícil ter-se numa autarquia, numa instituição estatal ou paraestatal, administração tão eficiente que possa competir com a empresa de capital privado. Por isso mesmo, nobre Senador, foi votado o art. 163 da nossa Constituição, que reserva aos particulares toda iniciativa econômica; porque se reconhece que ao Estado devem caber, como V. Ex.^a ainda há pouco disse, as iniciativas supletivas, mas não como esta, em que já existe um certo número de indústrias automobilísticas que estão em melhores condições de competir. A Alfa-Romeo, segundo as notícias, já adquiriu a Fábrica Nacional de Motores. Ela terá, sem dúvida, a oportunidade de desenvolvê-la com resultados positivos. Ao Governo brasileiro

blica possibilidade de abrir caminho para um entendimento com os que de fato querem solucionar os problemas da reforma universitária.

— Entre os líderes estudantis — observou — há uns que, pela sua pregação constante, demonstram não aceitar qualquer solução que não seja a implantação de uma República Socialista. Com êstes, o diálogo só seria possível aceitando o que pregam. Mas ninguém nega que outros problemas afligem a Universidade e o ensino no País. Tentar solucionar as questões de ordem material, como refeições, vagas etc., juntamente com a da estrutura universitária, a partir da vitaliciedade da cátedra, seria atender a um número bem maior de líderes e estudantes, como princípio de entendimento. O Grupo de Trabalho nomeado pelo Presidente certamente abordará o assunto sob esse prisma.

Afirmou o Ministro do Trabalho que ninguém duvida de que a radicalização dos grupos de esquerda levará à radicalização do grupo de direita, que não quis identificar.

— Para os comunistas — disse — isto seria um triunfo, pois pensam que, após um período de ditadura, conseguiram levantar a consciência do povo em seu proveito. Mas o Presidente Costa e Silva tem remédios na própria Constituição para a solução que se fizer necessária.

Ao lhe perguntarem se tinha consistência a notícia de que um grupo de militares e revolucionários teria pensado na constituição de uma junta, sob a sua presidência, o Ministro Jânio Passarinho respondeu com veemência que, nem por dever de lealdade, nem pela sua formação e pelo seu passado, seria capaz de conspirar contra o Presidente Costa e Silva, nem admitir, sob nenhuma hipótese, um regime ditatorial, seja de qualquer natureza.

— Sómente os que nunca viveram sob uma ditadura — acrescentou — podem pensar que ela daria solução para os múltiplos problemas que se apresentarem.

Lembrou que, quando Fulgêncio Batista fizziou os cidadãos de seu país, estava preparando a sua substituição por um regime que transformou Cuba numa República Socialista. Em defesa do Presidente Costa e Silva, e refutando a observação de que não existe democracia no País, disse que, 48 horas após ter assistido ao Chefe do Governo resistir a pressões para uma solução de força, viu escrito em paredes do interior de Minas que o Marechal Costa e Silva era um "ditador gorila".

— Que ditadura é esta, exclamou, onde se utiliza a imprensa e a praça pública para clamar a derrubada do Governo?

Observou o Sr. Passarinho que, em alguns países que ninguém aponta como exemplos de ditadura, não se permitem os tipos de pregações que vêm ocorrendo no Brasil.

Ao ser interrogado sobre o Plano Nacional de Saúde, informou que, só ontem, o Instituto Nacional de Previdência Social lhe enviou a Brasília a conclusão dos estudos que seus dirigentes fizeram. Mas, sexta-feira, se inteirará do conteúdo dessa manifestação, que mandou examinar pelos assessores do seu Gabinete em Brasília. Negou-se, porém, a manifestar o pensamento do seu Ministério antes de um estudo em profundidade do esquema. Entretanto, disse que o plano deve ser testado na prática antes de ser condenado, segundo tem afirmado o Ministro Leonel Miranda. Para isto, deu ordem ao I.N.P.S. que ponha à disposição do Ministério da Saúde todos os recursos que se fizerem necessários nos locais da experiência-piloto.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PORTRARIA

N.º 84 de 7 de agosto
1968

O DIRETOR-GERAL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

designar ALOÍSIO BARBOSA DE SOUZA, ROBERTO VELLOSO, Reda-

tores de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, e ZULEIKA DE CASTRO MONTEIRO, Oficial Legislativo, PL-6, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar as causas do acidente havido com o automóvel do Senado, placa 80-45, dirigido pelo Motorista, PL-10, ODILON VICENTE ISAAC, bem como avaliar os danos sofridos pela viatura.

Secretaria do Senado Federal, em 07 de agosto de 1968.

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral

COMISSÃO DE PROMOÇÕES

A Comissão de Promoções, em reunião realizada em 8 de agosto de 1968, ao tomar conhecimento da existência de vagas na carreira da Portaria, decorrente da aposentadoria de URACY DE OLIVEIRA, Auxiliar de Portaria, PL-9 (Resolução n.º 40/68 — D.C.N., de 31/05/68), organizou nos termos do art. 98 da Resolução n.º 6, de 1960, a seguinte lista:

De Auxiliar de Portaria, PL-10 a PL-9 — Critério — ANTIGUIDADE

Cabe a

BRENO BRAZ DE FARIA

De Auxiliar de Limpeza, PL-11 a Auxiliar de Portaria, PL-10 — ACESSO (de acordo com o § 1º do art. 2º da Resolução n.º 64/64)

Critério — MERECIMENTO
Concorrem:

1 — Aroldo Lacerda Guimarães — vindo de listas anteriores

2 — Baldoíno José Teixeira — vindo de listas anteriores

3 — Cláudio Barbosa Leite
Secretaria do Senado Federal, em 8 de agosto de 1968.

Evandro Mendes Viana
Presidente da Comissão de Promoções

V. Ex.^a sabe que nem sequer estamos na era industrial e, segundo as modernas teorias econômicas, há vários estágios; países que se encontram na era pré-industrial; países em industrialização; países industrializados. E, já se fala até — e V. Ex.^a deve saber, porque conhece bem esses assuntos — na pós-industrialização, ou seja, para aqueles países que têm uma renda per capita superior a US\$ 4.000,00. Sabe V. Ex.^a que o Brasil tem uma renda per capita de US\$ 150,00.

Responda-me pelo amor de Deus, dê-me uma lição; esmague-me, prove-me V. Ex.^a que há indústria brasileira. Brasileira, que eu falo, é a seguinte: toda ela com direção brasileira; que não mande royalties para o estrangeiro. E não sabemos o valor desses royalties, muito embora tenha sido constituída uma C.P.I. no Senado e outra na Câmara. Ninguém devassou, porque é assunto bancário, há sigilo. Diga, nobre Senador, se não há "testas de ferro" nas diretorias das empresas automobilísticas brasileiras. E o brasileiro não pode ter carro porque, de 6 em 6 meses, o preço é aumentado, sendo, agora, altamente proibitivo.

Responda-me, num adminículo, como pode uma empresa avaliada em 40 mil dólares ser vendida por 36, Sr. Senador?

O ex-Presidente Castello Branco, cuja memória neste instante reverencio e reverenciarei sempre, respondeu não fechar negócio, porque admitia a recuperação da fábrica e este serviço há de ser creditado ao falecido Mal. Humberto de Alencar Castello Branco.

A fábrica se recuperou, passou a dar lucro, passou a estabelecer protótipos de carros leves para o Exército, tanques e veículos. Agora, se o Exército brasileiro, — dentro da pergunta, porque não estou respondendo a V. Ex.^a e V. Ex.^a vai me responder — quiser adquirir um daqueles carros leves de combate vai ter que pagar royalties a Milão! Porque hoje não é Fábrica Nacional de Motores, hoje é Fábrica Nacional de Milão.

Se V. Ex.^a me responder, vou me sentar aqui e vou até apertar-lhe a

mão. Mas, não precisa ficar tão branco como está!

O Sr. Atílio Fontana — Quando pensou em vender a Fábrica Nacional de Motores, o Governo a pôs à venda e pediu que grupos nacionais, industriais brasileiros, com capitais brasileiros, fizessem propostas.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Não é exato.

O Sr. Atílio Fontana — É verdade, foi o que informou o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Não é exato.

O Sr. Atílio Fontana — Ninguém poderá provar que o Governo brasileiro deixaria de vender a fábrica a brasileiros para vendê-la a estrangeiros. Vendeu a estrangeiros porque os nacionais não fizeram uma proposta em condições.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Não houve concorrência.

O Sr. Atílio Fontana — Houve até proposta da Fábrica Nacional de Vagões para adquirir a Fábrica Nacional de Motores, mas não apresentava condições de enfrentar um compromisso desses. Quanto à questão dos royalties, que foi a primeira pergunta, infelizmente...

O SR. VASCONCELOS TORRES — Vou sintetizar: a Fábrica Nacional de Motores, ao tempo do Presidente Castello Branco, foi negociada por quarenta milhões de dólares e, no entanto, foi vendida agora por trinta e seis milhões. Mas a minha pergunta é se há indústria automobilística brasileira.

O Sr. Atílio Fontana — Vou completar, primeiro, o quesito que me fez V. Ex.^a, a questão de remessa de royalties para o estrangeiro.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Foi uma questão paralela.

O Sr. Atílio Fontana — Que seja. Lamentavelmente, nós, brasileiros, ainda dependemos do capital estrangeiro. Melhor seria se não dependessemos. Não precisaríamos pagar juros, nem dividendos, nem royalties.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Que indústria privada é essa? Indústria privada para outros, não indústria privada brasileira.

O Sr. Atílio Fontana — Permita-me que lhe preste um esclarecimento. V. Ex.^a me concedeu o aparte.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Isso é do debate parlamentar. V. Ex.^a me desculpe.

O Sr. Atílio Fontana — Sabemos que o Brasil tem grandes encargos no estrangeiro, dividendos, juros de capital, amortizações de dívidas, royalties, e outras despesas maiores. Elas existem. E por que existem? Porque, infelizmente, se quisermos desenvolver a indústria automobilística, e outros setores, teremos que aceitar capital estrangeiro. Não pode ser de outra maneira.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Mas tivemos Volta Redonda.

O Sr. Atílio Fontana — Estamos pagando muito caro. Mas a Fábrica Nacional de Motores poderia ter sido comprada por brasileiros. Temos aqui um dos maiores industriais do País, mas S. Ex.^a não se interessou pela aquisição da fábrica, talvez porque não seja do seu ramo, ou por qualquer outra razão. Também somos industriais e não podemos nem sonhar com a aquisição de um empreendimento de 36 milhões de dólares. Por essa razão, continuamos a pagar grande tributo. Lamentavelmente, temos falado, aqui, reiteradamente, parece que há uma tendência de, quando nos oferecem dinheiro no exterior, aceitá-lo, mesmo que o juro seja um pouco mais elevado do que o de outros negócios que já se fizeram, de receber empréstimos estrangeiros e aumentar nossa dívida. V. Ex.^a tem toda razão. Infelizmente, não temos condições para fugir desta triste situação em que o Brasil está.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Por isto respeito V. Ex.^a. Obrigado pelo gol que V. Ex.^a me deu na sua própria área de defesa.

O Sr. Atílio Fontana — Outra coisa: a fábrica foi vendida por 36 milhões de dólares quando poderia ter sido por quarenta milhões. Realmente, não estou dentro do negócio, não posso saber, mas, pelo que li nos jornais, o Governo brasileiro não vendeu a Fábrica Nacional de Motores com todo o seu acervo. Os jornais publicaram isso, e eu acredito, porque a F.N.M. tem um patrimônio

ni, do terreno onde está localizada, muito grande. E, segundo sei, pelo menos as notícias que eu tive, é que o Governo vendeu uma área de terra muito menor que a que possuía a F.N.M. O restante da área, da qual o Governo continua proprietário, certamente cobrirá esses 4 milhões de dólares. De sorte que, nessa parte não posso dar maiores detalhes. Só sei dizer que não devemos recriminar o Governo porque fez esse negócio. Não o fez com os nossos patrícios, porque eles não se apresentaram. Infelizmente, aqui no Brasil, ainda não é fácil encontrar uma empresa que se disponha a assumir um compromisso de 36 milhões de dólares para pagar num tempo mais ou menos curto, com uma parte à vista. De sorte que esta é a situação da Fábrica Nacional de Motores. Creio que assim respondi a V. Ex.^a.

O SR. VASCONCELOS TORRES — V. Ex.^a foi honesto. Não me "achatou", evidentemente, como eu esperava...

O Sr. Atílio Fontana — Não se "achata" um brilhante parlamentar como V. Ex.^a.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Mas eu podia — perdoe, Sr. Presidente, hoje isto não é mais linguagem vulgar, já se incorporou ao vocabulário — eu podia "estar por fora." Perguntei se havia indústria brasileira de automóveis e honestamente meu brilhante colega e amigo Senador Atílio Fontana diz que não, que ainda temos de pagar royalties e, quando se paga royalties, é porque não há indústria. Então eu diria — agora passo a responder — que a única indústria brasileira de automóveis, era — infelizmente o tempo do verbo tem que ser este — era a F.N.M.

Na segunda resposta — por isto é que V. Ex.^a se credencia em nossa estima — V. Ex.^a diz que não está a par. Posso-lhe informar que não houve abertura de concorrência. Estou dentro do pensamento do nobre Senador Petrônio Portella — isto é um debate público e quero fixar minha posição: pertencer à ARENA, à Aliança Renovadora Nacional, não significa estar aí aceitando tudo, porque um amigo do Governo não é aquél que vive de salamaleques,

zumbaias, é aquél que fala a verdade. Tenho que falar da tribuna do Senado, porque, do contrário, não serei Senador da República. Ressalvo e ressalvarei sempre a honorabilidade inatacável do Presidente Costa e Silva.

Faço questão de dizer, é um negócio, como disse o Senador Petrônio Portella. Estou falando negócio, porque se eu não fosse da ARENA, esse negócio, Sr. Presidente, teria outra denominação, também derivada de negócio... Quero aguardar. Estou aqui justamente clamando por esclarecimentos. Mas amigo é o que diz a verdade. Amigo é aquél que está falando a setores, eu sei, das Forças Armadas que também querem esclarecimentos sobre isso.

Por que eu, Senador eleito pelo Estado do Rio de Janeiro, onde estava localizada a Fábrica Nacional de Motores, hoje Fábrica Nacional de Milão, que estava produzindo veículos para o Exército, não vou ser esclarecido também? Por que pegar o telefone, como me disse um Sr. Ministro, que eu não ficasse fazendo requerimentos de informações, uma verdadeira inflação de pedidos, e lhe desse um telefonema que S. Ex.^a me explicava tudo? Não, Sr. Ministro, não faço representação popular na base de telefonemas. Esse cochichismo político está abandonado em todo o mundo. Nem na África, nem na América Latina está mais sendo utilizado.

Mas V. Ex.^a foi cem por cento e quero que V. Ex.^a me perdoe, eu tremi no desafio que fiz a V. Ex.^a

O Sr. Atílio Fontana — Não havia razão para tanto.

O SR. VASCONCELOS TORRES — V. Ex.^a podia ter algum jôgo escondido e me responder de tal maneira que eu ficasse arrasado. Mas V. Ex.^a fez justamente isso que acho notável, é um paradoxo porque, aparentemente em posições contrárias, no fundo temos as mesmas idéias. O que o Senador Atílio Fontana tem é essa intoxicação afetiva. Mas indústria privada para mim — sou adepto dela, porque sou anticomunista e serei sempre, portanto, sou um privatista — indústria privada deve ser brasileira. Então, indústria privada só para os outros?

O Sr. José Ermírio — V. Ex.^a está cem por cento certo.

O Sr. Atílio Fontana — Mas há algum dispositivo que não permita a brasileiros montar fábricas de automóveis?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Então, indústria privada para que, se há indústria de sabonete Gessy, pasta dental Colgate e outras coisas?

O Sr. Atílio Fontana — Chegará o dia ainda!

O SR. VASCONCELOS TORRES — V. Ex.^a é um economista, e rendo-lhe homenagem neste particular. Veja V. Ex.^a o que dizem os próprios norte-americanos, por exemplo, o Sr. John Galbraith, agora no seu novo livro "O Novo Estado Industrial". V. Ex.^a veja a opinião dele sobre os países e Estados como o nosso. Porque desgraçadamente estamos na fase pré-industrial e caminhamos para o chamado estágio de industrialização, pois há uma conexão entre estes dois tipos, e é justamente a renda per capita que dá essa classificação. Entendo, e nessa parte, é intuitivo e patriótico, sinto isso — acho que deve ser assim e se o Estado não fizesse Volta Redonda, jamais teríamos uma indústria pesada.

O Sr. José Ermírio — Apoiado!

O SR. VASCONCELOS TORRES — Eu mencionei, e com que respeito, porque vamos passar por esses debates, tudo isso, mas há de avultar a figura maior neste País, para mim, porque tirou o País da área de exportador de sobremesas, de café e bananas, esse notabilíssimo, que apesar de morto há de ser sempre lembrado e respeitado, como agora quando trato desse problema da Fábrica Nacional de Motores, Getúlio Dornelles Vargas.

O Sr. José Ermírio — Muito bem, Senador Vasconcelos Tôrres! Para uma explicação: V. Ex.^a leu em algum jornal alguma concorrência sobre a venda da Fábrica Nacional de Motores?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Não houve, eu não li.

O Sr. Atílio Fontana — Não só por concorrência se pode vender, pode-se fazer tomada de preços. É muito comum e legal o Governo ou qual-

quer emprêsa fazer uma tomada de preços.

O SR. VASCONCELOS TORRES —
V. Ex.^a me perdoe, não podemos jamais, Sr. Presidente, num ambiente parlamentar de respeito como este, descer ao baixo nível do piadismo, mas éle às vêzes, porque é muito brasileiro, tem que ser pelo menos elevado às culminâncias de um debate, para citar aqui, na venda da Fábrica Nacional de Motores à Alfa Romeo, o caso de um cidadão que tem um pretendente ao casamento de uma de suas filhas, diz: casa com qualquer uma, desde que seja com a Maria — venda-se a qualquer um, desde que seja à Alfa Romeo, que é uma emprêsa estatal, aliás, com outras implicações que ao seu tempo voltarei a examinar. Porque Caxias hoje é área de segurança nacional, temos que tirar Caxias da área de segurança nacional.

Como vamos ter uma emprêsa estrangeira dentro de Caxias! E ela não será a única emprêsa estrangeira dentro de Caxias. Existe a FARMITÁLIA, como outras. Evidentemente a "Fábrica Nacional de Milão" vai ser mais ligada à Itália do que ao Brasil.

Sr. Presidente, estou sabendo que meu tempo começa a esgotar-se, e já recebi um aviso a latte, como diria nosso prezado e querido colega, Eurico Rezende.

Finalizado o exame da Fábrica Nacional de Motores, passamos ao problema da siderurgia no Brasil:

Também sinto um alarme, sim, porque começo, como o índio, a colocar o ouvido no chão e pressinto um rumor distante. Não tenho radar, mas estou meio apavorado com a idéia de que a Companhia Siderúrgica Nacional não vá igualmente de cambulhada, depois da Fábrica Nacional de Motores.

Evidentemente alerto o Governo, de cuja bancada faço parte, como suporte político. Não é um ataque pessoal à figura do Presidente da República. São teses que a ARENA tem de discutir, para não ficar com o ônus lá fora. Tenho atuação política em meu Estado e ouço que a ARENA serve a tudo, sem ao menos debater. Não é esta a ARENA que o Presidente da República deseja, nem é esta a

ARENA que está aqui no Senado, nem na Câmara dos Deputados.

Enviarei à Mesa, Sr. Presidente, todo o estudo que fiz, que escrevi, às vêzes parando de emoção, porque todos que temos uma parcela de responsabilidade na representação popular nos identificamos com essas causas.

Na Fábrica Nacional de Motores, eu, com vinte e dois anos de mandato, e que ali sempre vou, que ali sempre estou, nunca coloquei ninguém, nunca pedi um "JK" para ninguém, não pedi que dessem preferência à venda de um caminhão. Pelo contrário, já denunciei algumas firmas que, a pretexto de distribuirem esses veículos, de grande aceitação no mercado, fazem verdadeiras chantagens em cima dos seus fregueses. Tive ocasião de dizer aqui isso tudo, pode ser levantado.

Tenho, apenas, seguidamente, defendido essa fábrica, e repito, sofri, sofri muito durante determinado período, mas varri a testada porque uma vez eu tive que ir lá explicar, Sr. Presidente, e estava num refeitório com os trabalhadores, mas nunca, na outra área, em que alguns se beneficiaram dessa fábrica e a sobrecarregaram, fazendo com que, realmente, ou por interesses escusos, ou também, por satisfação de necessidades imediatas, respeitáveis ou não, procuraram a Fábrica para favores pessoais.

Fiquei muito honrado com os apertos, que deram relêvo, deram dimensão maior do que a minha apoucada figura.

Mas antes de terminar, Sr. Presidente, V. Ex.^a vai me permitir, dentro daquela tradição de que não fugirei jamais, sempre que chego aqui, encaminhar à Mesa os meus invariáveis requerimentos de informações. Este parlamentar abelhudo, que quer saber tudo, que aborrece alguns, mas que vai tendo os dados necessários, como teve, sobretudo a respeito da Fábrica Nacional de Motores, para tratar de matéria tão relevante como a de que estou tratando.

A safra de hoje — perdoe-me o Sr. Presidente a expressão — é a seguinte: o primeiro, solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — D.N.E.R. — sobre a construção de ponte no Rio

Itabapoana, na continuação da rodovia Pirapetinga—Pádua—Bom Jesus, no Estado do Rio.

O segundo, ao Ministério dos Transportes, Rêde Ferroviária Federal S. A., sobre transferência do ponto final dos trens da Leopoldina para a gare D. Pedro II, ao invés de Francisco de Sá, para beneficiar os usuários do Município de Duque de Caxias.

Um outro, Sr. Presidente, ao Ministério da Agricultura, sobre importação e distribuição de colhedeiras.

Ao Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior — informações sobre instalação de estabelecimentos de ensino agrícola e veterinário.

Ao Ministério da Saúde, solicitando informações sobre medidas de combate à paralisia infantil no Estado do Rio.

Ao Ministério do Trabalho e Previdência Social — I.N.P.S. — sobre atendimento por parte de hospitais que têm convênios com o Instituto, no Estado do Rio.

Ao Ministério do Interior, pedindo informações sobre construção de interceptor oceânico, no Estado do Rio de Janeiro.

Ao Ministério do Exército, sobre a produção de veículos militares pela Fábrica Nacional de Motores, que abordei rapidamente no meu discurso de hoje.

Ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, I.N.P.S. — sobre instalação de agência em Miguel Pereira, no Estado do Rio.

Ao Ministério dos Transportes — D.N.E.R. — sobre os trabalhos de repavimentação da estrada Rio—Petrópolis.

Sobre esse tema, Sr. Presidente, queria chamar a atenção do Ministro Mário Andreazza, pois quem vai não só a Petrópolis, mas a Brasília, tem que passar obrigatoriamente pela Rio—Perópolis, nas duas estradas, tanto a chamada "do contorno", como a antiga estrada Rio—Petrópolis. Estamos observando que automóveis e caminhões andam a um quilômetro por hora: a todo momento há um sinal de bandeira verde, ou bandeira vermelha, e isso está parecendo assim uma espécie de obra de Santa Ingrácia.

Sei que éste Ministro, Sr. Presidente, é dos bons, do nosso M.D.A., Mário Da-

vid Andreazza, que inclusive lê o "Diário do Congresso", porque sempre responde por uma carta ou um telex. Gostaria que S. Ex.^a determinasse ao D.N.E.R. rápidas providências, porque é a irritação, a neurose, que começam. E V. Ex.^a sabe, e particularmente o nobre Presidente conhece a região, que há um grupo de pessoas em Petrópolis que trabalha na Guanabara, e está se criando, com esses atrasos, obstáculos a que eles possam exercer normalmente as suas funções.

Sr. Presidente, era o que eu queria dizer no dia de hoje, agradecendo a atenção dos colegas que me honraram com seus apartes, e fixando minha posição — não de um "delenda", mas, de um construtor que deseja, através da crítica sensata, correta, honrada e amiga, apontar algumas falhas.

S. Ex.^a o Senhor Presidente da República há de sentir que não são apenas os inimigos do Governo que estão tratando do problema da Fábrica Nacional de Motores; os amigos também estão apreensivos. E, quem sabe, Sr. Presidente, porque o Marechal Arthur da Costa e Silva é homem que se revela à altura do cargo que ocupa e se já custou a autorizar e criou vários obstáculos, bem pode anular essa venda. E se o fizesse, Sr. Presidente, seria saudado, não por mim, que sou seu amigo, mas pela opinião pública, essa opinião pública que pensava que a Fábrica Nacional de Motores era uma "ilha cercada de bandidos por todos os lados". (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes requerimentos:

REQUERIMENTO
N.^o 954, DE 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — D.N.E.R. —, sobre construção de ponte no Rio Itabapoana, na continuação da rodovia Pirapetinga—Pádua—Bom Jesus, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Po-

der Executivo, através do Ministério dos Transportes — D.N.E.R. — quais as providências tomadas visando à construção de uma ponte sobre o Rio Itabapoana, na continuação da rodovia Pirapetinga—Pádua—Bom Jesus, Estado do Rio de Janeiro, a fim de ligar essa estrada de grande importância nacional à rede capixaba.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1968. — Vasconcelos Tôrres.

REQUERIMENTO
N.^o 955, DE 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — R.F.F. S/A — sobre transferência do ponto final dos trens da Leopoldina para a gare D. Pedro II, ao invés de Francisco Sá, para beneficiar os usuários do município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — R.F.F. S/A — quais as providências tomadas visando transferir o ponto final dos trens da Leopoldina para a gare D. Pedro II, ao invés de Francisco Sá, para beneficiar os usuários, de classes menos favorecida, do Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, que terão, assim, um ponto mais central de desembarque.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1968. — Vasconcelos Tôrres.

REQUERIMENTO
N.^o 956, DE 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, informações sobre importação e distribuição de colhedeiras.

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre o seguinte:

1 — Paralelamente à importação de colhedeiras da Iugoslávia, tem o Ministério planos para distribuição das mesmas pelas diversas regiões do país, bem como para financiamento, formação de ope-

radores e rede de assistência técnica, isoladamente ou em convênio com outros órgãos da Administração?

2 — Atualmente como age o Ministério da Agricultura no atendimento de nossas necessidades de máquinas agrícolas?

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1968. — Vasconcelos Tôrres.

REQUERIMENTO
N.^o 957, DE 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior — informações sobre instalações de estabelecimentos de ensino agrícola e veterinário.

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior — sobre o seguinte:

1 — Existem planos, no M.E.C., para instalação de novas Faculdades de Agronomia, Escolas Médias ou Superiores de Agronomia, bem como de ampliação das existentes?

2 — Pretende o Governo estabelecer cursos intensivos, de duração limitada, para atender, de imediato, às nossas necessidades no setor?

3 — Existem convênios com outros países para aperfeiçoamento de agrônomos ou veterinários brasileiros? Com que países e quais os resultados obtidos até a presente data?

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1968. — Vasconcelos Tôrres.

REQUERIMENTO
N.^o 958, DE 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, informações sobre medidas de combate à paralisia infantil no Estado do Rio.

Senhor Presidente,

Requeiro na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder

Executivo, através do Ministério da Saúde, quais as medidas adotadas para combater a paralisia infantil no Estado do Rio de Janeiro, notadamente nos municípios de Nova Iguaçu, Caxias, Campos, São Gonçalo e São João de Meriti, onde houve maior incidência de casos da doença.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1968. — Vasconcelos Tôrres

REQUERIMENTO
N.º 959, DE 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — I.N.P.S. — informações sobre atendimento por parte de hospitais que têm convênio com o Instituto, no Estado do Rio.

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituração regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — I.N.P.S. — quais as providências adotadas a fim de que os hospitais que mantêm convênio com o Instituto atendam satisfatoriamente os segurados que os procuram, no Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1968. — Vasconcelos Tôrres

REQUERIMENTO
N.º 960, DE 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior — D.N.O.S. — informações sobre construção de interceptor oceânico em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituração regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — D.N.O.S. — se existe plano para construção de interceptor oceânico em Niterói, Estado do Rio, visando evitar a poluição das praias.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1968. — Vasconcelos Tôrres

REQUERIMENTO
N.º 961, DE 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Exército, informações sobre a produção de veículos militares pela Fábrica Nacional de Motores S/A — F.N.M.

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituração regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério do Exército, sobre o seguinte:

- 1) Houve alguma negociação entre o Ministério da Guerra e a Fábrica Nacional de Motores visando à fabricação de veículos militares para o Exército Nacional?
- 2) Caso afirmativo, serão estes veículos fabricados pela Alfa-Romeo, compradora da F.N.M. sem que disso resultem inconvenientes para o Exército?

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1968. — Vasconcelos Tôrres

REQUERIMENTO
N.º 962, DE 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — I.N.P.S. — informações sobre instalação de agência em Miguel Pereira, Estado do Rio.

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituração regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — I.N.P.S. — quais as providências em andamento para instalar uma agência em Miguel Pereira, no Estado do Rio.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1968. — Vasconcelos Tôrres

REQUERIMENTO
N.º 963, DE 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — D.N.E.R. — informações sobre os trabalhos de repavimentação da estrada Rio-Petrópolis.

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituração regimental vigente, informe o Po-

der Executivo, através do Ministério dos Transportes — D.N.E.R. — quais os motivos do atraso nos trabalhos de repavimentação da estrada Rio-Petrópolis e para quando está prevista a sua conclusão.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1968. — Vasconcelos Tôrres

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — Os requerimentos lidos, depois de publicados, serão despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — Sobre a mesa, expediente que vai ser lido pelo Sr. 1.º — Secretário.

É lido o seguinte:

Em 9 de agosto de 1968

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Exceléncia que, terminada a licença em cujo gozo me achava, reassumo hoje o exercício do meu mandato.

Atenciosas saudações.

João Abrahão

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — A comunicação lida será publicada.

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — Com a palavra o nobre Senador João Abrahão.

O SR. JOÃO ABRAHÃO (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto a esta Casa após curto período de licença. E trago no espírito os reflexos de uma Nação intranquila, num processo de fermentação de crises que se deflagram de momento a momento. E seria doloroso para mim tornar-me um narrador de fatos caóticos. Mas eu me obrigo a analisar o angustiado quadro político brasileiro, quando vemos o espírito de uma democracia virtualmente estrangulada. Ora, a Constituição de 1967, que não perde as características de carta outorgada, prevê, mesmo assim, a supressão dos instrumentos de exceção com que se armou o movimento militar de 1964. Por que, então, voltaram a vigorar os atos institucionais? A estranha sobrevivência de uma legislação violenta e opressora indica, evidentemente, estar o Brasil tristemente

sujeito ao sistema nervoso de algumas figuras que compõem o chamado Poder Revolucionário. E é o povo que está exposto aos distúrbios e desregimentos políticos de um Governo vazio de idéias e efêmero na sua duração.

O Sr. Presidente da República estreou o seu mandato ilegítimo com pretensões de pacificador nacional. Não pôde, todavia, libertar-se da camisa de força que lhe cessa os movimentos, e o torna mais vulnerável diante da análise crítica da família brasileira. Devo recordar a posição que assumi, quando esta Casa e a Câmara, incorporadas, elegeram o Marechal Costa e Silva chefe da Nação. Naquele ensejo, em meio a um Parlamento coagido, lavrei energico protesto contra uma farsa eleitoral. E não escondi a minha amarga descrença, e a minha decepção profunda, face a um espetáculo próprio às Nações abatidas por golpes de força.

Mantendo o protesto. E manifesto a convicção de que tudo vai mal neste País. Os humildes sofrem as torturas da marginalidade. E a despeito de combater-se a subversão, cassou-se praticamente o direito de greve, enquanto está em vigor a miséria salarial. Aos clamores da massa obreira o Governo responde com a violência, preferindo êstes eventuais dirigentes adotar a trágica decisão de liberar o custo de vida e tabelar a remuneração ridícula dos trabalhadores.

Vivemos uma noite política há 4 anos. Um grupo armado, que encarna as caducadas guardas pretorianas, exerce o poder do arbitrio, sem que possa falar em nome das Forças Armadas, cuja fidelidade à democracia é fato inquestionável. Em esferas internacionais o Brasil perdeu altitude. Se era, esta Nação, considerada um padrão de respeito aos direitos fundamentais do Homem, hoje é vista como simples tribo de incapazes, de cérebro obturado e sem o dom da perspectiva diante da História.

Cientistas, do mais alto saber, nos deixaram, postos fora de nossas fronteiras por um bando absolutista. E esta revolução, que sabe cassar, mas não sabe anistiar ou rever gestos de gritante abuso, então reconheça a

sua condição subalterna de violentar e ferir valores humanos.

Charles De Gaulle, talvez o maior estadista vivo da Humanidade, carrega nos ombros as responsabilidades dramáticas de uma França tão dignificada com o seu viveiro de gênios e sábios. Chamado, há dez anos, a comandar os destinos dos franceses, De Gaulle venceu as resistências de uma sedição taticamente armada. Deu liberdade à Argélia e anistiou os que juraram destruí-lo. Nestes últimos dias, conduziu-se com a mesma grandeza, revelando ao mundo o perfil de um guia lúcido do mais avançado país do mundo latino.

Não lhe faltou a humildade de submeter-se, por mais de uma vez, à sorte do plebiscito. Estendeu as mãos ao seu povo, caminhando por toda a França. Se a juventude rebelou-se, alegando a presença de uma estrutura universitária desatual, o grande condutor da Pátria de Lamartine soube transigir, num gesto de renúncia e grandeza.

Lastimável, no entanto, é que os que governam o Brasil, no momento, repelam a nobre lição francesa e optam pelos exemplos de semideuses carnívoros da idade média. Os resíduos deixados por ditaduras sanguinárias e conservadoras passam a ser energia viva, e movem o pobre arca-bouço de um regime que se resguarda nas armas, e delimita a sua própria ausência do povo. Extinguiu-se a prerrogativa da expressão do pensamento. Se há a faculdade de ser livre, então esta franquia cabe apenas aos improvisados inquilinos do Poder.

Decidiu-se, agora, o recolhimento da juventude às prisões. E a Nação, que não pode prescindir dos moços, assiste pateticamente o desdobramento das arbitrariedades. A figura austera dos tribunais é turvada pela incontinência policial. A lei existe por existir. Mas o grupo dominante não reluta em descumprir as decisões judiciais. E então os detentores do Poder deliberaram-se em conceder aos brasileiros uma precária licença de subsistência em sua própria terra.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, no Plano inclinado em que resvalam as magras esperanças do povo está definido o sentido desolador de uma Na-

ção golpeada pelo despotismo. Não se desculdem, destarte, os que se apropriaram do Poder e apunhalaram a democracia, de que nada se faz sem a audiência prudente da História. Este acervo de erros e crimes não deixará de ser o único patrimônio de um Governo que não tem, obviamente, inspiração para as grandes coisas.

Governo que passa a ser uma ins-tituição volante, e se instala aqui e ali — como faz atualmente a equipe Costa e Silva —, não desfaz a imagem negativa que criou. Será apenas um Poder que pratica o turismo, one-rando o já desfigurado tesouro.

Alinharam-se assim os ângulos de uma dominação despotica, deficitária em manifestações de amor e respeito ao sofrido povo brasileiro. É a verdade, serena e eterna. (Muito bem! Muito bem!)

Comparecem mais os Srs. Senadores:

Flávio Brito — Sebastião Archer — Victorino Freire — Petrônio Portella — Dinarte Mariz — Leandro Maciel — Dilton Costa — Antônio Balbino — Paulo Torres — Aurélio Viana — Nogueira da Gama — João Abrahão — Pedro Ludovico — Filinto Müller — Atílio Fontana — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — A Presidência comunica que resolveu convocar sessões conjuntas para os dias 27, 28, 29 de agosto, 5, 10, 11, 12, 17, 18 e 19 de setembro, às 21 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 27 de agosto

— Projeto de Lei n.º 35/68, no Senado, e n.º 972/68, na Câmara, que modifica a redação dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 28 de agosto

— Projeto de Lei n.º 169/66, no Senado, e n.º 4.015/62, na Câmara, que dispõe sobre as contribuições de que tratam o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, e o artigo 23 da Lei n.º 5.107, de 13-9-66 (veto parcial).

Dia 23 de agosto

- Projeto de Lei n.º 19/68, no Senado, e n.º 956/68, na Câmara, que dá nova redação ao art. 3.º do Decreto-Lei n.º 210, de 27-2-1967, que estabelece normas para o abastecimento de trigo, sua industrialização e comercialização, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 5 de setembro

- Projeto de Lei n.º 47/68, no Senado, e n.º 1.080/68, na Câmara, que modifica dispositivos da Lei n.º 5.227, de 18-1-67, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 10 de setembro

- Projeto de Lei n.º 14/68 (C.N.), que dispõe sobre a redução e isenção de impostos na exportação e na importação (veto parcial).

Dia 11 de setembro

- Projeto de Lei n.º 15/68 (C.N.), que institui o sistema de sublegendas, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 12 de setembro

- Projeto de Lei n.º 33/67, no Senado, e n.º 1.934/64, na Câmara, que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCr\$ 300.000,00, para atender às despesas com a assistência às regiões dos Estados do Pará e Piauí, atingidas pelas enchentes (veto total).

- Projeto de Lei n.º 32/67, no Senado, e n.º 1.879/64, na Câmara, que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 910.388,66, destinado a atender às despesas decorrentes da aplicação da Lei n.º 4.242, de 17 de julho de 1963, ao pessoal da Prefeitura do Distrito Federal (veto total).

Dia 17 de setembro

- Projeto de Lei n.º 33/65, no Senado, e n.º 3.364/65, na Câmara, que dispõe sobre o processo ju-

dicial de mudança de nome ou de prenome do brasileiro por naturalização, e dá outras providências (veto total).

- Projeto de Lei n.º 3/68, no Senado e n.º 3.914/66, na Câmara, que autoriza a reversão de uma área de terra na Cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal da mesma localidade; (veto total).

Dia 18 de setembro

- Projeto de Lei n.º 33/67, no Senado e n.º 856/67, na Câmara, que dispõe sobre a ocupação do próprio da União por servidores públicos federais e dá outras providências; (veto total.)
- Projeto de Lei n.º 111/67, no Senado e n.º 119/63, na Câmara, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de NCr\$ 10.000,00, para ocorrer a despesas com instalação de órgãos oriundos pela Lei número 4.088, de 12-7-62, e dá outras providências; (veto total.)

Dia 19 de setembro

- Projeto de Lei n.º 102/63, no Senado e n.º 418/59, na Câmara, que cria Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências; (veto total.)

Para as Comissões Mistas que os deverão relatar foram designados os seguintes Srs. Senadores:

quanto ao primeiro voto

- | | |
|-------------------|----------|
| Attilio Fontana | — ARENA |
| Carlos Lindenberg | — ARENA |
| José Ermírio | — M.D.B. |

quanto ao segundo

- | | |
|------------------|----------|
| Antônio Carlos | — ARENA |
| Leandro Maciel | — ARENA |
| Josaphat Marinho | — M.D.B. |

quanto ao terceiro

- | | |
|------------------|----------|
| Wilson Gonçalves | — ARENA |
| Mem de Sá | — ARENA |
| José Ermírio | — M.D.B. |

quanto ao quarto

- | | |
|-----------------|----------|
| Carvalho Pinto | — ARENA |
| Clodomir Millet | — ARENA |
| Bezerra Neto | — M.D.B. |

quanto ao quinto

- | | |
|------------------------|----------|
| Paulo Torres | — ARENA |
| Dylton Costa | — ARENA |
| Argemiro de Figueiredo | — M.D.B. |

quanto ao sexto

- | | |
|------------------|----------|
| Manoel Villaça | — ARENA |
| Wilson Gonçalves | — ARENA |
| Bezerra Neto | — M.D.B. |

quanto ao sétimo

- | | |
|-----------------|----------|
| Filinto Müller | — ARENA |
| João Cleofás | — ARENA |
| Antônio Balbino | — M.D.B. |

quanto ao oitavo

- | | |
|-----------------|----------|
| Carvalho Pinto | — ARENA |
| Adolpho Franco | — ARENA |
| Antônio Balbino | — M.D.B. |

quanto ao nono

- | | |
|-------------------|----------|
| Eurico Rezende | — ARENA |
| Petrônio Portella | — ARENA |
| Edmundo Levi | — M.D.B. |

quanto ao décimo

- | | |
|-------------------|----------|
| Carlos Lindenberg | — ARENA |
| Pessoa de Queiroz | — ARENA |
| Edmundo Levi | — M.D.B. |

quanto ao décimo-primeiro

- | | |
|-------------------|----------|
| Antônio Carlos | — ARENA |
| Petrônio Portella | — ARENA |
| Aurélio Vianna | — M.D.B. |

quanto ao décimo-segundo

- | | |
|--------------|----------|
| Paulo Torres | — ARENA |
| Rui Palmeira | — ARENA |
| Oscar Passos | — M.D.B. |

quanto ao décimo-terceiro

- | | |
|--------------|----------|
| Mello Braga | — ARENA |
| José Leite | — ARENA |
| Edmundo Levi | — M.D.B. |

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — Esgotada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 625, de 1968) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 93, de 1968 (n.º ... 1.293-B/68, na Casa de origem), que dá nova redação a dispositivos do Decreto-Lei n.º 245, de 28 de fevereiro de 1967, que trans-

forma o Colégio Pedro II em autarquia, e dá outras providências.

Está em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerra-se a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Encerrada a discussão, e não havendo emendas, nem requerimentos, para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

A matéria voltará à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER

N.º 625, de 1968

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 93, de 1968 (número 1.293-B/68, na Casa de origem).

Relator: Sr. Duarte Filho

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 93, de 1968, (n.º 1.293-B/68, na Casa de origem), que dá nova redação a dispositivos do Decreto-Lei n.º 245, de 28 de fevereiro de 1967, que transforma o Colégio Pedro II em autarquia, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1968. — Leandro Maciel, Presidente — Duarte Filho, Relator — Antônio Carlos.

ANEXO AO PARECER

N.º 625, de 1968

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 93, de 1968 (número 1.293-B/68, na Casa de origem).

EMENDA N.º 1

(Corresponde à Emenda N.º 1 — CPE)

Ao art. 1.º

Dê-se ao item b do art. 12, mencionado no art. 1.º do projeto, a seguinte redação:

“b) três representantes dos professores interinos e contrata-

dos, por estes eleitos mediante votação secreta;”

EMENDA N.º 2

(Corresponde à Emenda N.º 2 — CPE)

Ao art. 1.º

Acrescente-se ao art. 12, mencionado no art. 1.º do projeto, o seguinte item:

“f) três estudantes, eleitos por voto secreto pelo corpo discente, em escrutínio em que votem pelo menos 2/3 (dois terços) do corpo discente, não podendo a escolha recair em alunos repetentes, devendo o regulamento dispor sobre os demais aspectos deste item.”

EMENDA N.º 3

(Corresponde à Emenda n.º 3 — CPE)

Ao art. 1.º

Acrescente-se ao art. 15, mencionado no art. 1.º do projeto, o seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único — O representante a que se refere a letra e será eleito por voto secreto em reunião, convocada pelo Diretor-Geral, a que compareçam pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos doadores.”

EMENDA N.º 4

(Corresponde à Emenda N.º 4 — CPE)

Ao art. 1.º

Dê-se ao art. 17, mencionado no art. 1.º do projeto, a seguinte redação:

“Art. 17 — A Congregação poderá, quando fôr o caso, propor ao Ministério de Educação a substituição definitiva do Diretor-Geral, indicando, devidamente, o ato que lhe deu causa, desde que a proposta seja aprovada, em votação secreta, por maioria de 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros.”

EMENDA N.º 5

(Corresponde à Emenda n.º 5 — CPE)

Ao art. 1.º

Dê-se ao art. 20, mencionado no art. 1º do projeto, a seguinte redação:

“Art. 20 — A Diretoria-Geral, representada na pessoa do Diretor-

Geral, é o órgão executivo central que coordena, fiscaliza e superintende as atividades do Colégio Pedro II.

§ 1.º — O Diretor-Geral será nomeado pelo Presidente da República, dentre os professores catedráticos, eleitos pela Congregação, na forma do disposto no art. 14, letra i.

§ 2.º — O Diretor-Geral será nomeado pelo prazo de três anos, podendo ser reconduzido uma vez.

§ 3º — Em caso de vacância ou impedimento ocasional do Diretor, será ele automaticamente substituído pelo Diretor que contar mais tempo na Congregação.”

EMENDA N.º 6

(Corresponde à Emenda n.º 6 — CPE)

Ao art. 1º

Dê-se ao art. 23, mencionado no art. 1º do projeto, a seguinte redação:

“Art. 23 — O Diretor de cada unidade do Colégio será nomeado pelo Diretor-Geral, com prévia autorização do Ministro da Educação e Cultura, devendo a escolha recair num dos três professores, catedráticos, eleitos pela Congregação na forma do disposto no art. 14, letra i.

Parágrafo único — O Diretor exercerá o mandato pelo prazo de três anos, podendo ser reconduzido uma vez.”

EMENDA N.º 7

(Corresponde à Emenda N.º 7 — CPE)

Ao art. 2.º

Acrescente-se ao parágrafo único do art. 6º, mencionado no art. 2.º do projeto, após a expressão “das aulas”, o seguinte:

“... ou não ministrar pelo menos 1/3 (um terço) do programa durante o primeiro semestre do ano e 2/3 (dois terços) até dez dias antes do encerramento do ano letivo.”

EMENDA N.º 8

(Corresponde à Emenda N.º 8 — CPE)

Acrescente-se ao projeto, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. — O Decreto-Lei n.º 245 de 28 de fevereiro de 1967, passa

a vigorar acrescido do seguinte artigo:

"Art. — O Conselho de Curadores criado nos termos do art. 15, terá apenas função consultiva."

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — Para acompanhar a tramitação da matéria na Câmara dos Deputados, designo o Sr. Senador José Ermírio, Relator do projeto na Comissão de Projetos do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch)

Item 2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 104, de 1968 (n.º 1.376-B/68, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que aprova a Quarta Etapa do Plano-Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, para os anos de 1969, 1970, 1971, 1972 e 1973, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob números 614 e 615-C, de 1968, das Comissões

— de Projetos do Executivo: favorável;

— de Finanças: 1.º pronunciamento: favorável ao projeto na parte referente ao texto da lei; 2.º pronunciamento: favorável ao projeto na parte referente ao D.N.O.C.S.; 3.º pronunciamento: favorável ao projeto na parte referente ao Programa da SUDENE; 4.º pronunciamento: favorável ao projeto na parte referente ao Programa da SUVALE.

Sobre a mesa, emendas que vão ser lidas pelo Sr. 1.º-Secretário.

(AS EMENDAS SERÃO PUBLICADAS, POSTERIORMENTE, EM SUPLEMENTO A ESTE NÚMERO.)

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — Em discussão o projeto com as emendas. (Pausa.)

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

A matéria irá às Comissões competentes, em virtude do recebimento de emendas em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch)

Item 3

Discussão, em 2.º turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 41, de 1968, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que regula a distribuição do material escolar, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob números 511 e 512, de 1968, das Comissões

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade;
- de Educação e Cultura, pela aprovação.

Em discussão o projeto em seu 2.º turno. (Pausa.)

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Não tendo havido emendas, nem requerimento no sentido de que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 372-A, do Regimento Interno. A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 41, DE 1968**

Regula a distribuição de material escolar, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — A distribuição do material escolar a cargo da Campanha Nacional de Material do Ensino do Ministério da Educação e Cultura obedecerá às seguintes normas:

- a) Este órgão relacionará, anualmente, por Estado da Federação, os estabelecimentos de ensino integrantes da rede escolar federal, aos quais deverá ser entregue o referido material, fazendo publicar aquela relação no Diário Oficial da União.
- b) Na distribuição do material escolar, observar-se-á, prioritariamente, critério que atenda às necessidades comprovadas

de cada estabelecimento de ensino.

Art. 2.º — A Campanha Nacional de Ensino publicará, semestralmente, no Diário Oficial da União o montante discriminado do material e dos recursos orçamentários aplicados em cada Município e Estado da Federação.

Art. 3.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a sessão, designando para a ordinária do próximo dia 12, 2.ª feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

**PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 73, DE 1967**

Discussão, em 2.º turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 73, de 1967, de autoria do Sr. Senador Paulo Torres, que dispõe sobre a contagem do tempo de serviço ativo, prestado às Forças Armadas, para fins de aposentadoria, tendo

PARECERES, sob n.ºs 397, 398, 399 e 474, de 1968, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e solicitando a audiência da Comissão de Segurança Nacional;
- de Serviço Público Civil, favorável;
- de Legislação Social, favorável, e
- de Segurança Nacional, favorável.

2

**PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 12, DE 1968**

Discussão, em 2.º turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 12, de 1968, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que assegura inscrição nos concursos de habilitação para ingresso nos

ursos de ensino superior aos graduados em escolas normais, tendo

PARECERES, sob n.º 590 e 591, de 1968, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Educação e Cultura, favorável.

3

**PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 43, DE 1968**

Discussão, em 2.º turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1968, de autoria do Sr. Senador Nogueira da Gama, que altera a redação do § 2.º do art. 64 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), que dispõe sobre os períodos de carência para os segurados que reingressarem na Previdência Social após terem perdido essa qualidade, tendo

PARECERES, sob n.ºs 537, 538 e 539, de 1968, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e Juridicidade;
- de Legislação Social, pela aprovação, e
- de Finanças, pela aprovação.

4

**PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 55, DE 1968**

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 55, de 1968, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que manda emitir selos comemorativos do terceiro centenário da cidade de Manaus, tendo

PARECERES, sob n.ºs 606, 607 e 608, de 1968, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade;
- de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, favorável, e
- de Finanças, favorável.

CONGRESSO NACIONAL

PROJETOS EM TRAMITAÇÃO

1

PROJETO DE LEI N.º 20/68 (C.N.),
que "altera alíquota do Imposto só-

bre Produtos Industrializados, e dá outras providências".

(Comissão mista:

Presidente: Senador Flávio Brito
Relator: Deputado Doin Vieira.)

CALENDÁRIO

Dias 7, 8, 9, 12 e 13/8 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 21/8 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do relator, às 21 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 27/8 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 28/8 — Publicação do parecer, e

Dia 3/9 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21 horas..

Prazo: Início — 5/8/68. Término: 14/9/68.

2

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL N.º 21, DE 1968 (C.N.), que "dá nova redação a dispositivos da Lei n.º 5.020, de 7 de junho de 1966, que dispõe sobre as promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, alterada pelo Decreto-Lei n.º 321, de 4 de abril de 1967, e dá outras providências.

(Comissão Mista:

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Relator: Deputado Haroldo Veloso.)

CALENDÁRIO

Dias 9, 12, 13, 14 e 15/8 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 27/8 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do relator, às 21 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 27/8 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 28/8 — Publicação do parecer, e

Dia 4/9 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21 horas..

Prazo — Início: 6/8/68; e término: 15/9/68.

CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO CONJUNTA

Em 13 de agosto de 1968, às 21 horas

(Térca-feira)

ORDEM DO DIA

VETOS PRESIDENCIAIS:

1.º) ao Projeto de Lei n.º 4, de 1968 (C. N.), que dispõe sobre as condições de ingresso no Instituto Militar de Engenharia dos Oficiais da Ativa das Armas e do Quadro de Material Bélico e acrescenta parágrafo único ao art. 2.º do Decreto-Lei n.º 132, de 1.º de fevereiro de 1967: (veto parcial);

2.º) ao Projeto de Lei n.º 141/67, no Senado, e n.º 277-B/67, na Câmara dos Deputados, que reabre o prazo de reinclusão no Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara do pessoal do Quadro do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal: (veto total).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1	Artigo 3.º
2	2	Totalidade do projeto

O SR. PRESIDENTE (Aarão Steinbruch) — Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 16 horas e 30 minutos.)

SENADO FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO PARA BIBLIOTECÁRIOS

Ficam convocados os candidatos da relação abaixo para as provas do concurso, em epígrafe, a se realizarem nos seguintes dias do mês em curso, no Plenário do Senado Federal:

Dia 17 (sábado), às 8 horas — Português; às 14 horas — Idiomas.

Dia 18 (domingo), às 14 horas — Documentação.

Dia 19 (segunda-feira), às 8 horas — Bibliografia e Referência.

Dia 23 (sexta-feira), às 8 horas — Catalogação.

Dia 24 (sábado), às 14 horas — Classificação.

do um trabalho preparatório para nêle intervir. Tivemos que preparar elementos técnicos e a própria fórmula a adotar para a revenda, pois é do conhecimento de V. Ex.^{as} que toda a operação de compra e venda pelas repartições públicas representa uma espécie de "calcanhar de Aquiles". Foram procurados para impulsionar o serviço de revenda, os mecanismos mais práticos, mas em condições de resguardarem a Autarquia da crítica fácil e do perigo da utilização indevida dos recursos vindos do povo.

Realizamos desde logo um levantamento através das cooperativas, para conhecer das necessidades mais prementes dos agricultores e dos pecuaristas, ao invés de remetermos materiais adquiridos sem qualquer planejamento preliminar. Nossa intuito em prestigiar as cooperativas e o cooperativismo levou-nos a inicialmente realizar a revenda por seu intermédio, como também por intermédio do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, visando a um entrosamento de esforços que só poderá ser dos mais benéficos.

Ao concluir esta minha exposição, quero declarar a V. Ex.^{as} que deixei para o fim um outro aspecto, na minha opinião, dos mais importantes e significativos, qual seja o de manifestar aos Senhores Senadores e Deputados o meu profundo agradecimento pela oportunidade que me deram em aqui comparecer e ser ouvido, nesta Casa onde servi com modéstia e sobriedade, mas com o mesmo espírito patriótico com que atualmente sirvo a um órgão do Poder Executivo.

Estou convencido de que V. Ex.^{as} me ajudarão a esclarecer qualquer dos pontos que não tenha sido convenientemente explanado; quero, porém, confessar a V. Ex.^{as}, que receei cansá-los demasiadamente, razão pela qual abreviei quanto possível minha exposição. Coloco-me, a partir d'este momento, à disposição de V. Ex.^{as}.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Meu velho colega de Faculdade, Dix-Huit Rosado, recordando os bancos escolares da Faculdade de Medicina de Recife, para

mim não foi surpresa a segurança, o interesse e a autenticidade em que colocou, desde os primeiros minutos, o seu depoimento. Nós já tínhamos tido, aqui, um pombe-correio, que nos trouxe esperança e entusiasmo na obra dirigida pelo eminentíssimo Senador

Aqui esteve antes, dando um depoimento sobre irrigação, um dos técnicos do INDA, Dr. Virgilio Galassi, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural do INDA.

Queria iniciar, assim, exaltando um dos homens de sua equipe que nos prendeu a atenção e, principalmente, nos incutiu confiança, inclusive demonstrando na área do Triângulo Mineiro, onde visitamos juntos a Exposição de Araguari, sua liderança incontestável na vasta extensão rural do Estado de Minas Gerais.

Ali em Araguari tivemos o ensejo inclusive, de testar uma das novidades e surpresas para nós, um trabalho de colaboração do INDA com o Sindicato Rural de Araguari, que foi a inauguração de um parque de confinamento, experiência nova na pecuária moderna em nosso País e que ali nos era apresentado com todos os requisitos da técnica moderna, indo desde a balança e a seringa, até a maquinaria para elaboração e o preparo de rações balanceadas.

Feito este intróito queria fazer uma pergunta a V. Ex.^a, no que diz respeito às atribuições do INDA e à sua ligação com o Ministério da Agricultura. Então temos, na estrutura descentralizada do Ministério, as diretorias estaduais do Ministério e os órgãos de administração indireta vinculados ao Ministério. Posteriormente, vemos que esses órgãos descentralizados de administração indireta estão vinculados ao Ministério da Agricultura e, consequentemente, sujeitos à supervisão ministerial, isto é, à orientação, coordenação e controle do Ministério da Agricultura, na forma do Decreto-Lei n.^o 200, de 25 de fevereiro de 1967, os seguintes órgãos: IBRA, INDA, Banco Nacional de Desenvolvimento de Cooperativas, SUNAB, COBAL, CIBRAZEM, SUDEPE, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e DIREPE; mas quando chegamos na página 7

da Coordenação, ficamos surpresos com o que lemos:

Lê

“Art. 19 — A Coordenação se fará através da Comissão Central de Coordenação, presidida pelo Ministro, e composta de: Secretário-Geral, inspetor geral de finanças, diretor do departamento de administração, diretor-geral do escritório central de planejamento e controle, e diretor da divisão de segurança e informações.

§ 1.º — Poderão participar das reuniões ...

Em caráter naturalmente não efetivo.

... da Comissão Central de Coordenação outros dirigentes de órgãos de Ministérios e de administração indireta especialmente designados pelo

.....
tendo em vista os assuntos em
pauta."

E faço essa indagação porque a nós preocupa demasiadamente a dualidade de atividades de órgãos paralelos, que é um mal também no setor de saúde em nosso País; V. Ex.^a conhece o problema tanto quanto eu, a tal ponto que muitas vezes falta a um município a atividade de assistência médica de um órgão, enquanto outros municípios têm três ou quatro organizações, seja estadual, seja municipal, seja federal ou seja, naturalmente, do Ministério do Trabalho.

Então, para evitar essa dualidade de atividade na mesma zona, porque inclusive sabemos que o IBRA também tem atividades paralelas às do INDA e até de outros órgãos federais do próprio Ministério, eu perguntaria a V. Ex.^a se esta Comissão não poderia intervir no sentido de realizar um entrosamento melhor.

V. Ex.^a, com essa sua autenticidade, com esse seu valor, está nos esclarecendo muito porque quero ressaltar que há uma diferença imensa entre o depoimento de V. Ex.^a — depoimento que nos conforta, que nos entusiasma — e o que aqui foi prestado pelo Presidente do IBRA, depoimento pés-simo, depoimento que deixou a mais

- minários, com ainda a alternativa de um dos ramos de conhecimentos de agronomia, v.g., engenharia agrícola, zootecnia, fitotecnia, tecnologia, economia agrícola e sociologia rural;
- e) o estabelecimento de cursos de pós-graduação atenderia às necessidades da formação de professores universitários, pesquisadores, extensionistas especializados, especialistas em geral e cursos de atualização; possibilitaria ainda a penetração em especialidades que exigem maior e melhor domínio de conhecimentos para o exercício da profissão, conhecimentos que o simples curso de graduação não pode dar;
- f) não sendo possível à Escola implantar cursos de pós-graduação, procuraria satisfazer as necessidades regionais mediante cursos informais de especialização e atualização de conhecimentos, devendo o Ministério da Agricultura, Secretarias de Agricultura e demais entidades empregadoras de técnicos, estimular o retorno à universidade dos seus engenheiros-agronomos para a realização dos cursos pós-graduação ou de atualização de conhecimentos;
- g) o ensino, em qualquer dos seus graus ou ramos, será constantemente atualizado em relação à problemática nacional e regional, considerando-se que "a atuação dos técnicos será intencionalmente dirigida com o objetivo de contribuir para a transformação das condições sócio-econômicas e culturais".
8. Que na fase inicial da instalação do sistema de irrigação, o Governo dê assistência técnica ao agricultor para ensiná-lo a manejar a água segundo as condições locais.
9. Que nos Núcleos de Irrigação mais importantes, o Governo mantenha parcelas experimentais ou mesmo Estação Experimental de Irrigação, a fim de orientar, com segurança, a rega local.
10. Que as áreas de demonstração de técnicos de irrigação e de drenagem sejam incrementadas, tendo em vista a necessidade de mostrar na prática as vantagens da irrigação e drenagem.
11. Que a primeira área prioritária de irrigação na Região denominada Quadrilátero do Brasil Central se constitua em áreas de demonstração, dadas as condições favoráveis que apresenta.
12. Que sejam reconhecidos e levados em conta os significativos aumentos de produtividade do milho, evidenciados nas pesquisas já realizadas no Rio Grande do Sul, mediante o uso racional da irrigação.
13. Que as pesquisas sobre a influência da variação de densidade na produção da cultura de arroz tenham continuidade; particularmente, no que se refere à variedade IR-8, tendo em vista seu favorável comportamento.
14. Não é possível formular a priori uma diretriz geral para a pesquisa em todo o País. O tema requer indagações sobre as mais diferentes condições e aspectos gerais e especiais, nacionais e regionais.
15. Uma conclusão em relação à pesquisa se impõe, no sentido de estabelecer uma certa linha de prioridades, bem assim estudar uma política com fundamento nas necessidades nacionais e regionais, sendo muito necessário ainda abrir um mais vasto campo de estímulos aos estudiosos e pesquisadores.
16. Forçoso é reconhecer a necessidade da realização dos levantamentos dos recursos naturais e a pesquisa de elementos básicos, de dados para a formulação de projetos, o que está a exigir preparo técnico e a formação de uma grande frente operacional. Os serviços agropecuários, v.g., carecem, desde muito, de que se constitua uma verdadeira retaguarda universitária de pesquisa agronômica, para atender à extensão, ao fomento e à organização rural, consequentemente, é oportuno considerar:
- a) os resultados da pesquisa nos diferentes campos de trabalho deverão ser imediatamente levados ao ensino, sendo necessário não só ministrar conhecimentos com suportes atualizados, mas desenvolver uma "consciência de pesquisa" dentro do ensino; do mesmo modo, conviria o desenvolvimento de uma "consciência de ensino" dentro da pesquisa, isto é, a elaboração, tendo em vista também a comunicação não só universitária, mas ao setor das atividades agropecuárias, mediante a extensão.
- b) a pesquisa, tanto quanto possível, seria movimentada no sentido de atender a demanda por parte das atividades agropecuárias, isto é, a solução dos problemas agronômicos do agricultor. O Agrônomo e o Veterinário extensionistas levaram ao centro elaborador da pesquisa os problemas do campo e voltariam, a este com dados de consultas preparados para a aplicação.
17. Que sejam realizados cursos regionais de Irrigação e Drenagem no Rio Grande do Sul e Campinas — SP.
18. Que sejam organizados cursos sobre esquistossomose para técnicos de irrigação e drenagem.

II — LEGISLAÇÃO

1. Que o INDA atue junto ao órgão competente no sentido de que seja regulamentado o Decreto-Lei n.º 195, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a cobrança da Contribuição de Melhoria.
2. Que todo e qualquer Projeto Governamental, com vistas a implantação de sistemas de irrigação e drenagem, seja precedido de levantamento sócio-econômico e planejamento global, um objetivo de segurar melhor

distribuição fundiária da área a ser beneficiada, procedendo-se, inclusive, à desapropriação prévia dessa área, antes dos investimentos e consequente implantação do sistema.

3. Que seja criada, por iniciativa do INDA, uma Comissão para estudar a reformulação do Código de Águas, constituída de Juristas e Técnicos especializados na problemática de utilização da água.

a) que o documento preparado por essa Comissão seja encaminhado à Ordem dos Advogados do Brasil e à FAEAB, com vistas a receber subsídios para a elaboração de um anteprojeto de Lei a ser encaminhado aos poderes competentes para apreciação.

b) que se considerem como subsídio inicial para as atividades da Comissão, além do Código citado, os trabalhos "Serviço Legal de Aqueduto", dos engenheiros-agronomos, Alberto Pugliese e José Silveira Thedy e "A Legislação Brasileira no Capítulo de Águas" do Bacharel Orlando Cariello.

TÉCNICA

1. Que no trabalho "Drenagem do Rio Picão" seja acrescentado, como pré-estudo, levantamento da natureza pedológica, cadastral, jurídica, sócio-econômica, bem como a motivação dos proprietários para aceitação da obra a ser realizada.

2. Que para o regime de chuvas da região do Estado de Minas Gerais, torna-se necessário o uso de terraceamento e práticas conservacionistas nas terras em cultivo e continue em estudo, para facilitar o uso de práticas de irrigação, as seguintes características: paralelismo de sulco, canais e terraços, canais com o fundo ao nível do terreno, e estruturas portáteis para a distribuição.

3. Que, com fundamento no trabalho "Consumo de Água para Irrigação de Arroz pelo Sistema de Inundação", recomenda-se 2L/seg/hora como base para a dotação de água para

a cultura de arroz irrigada por inundação.

4. Que o "Anteprojeto do Aproveitamento Hidroagrícola do Poldor Guaratinguetá" constitui valioso subsídio nos trabalhos que estão sendo executados pelo Serviço do Vale do Paraíba do Departamento de Águas e Energia Elétrica da Secretaria de Serviços e Obras do Estado de São Paulo.

5. Que o trabalho "Roteiro para Projeto de Irrigação", em razão de envolver os aspectos técnicos, econômicos, financeiros, sociais, legais e administrativos, seja considerado como instrumento de elaboração de projetos agrícolas e/ou pecuários.

6. Que os ensaios para verificar os efeitos de diferenças de regime de água no rendimento da cultura da cebola conduziram à conclusão de que, quanto à produtividade, as melhores condições para o desenvolvimento da cultura foram proporcionadas através da manutenção de teores de umidade do solo superiores a 75% do intervalo de água disponível ou a tensão inferiores a 0,5 atmosfera na camada de 0,20 cm para as condições dos ensaios.

7. Que, no acoplamento da bomba trator "Perrot" AFA — 230, acoplada ao trator FORD 1950, sejam observadas as seguintes condições:

- abertura de admissão: 1/2 da plana admissão.
- altura manométrica: entre 60 a 85 m.

Deverá ser acoplado ao trator um regulador de velocidade para que a mesma seja medida, na tomada de força, na ordem de 550 a 600 rpm., rotação esta, que permite o maior rendimento, isto é, para vazão aproximadamente de 25 m³/ha.

8. Que o exemplo da aplicação do cálculo constante do trabalho "Acoplamento do Moinho de Vento" a bomba Alternativa, seja considerado para efeito de aplicações semelhantes.

9. Que o "Plano de Irrigação" de uma área de 30 mil hectares localizada nos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Viamão e Osório, no Estado do

Rio Grande do Sul, mereça apreciação e reconhecimento de seus dados técnicos apresentados.

10. Que se processe o levantamento aeroftogramétrico das grandes bacias da região orizícola do Estado do Rio Grande do Sul, com o principal objetivo de se fixar sistemas de irrigação e drenagem.

11. Que o "Plano de Irrigação da Região Centro-Sul" referente ao processo INDA n.º 15.879/67, pelo seu mérito, receba votos de louvor e o estudo de sua viabilidade (anteprojeto) seja realizado pela técnica brasileira. Quanto à execução, seja entregue a organização de capacidade comprovada.

12. Que o INDA considere a bacia hidrográfica do Jacuí como zona prioritária para a Eletrificação Rural, baseada na argumentação de que a irrigação no referido Vale é feita na base de motores à explosão.

13. Que, para as condições do Rio Grande do Sul, baseado no trabalho "Condução da água de irrigação na lavoura de arroz" deve-se observar:

- O início da rega é a melhor aos 10 dias após a germinação do arroz.
- A melhor altura para lâmina de água é mais ou menos 20 centímetros.
- O sistema de irrigação continua parece ser o melhor como resultado preliminar.
- Para dotação recomenda 1,7 a 3,0 L/seg/100 dias de ciclo.
- Para cálculo da capacidade de açudes considera termo médio 30.000 m³ por quadra quadrada.

14. Que é de inteira conveniência incorporar certas medidas dos Órgãos Federais e Estaduais incumbidos da exploração dos recursos de água, com as repartições sanitárias, notadamente o Departamento Nacional de Endemias Rurais e o Instituto Nacional de Endemias Rurais.

15. Que os poderes públicos federais propiciem a criação de uma legislação específica contra a continua expansão

da esquistosomose no território nacional.

16. Que seja realizado pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento o levantamento das bacias hidrográficas do litoral catarinense, possibilitando um conhecimento perfeito das mesmas.

17. Que com o conhecimento dessas bacias, seja estabelecida uma programação a curto e médio prazo pelo mesmo Departamento, a fim de que através da drenagem sejam liberadas, para a agricultura as áreas com esse problema do litoral do Estado.

18. Que o sistema de equações deduzidas na tese "Dimensionamento do Tubo Adutor da Mistura do Sistema "AIR LIFT" é uma valiosa contribuição à teoria geral de referido sistema, uma vez que permite:

- a) Escolha do tipo "AIR LIFT" (tubo central, tubo lateral, Sauders etc.)
- b) Dimensionamento do tubo adutor de mistura.
- c) Dimensionamento do tubo adutor de ar.
- d) Escolha de compressor.

19. Que o trabalho "Contribuição ao Aproveitamento Racional das Águas do Rio dos Sinos para fins de irrigação e controle de enchentes" é uma valiosa contribuição técnica a ser encaminhada aos poderes públicos, justamente neste momento em que foram chamados técnicos estrangeiros para estudar o angustiante problema das enchentes, no Vale do Rio dos Sinos.

20. Que o "Plano de Açudagem", elaborado pelo IRGA, dada a sua importância econômica, para o desenvolvimento de mais de um quarto da área do Rio Grande do Sul, seja encaminhado à Administração Superior do INDA, através de sua Delegacia Regional, para que mereça apreciação, atualização e inclusão no seu orçamento-programa.

21. Que o D.V.O. da NOVACAP continue intensificando estudos de irrigação, com vista à utilização de lençol subterrâneo, através de Poços Artesianos e faça experiência da irriga-

ção superficial por meio de encanamentos enterrados nos parques e jardins de Brasília.

22. Que o INDA coordene um trabalho junto aos demais órgãos competentes no sentido de se efetuar normalmente as medições de vazões dos cursos d'água de interesse para projetos regionais de irrigação e drenagem.

IV — FINANCIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

1. Que para o financiamento de projetos de irrigação, sejam aplicadas as normas específicas existentes, devendo os projetos ser preparados dentro da seguinte classificação:

- a) Projetos individuais
- b) Projetos coletivos — Cooperativas — empresas ou companhias de irrigação.
- c) Projetos regionais

Obedecendo, sempre que possível:

- nos financiamentos para projetos individuais, as normas do Banco do Brasil ou de entidades similares;
- nos projetos coletivos de irrigação, as normas do Banco Nacional de Crédito Cooperativo;
- quanto aos projetos regionais, faça-se através dos respectivos organismos do desenvolvimento, obedecendo as normas do FUNAGRI. Neste último caso, deverão ser aproveitados os créditos oferecidos pelos bancos de desenvolvimento internacionais dentro do roteiro clássico para este tipo de financiamento.

2. Que o pagamento de investimentos a implantações de grandes projetos de irrigação e drenagem sejam admitidos em, no mínimo, 10 anos, com prazo de carência de até 3 anos, de acordo com o desenvolvimento de cada projeto e a juros compatíveis, com tendências para o teto máximo, internacional, de 6% ao ano.

3. Que para atender as exigências dos organismos financiadores de projetos de irrigação e drenagem se estabeleça:

- a) rigorosa seleção dos projetos, que devem ter todas as características técnicas econômicas.
- b) a obrigatoriedade da vinculação da assistência técnica própria aos projetos.

4. Que, a necessidade de transformação da agricultura tradicional e consequente aplicação da moderna tecnologia, requer para segurança dos investidores, a conceituação anual dos níveis de preços de mercado o mínimo, tendo em vista, pesquisa objetiva de custos de produção, de manutenção, de insumos de política salarial e do destino da produção.

5. Sugerir à direção do INDA assinar convênio financeiro com o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, para garantir o financiamento de estudos e projetos de irrigação do pequeno e médio porte para as Cooperativas Agropecuárias, obedecendo, no caso, os critérios estabelecidos pelo B.N.C.C.

6. Sugerir também que o INDA, através de convênios, tenha participação ativa junto aos órgãos estaduais, Municipais e outros, visando a incentivar a preparação de estudo de viabilidade e projetos de irrigação e drenagem com objetivo de atender as exigências técnicas dos órgãos financiadores.

7. Que, sempre que possível, integrar a irrigação com a eletrificação rural.

8. Que seja estimulada a formação de cooperativas de eletrificação rural nas áreas de irrigação.

9. Que seja motivada a estimular a criação de cooperativas de irrigação e drenagem.

10. Que as águas de cada sistema de irrigação sejam vendidas, ou parcialmente arrendadas, a grupos de agricultores, usuários das mesmas, que para este fim devem se organizar em consórcios ou cooperativas.

11. Que a distribuição dessas águas, em cada unidade, consórcio ou cooperativa seja feita mediante regulamentação baixada por órgão governamen-

tal competente, mediante a criação de uma **TAXA DE CONSUMO**.

12. Que o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) estimula a criação de **COOPERATIVAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM**, como forma associativa, nos moldes da ERMIG, capaz de permitir e contribuir para a aglutinação de médios e pequenos produtores, possibilitando-lhes condições econômicas acessíveis e melhores condições de uso e emprêgo da água.

13. Que os organismos oficiais dêem prioridade aos financiamentos destinados à irrigação em todas as suas formas.

GERAIS

1. Que seja encaminhada, aos órgãos de administração superior, a recomendação no sentido de que se crie um Grupo Executivo específico, nos moldes do GEIA, GEIMEC, GEIPOT, e outros, com poderes e competências legais para coordenar o superintender a implantação de uma política efetiva de irrigação e drenagem no País.

2. Que o INDA promova a formação de uma comissão de alto nível técnico para:

a) elaborar um documento analítico das possibilidades de associação dos recursos e técnicas disponíveis com as necessidades e características regionais.

b) recomendar a implantação da irrigação e drenagem, associada aos demais fatores multiplicadores e implantadores da transformação da agricultura tradicional vigente.

3. Que o Dr. JERÔNIMO DIX-HUIT ROSADO MAIA, Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário-INDA, receba um voto de congratulações e homenagem pela felicidade com que o mesmo, com as suas equipes, soube promover com pleno êxito o presente ENCONTRO, considerando histórico, de alta projeção nacional e de real necessidade para o Brasil.

4. Que o INDA, com a colaboração de organismos nacionais e estaduais que desenvolvem programas de irrigação e drenagem, promova, anual-

mente, encontros de âmbito nacional e regionais sobre o assunto.

5. Que, ainda este ano, seja patrocinado o Encontro no Nordeste, no Ceará e, em 1969, no Estado do Rio Grande do Sul.

6. Que o Governo Federal dê enfase ao estudo das possibilidades de irrigação e drenagem do território nacional objetivando estabelecer prioridade de áreas com condições ideais, e que essas prioridades, no possível, estejam estabelecidas no próximo Encontro sobre o assunto, que se realizará no Nordeste.

7. Que plenos poderes sejam dados aos colegas da Delegação do Estado de São Paulo, para, em nome dos especialistas aqui reunidos, manter todos os entendimentos com a Sociedade Brasileira de Conservação de Solos — S.B.C.S., no sentido de que a mesma seja transformada em Associação Brasileira de Conservação de Solos, Irrigação e Drenagem — A.B.C.I.D. Os colegas de São Paulo, sob coordenação do Agr.º Evaldo Benedito Barreto, no uso de todas as suas prerrogativas, poderão convocar outros especialistas patrícios de qualquer Estado da União, para compor a Comissão Central que ficará responsável pela promoção dos contatos com a S.B.C.S., bem como dos estudos e providências posteriores.

8. Sugerir à direção do INDA a criação de uma comissão especial de estudos e coordenação das atividades de irrigação e drenagem, constituída por técnicos representantes de seus departamentos e um representante da coordenação administrativa, com o objetivo de impulsionar e fomentar a instalação de obras de irrigação e drenagem.

OBSERVAÇÃO:

O Plenário recebeu, como subsídio e contribuição à problemática da Irrigação e Drenagem, os seguintes trabalhos:

— Dimensionamento Econômico de Tubulações em Recalque — de Angelo Raffaele e Swami Marcondes Villela;

— Análise da Irrigação por Aspersão e Testes de Aspersores, de Angelin Pião, Rubens Modesto de Abreu e José Geraldo da Silva Cruz.

— Projeto de Irrigação do Núcleo Colonial de Mocambinho — de Nelson Jairo de Faria, Ruy Vecchi Erwin Fuchs, Renan Vieira.

— Algumas considerações sobre Irrigação — Afrânia Amaral.

ENTREVISTA DO MINISTRO JARBAS PASSARINHO, CONCEDIDA AO JORNAL "O GLOBO", DE 10 DE JUNHO DE 1968, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 892, DE 1968, DE AUTORIA DO SR. SENADOR PETRÔNIO PORTELLA, APROVADO NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS 18,30 HORAS DO DIA 8-8-1968.

PASSARINHO ACHA QUE REFORMA MINISTERIAL RESOLVERÁ CRISE

O Ministro Jarbas Passarinho disse ontem à imprensa que, se fosse o Presidente Costa e Silva, teria aceito a renúncia dos Ministros que apresentaram, para, com um remanejamento das Pastas, abrir caminho à solução da crise. Salientou o titular do Trabalho que a situação atual poderá levar a uma solução de força, como em todo impasse onde grupos radicalizados entram em choque.

Lembrou ainda que o Presidente Costa e Silva demonstrou tolerância e espírito de diálogo com a representação estudantil, que o procurou, mas não há condições de entendimento com o grupo que coloca como base para solução da crise a derrubada do regime.

A RENÚNCIA

Instado sobre o pedido de demissões que apresentou ao Marechal Costa e Silva, disse o titular do Trabalho que ele e outros Ministros tiveram como objetivo dar ao Presidente da Repú-

cabe evitar operar em setores da iniciativa privada que ocasionem déficits grandes. Reclamamos freqüentemente — V. Ex.^a, os Srs. Senadores e nós também — precisamos elevar o padrão de vida do povo brasileiro. Mas se os impostos que o Governo arrecada se destinam, em grande parte, a cobrir déficits de indústrias, de entidades estatais, estaremos abrindo mão de uma grande parcela de recursos que deveriam reverter em benefício de nossos trabalhadores. E, também, insistir num setor que dá prejuízo é fazer má administração. Por essa razão, devemos louvar a atitude do Governo. Acima de tudo, está cumprindo um dispositivo constitucional. O Governo passou adiante empresa que registrava, anualmente, prejuízos: se os Balanços por ela apresentados não denunciavam déficit em certos exercícios, é porque nem sempre traduziam a expressão da verdade, deixando de considerar as desvalorizações do Ativo e de tantos outros setores. Pode-se apresentar um balanço que, na realidade, é deficitário, até mesmo com algum saldo positivo. Ouvimos, ainda há poucos dias, uma crítica, muito dura, do nobre Senador Lino de Mattos ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, em que apontava o resultado dos três últimos balanços — se não me falha a memória — com saldo positivo, enquanto que, no momento da venda da Fábrica, o balanço apresenta prejuízos que ultrapassam trinta bilhões de cruzeiros antigos. A verdade é que o Governo, depois de insistir em mantê-la, através de várias administrações, acabou por se convencer de que ela se constituía num sumidouro de dinheiro do povo. Deu-se então conta de que deveria desfazer-se, deveria cumprir o dispositivo constitucional, evitando o prejuízo anual que a empresa vinha apresentando. Se me permite, ainda, nobre Senador, não sou de opinião de que outras empresas, comprar-se com a Siderúrgica Nacional e a PETROBRAS, devam seguir-lhe o exemplo. Estas estão apresentando melhores resultados, possivelmente pela ausência de competição com empresas do mesmo ramo. Há pequenas siderúrgicas, que não podem comparar-se com a Siderúrgica Nacional, consequentemente não podemos considerá-las competidoras. Não somos entreguistas, mas não podemos

ser teimosos a ponto de manter uma indústria deficitária. As indústrias automobilísticas, existentes em grande número, pagam impostos e não precisam recorrer a capital supletivo da Nação para cobrir déficits, ao contrário dá lucro, o que não ocorria com a Fábrica Nacional de Motores. Por essa razão, louvamos e apoiamos a atitude do Governo, desfazendo-se de empresa que representava um sumidouro de dinheiro público, como disse. Muito obrigado a V. Ex.^a por esta oportunidade.

O SR. VASCONCELOS TÓRRES —
Agradeço a V. Ex.^a

E. Sr. Presidente, vou recordar o tempo em que se estudava Lógica antes de entrar para a Faculdade de Direito. Ao invés de responder ao aparente, vou fazer-lhe duas perguntas. Conheço e respeito sua posição. Respeito, porque o estimo e esta é uma Casa onde cada um externa seu pensamento, embora o lado afetivo, às vezes, ao se debater um problema, nos leve a um pequeno constrangimento, mormente quando a discordância ideológica é grande. Queremos sempre que o afeto predomine e ele acaba predominando.

Mas, no fundo, o parlamentar fica sentido porque ele julga, idealisticamente, há sentimento de unanimidade e surge uma voz destoante. Aliás, esta é uma característica democrática; é uma alternativa, uma posição discutível, mas altamente respeitável.

V. Ex.^a me responda, por favor, o seguinte. Primeiro, se há, na indústria automobilística brasileira, se há, fora da F.N.M., alguma empresa — e todas as empresas estão situadas em São Paulo — que não remeta "royalties" para as suas matrizes em Berlim, em Paris, em Detroit, em Chicago, em Nova Iorque. Se há, na nossa amada terra, esse verde-amarelismo industrial no que tange à fabricação de automóveis. Se V. Ex.^a me responder sou capaz de ir embora. V. Ex.^a me dará uma lição. Mas digo, antes da resposta: V. Ex.^a vai ter que me massacrar, porque tenho dados que o Governo me forneceu. Todo mundo sabe que sou abelhudo, um bisbilhoteiro vigilante em torno desse problema da indústria automobilística e conheço o assunto. Não há.

A segunda pergunta que faço ao eminent — permita V. Ex.^a acrescentar — querido colega...

O Sr. Atílio Fontana — Muito obrigado.

O SR. VASCONCELOS TÓRRES —
... porque não é a divergência que nos vai separar. Perdôe-me V. Ex.^a; não sei se o coração se machuca, depois se pode fazer um transplante, pelo aperto de mão, e ele volta a funcionar, mas me doeu violentamente a intervenção de V. Ex.^a.

Não acreditava que alguém, sem aqueles dados — a prudência do nobre Senador Petrônio Portella, sim, eu tenho de aceitar, — S. Ex.^a disse que vai aguardar os elementos — assim se manifestasse.

A segunda pergunta que faço ao meu eminent colega, Senador por Santa Catarina, é a seguinte: Como, no tempo do Presidente Castello Branco, a Fábrica Nacional de Motores estive para ser negociada — o Presidente chegou a tomar as provisões; ninguém poderá desmentir, tenho documentos, inclusive os jornais publicaram, na época — por quarenta milhões de dólares e foi vendida, agora, quatro anos depois, por trinta e seis milhões de dólares?

Nos Estados Unidos, também, apesar de sua moeda forte, há inflação; discreta, é verdade, mas há. Se há quatro anos valia quarenta milhões, como agora se paga trinta e seis milhões, mediante contrato de pagamento que foi de pai para filho?

V. Ex.^a vai-me responder...

O Sr. Atílio Fontana — Com muito prazer.

O SR. VASCONCELOS TÓRRES —
V. Ex.^a, hoje, pode esmagar-me, aqui, e eu vou ter de calar a boca. Aliás, há pouco ressaltei o pioneirismo de V. Ex.^a, que é um industrial que sofre mas, ao que parece, V. Ex.^a está intoxicado com esse negócio de empresa privada, o que a Constituição diz, e, no entanto, desconhece a moderna teoria econômica, aquela dos seus mestres, segundo a qual, e nos países subdesenvolvidos, o Estado tem que entrar, supletivamente, para o próprio desenvolvimento econômico.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

Balancete do Ativo e Passivo até 28 de junho de 1968

7.000 — ATIVO

7.100 — DISPONÍVEL

7.110 — Caixa	5.760,39
7.120 — Dep. Banc. C/Movimento	267.121,91
7.121 — Banco do Brasil S.A.	490.555,49
7.130 — Dep. Bancários C/Prazo Fixo	1.318.057,69
7.131 — Caixa Econ. Fed. Br. C/Mon.	400.000,00
	1.718.057,69
	2.481.495,48

7.200 — REALIZÁVEL

7.211 — Obrig. Reaj. Tes. Nacional	168.500,00
7.213 — Letras do Tesouro de M. Gerais	2.919.893,00
7.221 — Empréstimos Simples	552.574,22
7.222 — Fundo Assistencial	500.000,00
7.223 — Seguro Coletivo de Carência	
01 — Obrigatórios	3.068,00
02 — Facultativos	16.601,36
	19.669,36

7.252 — Contr. Exerc. Atual a Receber

02 — Senado	24.284,12	4.184.920,70
-------------------	-----------	--------------

7.300 — ATIVO PERMANENTE

7.310 — Equipamentos e Instalações	2.724,00
7.311 — Máquinas, Motores e Aparelhos	31.677,88
7.316 — Aparelhos de Copia e Cozinha	170,00

Soma do Ativo

6.700.988,06

7.900 — ATIVO DE COMPENSAÇÃO

7.920 — Devedores p/ Valôres em Cobrança	
01 — Bco. Créd. Real de M.G. S.A.	2.923.500,00
7.930 — Devedores p/Valôres em Custódia	
01 — Bco. Créd. Real de M.G. S.A.	168.500,00
	3.092.000,00
Total Geral	9.792.988,06

8.000 — PASSIVO

8.200 — FUNDO DE GARANTIA

8.210 — Fundo de Reserva Técnica	2.788.500,00
--	--------------

8.300 — NÃO EXIGÍVEL

8.330 — Resultado Operacional	
01 — Exercício Anterior	2.663.327,00
02 — Exercício Atual	351.157,64

8.400 — TRANSITÓRIAS

8.420 — Rec. p/Conta do Fundo Assistencial	
01 — De Empréstimos Simples	11.058,74
	5.814.043,38

Superavit Técnico

886.944,68

Soma do Passivo

6.700.988,06

8.900 — PASSIVO DE COMPENSAÇÃO

8.920 — Valôres em Cobrança	2.923.500,00
8.930 — Valôres em Custódia	168.500,00
	3.092.000,00

Total Geral

9.792.988,06

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
"DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RECEITA E DESPESA"
ATÉ O MÊS DE JUNHO DE 1968

R E C E I T A

1.000 — RECEITAS CORRENTES

1.100 — RECEITA TRIBUTÁRIA

1111 — Contribuições de Segurados Obrigatórios				
01 — Da Câmara	219.480,00			
02 — Do Senado	18.068,00			237.548,00
1112 — Contribuições de Segurados Facultativos				
01 — Da Câmara	123.430,70			
02 — Do Senado	34.996,99			158.427,69
1113 — Contribuições de Pensionistas				49.606,81
1114 — Contribuições p/Cobertura de Carência				
02 — Segurados Facultativos				19.624,70
1115 — Contribuição de Mandato Estadual				
01 — Obrigatório	990,00			
02 — Facultativo	1.665,00			2.655,00
				467.862,20

1.200 — RECEITA PATRIMONIAL

1223 — Letras do Tesouro de Minas Gerais				
01 — Juros				300.000,00
1231 — Juros de Depósitos Bancários				
02 — Conta Prazo Fixo				22.000,00
1241 — Juros de Empréstimos Simples				70.835,78
				392.835,78

1.400 — RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

1411 — Contribuições da Câmara				85.372,28
1412 — Contribuições do Senado				50.142,26
1420 — Contrib. decorrentes do saldo de Diárias				
01 — Da Dotação da Câmara	80.100,00			
02 — Da Dotação do Senado	2.700,00			82.800,00
1490 — Contribuições diversas				75.000,00
				293.314,54

1.500 — RECEITAS DIVERSAS

1510 — Multas e Juros de Mora				
01 — Sobre Contribuições	139,20			
02 — Sobre Emprést. Simples	1.837,59			1.976,79
1590 — Outras Receitas Diversas				137,20
				2.113,99
TOTAL DA RECEITA				1.156.126,51

D E S P E S A

3.000 — DESPESAS CORRENTES

3.100 — DESPESAS DE CUSTEIO

3113 — Gratificações a Servidores (Res. Cons. 10/68)				10.800,00
3130 — Serviços de Terceiros				3.000,00
3160 — Conserv. Máquinas, Motores e Aparelhos				56,00
3170 — Despesas Diversas				80,00
				13.936,00

3.200 — DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3281 — Pensões a Contribuintes				709.599,83
3282 — Pensões a Beneficiários				53.525,17
3283 — Pensões a Beneficiários Especiais				2.044,29
3285 — Aux. Pecuniários Seg. de Vida				3.396,00
3286 — Dev. de juros p/Pgt.º Antecipado				7.416,68
3289 — Div. Desp. de Previdência Social				
01 — Rest. de Contribuições	14.700,90			
02 — Rest. de Empréstimos	350,00			15.050,90
				791.032,87
TOTAL DA DESPESA				804.968,87

— Resultado Operacional até JULHO/68				351.157,64
TOTAL				1.156.126,51

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
"DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RECEITA E DESPESA"
DO MES DE JUNHO DE 1968"
RECEITA

1.000 — RECEITAS CORRENTES**1.100 — RECEITA TRIBUTÁRIA**

1111 — Contribuições de Segurados Obrigatórios		55.800,00
01 — Da Câmara		
1112 — Contribuições de Segurados Facultativos		
01 — Da Câmara	30.844,76	
02 — do Senado	960,00	31.804,76
1113 — Contribuições de Pensionistas		16.533,81
1114 — Contribuições p/Cobertura de Carência		
02 — Segurados Facultativos		3.373,04
1115 — Contribuição de Mandato Estadual		
02 — Facultativo	180,00	107.691,61

1.200 — RECEITA PATRIMONIAL

1223 — Letras do Tesouro de Minas Gerais		
01 — Juros	300.000,00	
1221 — Juros de Depósitos Bancários		
02 — Conta Prazo Fixo	22.000,00	
1241 — Juros de Empréstimos Simples	33.176,20	355.176,20

1.400 — RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

1420 — Contribuições Dec. do Saldo de Diárias		1.620,00
01 — Da Dotação da Câmara		
1510 — Multas e Juros de Mora		
01 — Sobre Contribuições	8,10	
02 — Sobre Empréstimos Simples	1.140,00	1.148,10
1590 — Outras Receitas Diversas	107,00	1.255,10

TOTAL DA RECEITA: 465.742,91

DESPESA**3.000 — DESPESAS CORRENTES****3.100 — DESPESAS DE CUSTEIO**

3113 — Gratificações a Servidores (Res. Cons. 10/68)		3.600,00
3130 — Serviços de Terceiros		1.000,00
3170 — Despesas Diversas		80,00

3.200 — DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3281 — Pensões a Contribuintes		236.640,30
3282 — Pensões a Beneficiários		16.077,92
3283 — Pensões a Beneficiários Especiais		681,43
3285 — Aux. Pecuniários Seguro de Vida		1.296,00
3286 — Dev. de Juros p/Pgt.º Antecipado		3.811,46
3289 — Div. Desp. de Previdência Social		
01 — Rest. de Contribuições	989,68	
02 — Rest. de Empréstimos	265,00	1.254,68

TOTAL DA DESPESA: 264.441,79

— Resultado Operacional de JUNHO/68 201.301,12

TOTAL: 465.742,91

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DO ESTUDO DOS PROBLEMAS AGROPECUÁRIOS E SEUS REFLEXOS NA ECONOMIA NACIONAL

ANEXO DA ATA DA 18.ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 1968. — (*)

Integra do apanhamento taquigráfico da reunião

Publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Havendo número legal declaro aberta a reunião.

Acha-se presente o Sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado, Presidente do INDA, que vem dar o seu precioso depoimento para esclarecimento da situação agropecuária do País.

Sr. Presidente Dix-Huit Rosado, temos por princípio que o depoente faça uma explanação — se é que é do seu desejo — e, depois, então, responda às perguntas que lhe são feitas pelos diversos membros desta Comissão, começando pelo Relator, que tem o seu tempo dilatado. Aos demais membros da Comissão são concedidos dez minutos para as perguntas.

V. S.ª pode escolher o tema, dentro do assunto da agropecuária, que achar de maior interesse para o conhecimento desta Comissão.

Com a palavra o Sr. Dix-Huit Rosado, Presidente do INDA.

O Sr. Dix-Huit Rosado — Sr. Presidente da Comissão Mista para Estudo dos Problemas Agropecuários e seus Reflexos na Economia Nacional; Srs. Senadores e Srs. Deputados. Gostaria de seguir o roteiro tradicional adotado pela Comissão, fazendo, em primeiro lugar uma sucinta exposição relativa ao órgão que tenho a honra de dirigir, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário. E éle é fruto, como todos os Srs. o sabem, da Lei n.º 4.504, de 30-11-64, que no seu artigo 74 criou o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, impondo-lhe no campo das atividades rurais responsabilidades que se constituem numa espécie de tríptico, por abranger atividades relativas à Colonização, ao Cooperativismo e ao De-

senolvimento Rural propriamente dito. Compreende o segundo, isto é, o Cooperativismo também, os diversos aspectos ligados à Extensão Rural, Associativismo e a Sindicalização Rural, enquanto o Desenvolvimento Rural enfeixa o embasamento ou a infra-estrutura do desenvolvimento, no qual se incluem os importantes capítulos da Tecnologia e da Eletrificação Rural.

Nestes doze meses em que vimos dirigindo a Autarquia, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, temos empenhado, sem descanso, na dinamização dos trabalhos a seu cargo. Como agricultor no nordeste, podia dizer-lhes, srs. Senadores e srs. Deputados, como reconheço e sinto a importância do cargo que ocupo, pois, naquela sofrida área do País, há uma imensa tarefa a realizar e a desdobrar no setor da agricultura e da pecuária, exigindo dos homens de Governo, só ali, programas concretos, objetivos, a serem enfrentados corajosamente e com real continuidade. Sem pretender adotar uma imagem literarária, é fácil vislumbrar a tarefa gigantesca que nos espera desde o Oláopoc ao Chuí em favor da valorização do homem, sobretudo daquêle que espera retirar da terra e da criação uma vida digna, para si e para seus familiares. Tendo bem presente tal extensão, já estamos em entendimentos com o Comando Militar da Amazônia, voltando nossa atenção para as fronteiras legais deste País continental, impulsionando, na medida do possível, programas variados nas diferentes regiões do território nacional, dos quais começamos a receber notícias confortadoras através dos relatórios que nos são enviados por nossas Delegacias Regionais.

Ao tratar do funcionamento do órgão do INDA que tem a seu cargo a colonização, espero que V. Ex.ªs, conhecendo meu ponto de vista, fiquem inteirados dos laços de confiança, naturais e legítimos, que unem os homens de responsabilidade e dos desígnios de que V. Ex.ªs e eu estamos imbuidos do desejo patriótico de servir a Nação. Ainda que a colonização seja um dos setores que, por óbices vários, não tenha conseguido se projetar como os outros, dificuldades que esperamos paulatinamente reparar,

temos em funcionamento 19 núcleos coloniais, além de 6 outros que funcionam em fase final de liquidação, isto é, em fase de titulação das terras, com a entrega dos títulos de propriedade aos seus ocupantes. Desses núcleos, alguns têm demonstrado um verdadeiro progresso, tornando-se municípios, pela associação do trabalho do homem, qualidade de terra, boas vias de acesso e de mercado.

Posso citar, por exemplo, começando pelo distante Amazonas, o núcleo de Bela Vista, com área superior a mais de 300.000 hectares. O trabalho realizado no núcleo não apresentou os melhores resultados e, atualmente, está sendo re-planificada a colonização em todos eles, na forma do que dispõe o Decreto n.º 59.428, de 1966, preconizando a colonização nos moldes fixados pelo Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504).

Os outros núcleos da região amazônica legal, Monte Alegre, Guamá, Bernardo Sayão, estão apresentando resultados mais satisfatórios, tanto na agricultura, como na pecuária. Por exemplo, no cultivo do arroz e da pimenta do reino, as safras tem ganho maior expressão, num confronto com as obtidas em anos anteriores, mercê de favoráveis condições no regime das chuvas e de irrigação, pelo menos em Guamá.

O núcleo de Bernardo Sayão sofreu certo atraso em seu progresso, em consequência de problemas sanitários, com surtos de malária, que muito prejudicaram as atividades em geral.

No Maranhão, há que citar o núcleo colonial de Barra do Corda, cuja área de cultura já utilizada é superior a 22.000 hectares, dos quase 300.000 que o constituem. Nêle há uma população dispersa de 24.000 pessoas. Esse núcleo assume particular significação, dada a construção da barragem de Boa Esperança, sendo que 300 famílias da área a inundar, serão transferidas para Barra do Corda, trabalho já em adiantado estágio de realização, mercê da existência de 100 residências construídas. O trabalho vem ultrapassando as mais otimistas previsões, de vez que várias famílias estão se deslocando por conta própria, enquanto outras, tomam rumos diferentes. Mas a verdade é que o

deslocamento vem sendo realizado com certa facilidade, pois o núcleo está preparado para receber as famílias que nele desejarem se fixar, mesmo quando procedentes de outros Estados.

Hoje, pela manhã, na Câmara dos Deputados, prestei depoimento de aproximadamente 3 horas e, é possível que, de quando em vez, se torne necessário reavivar alguns aspectos daquele depoimento, mesmo porque, ao chegar ao aeroporto, recebi um convite para comparecer, também, à Comissão de Assuntos do Nordeste. Assim, se algum de V. Ex.^{as} tiver ouvido meu depoimento desta manhã, por certo verificará que muitos pontos coincidem ou se repetem.

Como homem do nordeste, tenho a constante preocupação das secas. No nordeste, todos sabem que elas são cíclicas e que estamos desde 1958, praticamente, sem secas. Desde então a população cresceu na região, e cumpre pensar na possibilidade das secas e na necessidade de alimentar os que vivem em toda aquela extensa área.

Estamos com 10 anos seguidos de inverno, e as secas reparam a cada décennio; de 1845 a 1897, o nordeste viveu 32 anos de invernos mais ou menos abundantes e praza aos céus que todos aqui presentes possam viver, novamente, êsses 32 anos, repetindo a mesma história.

Os meteorologistas de todo o mundo são unânimes em julgar essas manifestações cíclicas como ponto sem contestação. Não vale de muito para a vida nordestina brasileira explicá-las como influenciadas pelas manchas solares ou pelo deslocamento do eixo da terra, mas a verdade é que, analisando a sucessão centenária dos ciclos pluviais, constatamos sempre que êsses episódios se repetem. E é por isso que estamos no nordeste, sempre atentos e temerosos de uma repetição daquilo que ocorreu no século passado e, com maior intensidade, nos últimos 13 lustros.

Ao Poder Público cabe a responsabilidade de adotar medidas prévias e acalculadoras, preparando as comunidades para o caso de nova calamidade e principalmente os departamentos ligados aos Ministérios da Agricultura e do Interior, senão mes-

mo as próprias Forças Armadas. O Instituto tem procurado estudar o problema, fixando, pelo menos um roteiro, uma orientação geral a tomar, no caso de que ocorra novamente aquêle fenômeno.

Sabemos que, em 1958, havia um excedente de 500 mil braços no nordeste. No caso de uma nova seca — que penso e admito mesmo não se verifique no próximo ano, nem em 1970, mas a partir de 1971, de vez que a natureza não dá saltos — se ela surgir, dizia, tenho para mim que, em realidade, o fato poderá acarretar grandes dificuldades e prejuízos.

Estamos estabelecendo no INDA, e para isso dispomos de pequenos recursos, programas criando como que uma estrada larga, para encaminhar os nordestinos que o desejarem às fazendas estaduais do Amazonas e do Pará, sendo que os Convênios nesse sentido já se encontram em funcionamento. Temos verificado que não são sómente os nordestinos que se querem fixar na Amazônia, mas que por toda parte há um desusado interesse pelas migrações internas, movimento que, em realidade, é muito simpático e de todo favorável à fala da ocupação dos grandes espaços vazios.

De nossa parte temos uma permanente preocupação pelo problema, pois, como Senador da República e como Deputado Federal, tivemos a oportunidade de percorrer vários países, alguns dos quais asfixiados por um índice demográfico dos mais elevados, como é o caso do sudeste da Ásia, onde se poderia dizer na linguagem comum, "não há lugar nem mesmo para se cair morto". É evidente, é claro, talvez imperioso, que essa gente pense cípidamente nas imensas e ricas áreas territoriais vazias deste nosso Brasil, numa tentativa de localizar uma parte de seus excedentes populacionais, experiência que não nos convém, de uma forma generalizada. Daí nossa intenção em colaborar devidamente para a maior fixação possível de elementos nacionais na região amazônica, crian-

do facilidades e atrativos que convideem e permitam uma existência compatível com a dignidade humana.

Estamos usando processo que não será novo, mas a repetição prática do sistema que já foi adotado no País, isto é, possibilitando, por todos os meios a migração interna dos parentes e familiares daqueles já radicados na Amazônia, criando e alargando um espírito familiar na região, contornando assim um fator de grande influência no desejo permanente do retorno, sentimento em potencial no nordestino, que tem uma marcada tendência a voltar para sua região de origem.

Os relatórios que temos recebido nos encorajam a afirmar que o trabalho vai em progresso contínuo, mesmo porque nos projetos de desenvolvimento rural há um fator essencial a incentivar seu desdobramento normal, qual seja o da disponibilidade em recursos financeiros, os quais não podem deixar de ser ponderáveis e programados, como o vimos fazendo, com a devida antecedência.

Retomando minha exposição no que diz respeito aos núcleos de colonização, devo informar a V. Ex.^{as} que no Piauí estão em atividade os núcleos de David Caldas e de Gurguéia. Este último foi a base da chamada "operação Gurguéia", pela qual o INDA orientou e financiou a transferência de inúmeras famílias, principalmente procedentes da zona canavieira de Pernambuco, área onde se verificava uma grave tensão social; foi um trabalho planejado em todos os seus detalhes de execução. No Rio Grande do Norte há que citar os núcleos de Pium e D. Marcolino Dantas; na Bahia, Geremoabo, Queimadas, Una, Porto Seguro, Ituberá e Andaraí, além de Jaguaquara que se encontra em adiantada etapa para emancipação, de modo a que se integre na vida do Município. No Paraná, os núcleos de Marquês de Abrantes, Andradas, General Osório e, em Goiás o núcleo de Bernardo Sayão e o emancipado núcleo de Ceres. Em Mato Grosso, o INDA tem o núcleo de colonização de Dourados, com 2/3 de parceiros já titulados, com previsão para o corrente exercício, da declaração final do processo de emancipação. Mais ainda, estamos procedendo à

emancipação de alguns núcleos localizados no Estado de Santa Catarina através do I.R.A.S.C., que é responsável pelas titulações das glebas de Esteves Junior, Anitápolis e Papoam, à cidade município do ilustre Senador Atílio Fontana, aqui presente, remanescentes dos emancipados núcleos citados e instalados em terras do Governo Estadual.

O trabalho nos núcleos, apoiado pela alta Administração do INDA, assume indiscutivelmente uma extraordinária significação no que diz respeito à colonização, principalmente quando se considera que o colono tem como atrativo e como meta receber, no devido tempo, seu título de propriedade, de modo a que possa tranquilamente, nesse momento em diante, explorar livremente seu lote de terra, como homens livres, num País livre.

O Sr. Senador Atílio Fontana — Folgo em ouvir o ardor que V. Ex.^a dedica à atividade que vem desenvolvendo.

O Sr. Dix-Huit Rosado — Muito grato a V. Ex.^a, mas gostaria de perguntar ao Exm^o. Sr. Presidente da Comissão, de quanto tempo realmente disponho, de modo a não cansá-los e não me estender demasiadamente, pois minha exposição poderá tomar, ainda, algum tempo.

O SR. PRESIDENTE, (Senador Fernando Corrêa) — O tempo necessário fica ao arbitrio de V. S.^a

O Sr. Dix-Huit Rosado — Com a participação de alguns Governos Estaduais estamos implantando, por meio de Convênios, outros núcleos, como seja, com o Piauí e Minas Gerais. Tenho particular confiança nos núcleos estaduais, porque a fiscalização e o interesse pelo trabalho, pelo programa e pelo desenvolvimento estão mais ligados aos interesses gerais daquêles que pagam os impostos estaduais. Doura parte, a própria dinâmica tradicional de colonização nos núcleos coloniais apresenta certas dificuldades para a emancipação final, mesmo porque se impõe até descharacterizar a conhecida figura do Administrador, de modo a transformá-lo num chefe encarregado, que não se sinta como que um proprietário do núcleo, mas que se incorpore, de fato, à vida e aos interesses dos que ocupam suas terras, não perdendo

de vista, em nenhum instante, que a meta a alcançar é a da emancipação, depois de deflagrado um processo inicial de desenvolvimento, particular e geral. E quem não sabe que existem no Brasil, núcleos coloniais que deveriam ser emancipados há mais de quarenta anos?

Nosso esforço nesse sentido tem sido constante e dos maiores; dou de minha experiência pessoal uma caracterização diferente de colonização, por considerar imperioso, repito, atingir, o mais rapidamente possível, o alvo desejado, a emancipação, consolidando a parte inicial do desenvolvimento comunitário objetivando, como já disse, entregar ao homem do campo a terra, suas benfeitorias, estradas, cooperativas, serviços assistenciais, todos de início lançados com os favores governamentais. Não vejo com interesse maior, direto, a colonização da faixa litorânea e a todas as proposições que me são feitas no sentido da concessão de áreas aproximadas do litoral, respondo que o litoral, já em franco progresso, pode ser aproveitado por elementos humanos diferentes, graças a correntes que podem deixar até de receber influência e auxílio do Governo. Estão em nossos programas e em nossos anseios as áreas mais afastadas, principalmente pelas facilidades criadas com a larga expansão dos eixos rodoviários.

Tenho imaginado, repetindo o ponto de vista dos técnicos, nas fazendas-módeos, com áreas e recursos entregues a agrônomos, a veterinários ou a técnicos agrícolas, que a elas dariam sua experiência e formação profissional estimulados, desde a primeira hora, pelo título de propriedade, lavrando a terra e criando seus animais, encorajados pelo legitimo interesse em dela tirar o sustento para si e para os seus, constituindo o patrimônio que todos desejam e aspiram. Esses programas fazem parte do nosso roteiro, mas infelizmente não disponho, no momento, dos elementos necessários a sua pronta consecução, senão o interesse que tem o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário de penetrar numa nova modalidade de desenvolvimento da agricultura e da pecuária no País. Por isso temos recorrido à cooperação e participação dos comandos militares e aos Esta-

dos, visando a ampliar, na medida do possível, a colonização em geral.

Os recursos necessários são fabulosos. O deslocamento de uma pessoa exige de passagem, só de passagem, do Rio Grande do Norte para o Pará, por meio do transporte mais barato, em cruzeiros novos; a viagem para a fazenda impõe novos ônus. Quando são inevitáveis as paradas por alguns dias, as despesas crescem extraordinariamente.

Impõe-se planejar, sempre, uma estrutura de embasamento, capaz de atender ao agricultor desde as primeiras horas, de modo a que ele não seja tomado de desalento e não se sinta perdido em face das primeiras dificuldades e problemas que, fatalmente, aparecem.

A colonização deste imenso Brasil representa problema que empolga a todos: administradores, técnicos, leigos; o País inteiro. Hoje, os Exmos. Srs. Ministros de Estado manifestam, constantemente, sua intenção de levar gente e progresso à Amazônia, e tudo isso reflete no espelho uma larga imagem, traduzindo o intuito deliberado do Governo Federal em povoar, efetivamente, de uma maneira ou de outra, com brasileiros e, se não for possível, com estrangeiros, aquela imensa e promissora região. Com estrangeiros, também, se não for possível de outra forma, que não venham com a disposição de criar uma outra nação, mas espiritualmente preparados para se ajustarem a um outro sistema de vida, para se submeterem às Leis da pátria que os acolhe, integrando-se na nossa fisionomia moral e no nosso sistema de Governo.

O Departamento de Cooperativismo e Extensão Rural, o outro órgão que compõe a estruturação do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, expressa na sua própria denominação suas atribuições e finalidades. No Brasil, a linha pionera de Rochdale durante largos anos foi vitrolada em sua fisionomia pelo espírito de Shylock que avassalava o cooperativismo no Brasil.

Ainda que difíceis, as alterações à legislação, temos procurado reparar os danos causados ao cooperativismo brasileiro, por uma regulamentação em verdade desatualizada.

O INDA é atualmente o órgão, por excelência, propulsor e organizador do Cooperativismo. Temos encontrando um vasto campo para desenvolvê-lo eficientemente, não só entre as grandes, como também, entre as pequenas Cooperativas do País. Temos de recuperar o sistema, buscando as soluções mais adequadas a cada caso, e aproveitando a tendência que tem o povo brasileiro em solidarizar-se com seus companheiros. De um modo geral para o brasileiro, servir aos seus companheiros é como servir a si mesmo.

Tem o INDA apoiado todos os movimentos de educação, através da extensão rural e utilizado quanto possível nesse sentido o trabalho das Universidades, nas escolas de Agronomia e Veterinária, bem como nos cursos de Economia. Os grupos religiosos, são também de grande e benéfica cooperação nesse particular; com a participação de todos temos procurado desenvolver, cada vez mais, o Cooperativismo e o Associativismo no País.

A Autarquia vem despendendo quantias avultadas nesse particular, e posso afirmar a V. Ex.^{as} que todos os Estados têm recebido recursos destinados àquela finalidade, visando a ampliar e melhorar as Cooperativas existentes. Os auxílios destinam-se, essencialmente, ao trabalho dos Departamentos de Assistência ao Cooperativismo, mas genéricamente os Convênios relativos ao Departamento somaram NCr\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil cruzeiros novos):

Têm merecido especial atenção as cooperativas de produção, de leite e derivados, por exemplo, muitas das quais estão sendo financiadas em vários Estados da Federação, para a ampliação e reequipamento de suas Usinas beneficiadoras, para ajuda aos cooperados, incentivos de variedade natureza. Na diversidade de cooperativas que o INDA tem auxiliado, quero fazer menção especial às cooperativas de pesca, propiciando-lhes meios pa-

ra, pelo menos, melhorarem seus equipamentos e instalações de conservação do pescado.

Hoje, quando estive na Câmara dos Senhores Deputados, tratou-se do açude de Orós; comprometi-me com o Presidente da Comissão a atender, se solicitado fôr, a uma Cooperativa que tem necessidade de montar instalações de frio industrial.

A extensão rural tem sido objeto de uma grande atividade por parte do INDA, principalmente, através da tradicional ABCAR e de suas subsidiárias nos Estados. Creio que V. Ex.^{as} se surpreenderão ao tomarem conhecimento de que 60% dos recursos utilizados pela ABCAR foram fornecidos pelo INDA.

Meu interesse pelo extensionismo nasceu quando ainda representante do Rio Grande do Norte no Congresso Nacional, pois ao tomar conhecimento de que em Minas Gerais vinha sendo posta em prática uma técnica aprimorada nesse sentido, desloquei-me para esse Estado para aprender o que se vinha realizando. A partir desse primeiro contato, estabeleci uma permanente ligação com todos os movimentos extensionistas que surgem no País.

Temos recebido informações sobre a aplicação do numerário liberado, sendo que, em outubro do ano passado, vi vacilar o sistema, quando me dei conta de que os 2.042 técnicos da ABCAR, espalhados por seus 85 escritórios regionais e mais de 800 municipais, estavam praticamente sem meios financeiros para prosseguir em suas tarefas. Imediatamente dei ciência da situação ao Conselho Diretor do INDA, propondo uma ajuda de quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros velhos, a qual foi concedida e prontamente liberada. No ano passado a ajuda que demos ao sistema extensionista brasileiro atingiu NCr\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de cruzeiros novos) e neste ano, ela já sobe a NCr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros novos), dos quais, liberados NCr\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil cruzeiros novos).

O INDA continua a concentrar seus melhores esforços no grande objetivo

do alevantamento geral dos níveis de vida do homem do campo. A tarefa é árdua, ingente e difícil, e muito mais difícil ainda, de ser julgada e avaliada a partir de uma análise perfuntória, porque ela é como que, um enorme serviço de canalização de águas; durante sua execução um percentual mínimo e salpicado vai aparecendo paulatinamente; um chafariz aqui, outro ali, uma fonte acolá, não permitindo bem imaginar a imensa tubulação que se esconde sob a terra.

A extensão rural também é assim; os resultados são demorados e frutificam lentamente, impondo-se atacar os trabalhos simultaneamente em várias frentes. Por isso estamos colaborando no sistema extensionista brasileiro, também através da Escola de Agronomia e Veterinária de Goiás, da Universidade Federal de Minas Gerais, Escola Superior de Agricultura de Lavras, Escola de Agronomia do Nordeste, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Rural do Sul, Universidade de São Paulo, Secretaria de Agricultura de São Paulo, Universidade Rural de Pernambuco, Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, Escola de Agronomia de Passo Fundo, Universidade Federal de Santa Catarina, Escola de Agronomia do Médio São Francisco, Escola de Agronomia do Pará, Escola de Agronomia da Bahia, Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Como vêem V. Ex.^{as}, estamos atacando e agindo concomitantemente por vários caminhos e, o que me parece mais importante, atuando praticamente em grande parte do território nacional.

Estamos incluindo nos recursos destinados à ABCAR, 680 milhões de cruzeiros velhos, e devemos participar para o trabalho nas Universidades com a soma surpreendente de Cr\$. 4.865.345.000,00, contemplando as seguintes instituições: Instituto do Desenvolvimento Integral da Bahia, Confederação Nacional da Agricultura, Governo do Amazonas, Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, Secretaria da Educação de Minas Gerais, Fundação Padre Ibiapina, Prefeitura Municipal de Mossoró, Secre-

taria de Agricultura de Minas Gerais, Governo do Estado de Alagoas, Secretaria da Agricultura do Paraná, alguns órgãos do Ministério da Agricultura, Governo do Estado do Paraná e Escolas de Agronomia e de Veterinária da Universidade Rural do Brasil.

Na nossa tentativa de estabelecer os fundamentos básicos nesse setor, com verdadeiro aproveitamento, da inteligência e capacidade dos nossos técnicos, temos procurado criar e apoiar escolas, de nível superior e médio, ginásios e colégios, sem dúvida ponto inicial da caminhada a percorrer. E nosso cuidado tem visado em alguns Estados, como em Minas Gerais e no Piauí, até aos cursos elementares. São vários os ginásios que já construímos; são vários os colégios que auxiliamos a equipar ou construir, fornecendo numerário para a aquisição de dormitórios e material escolar, cooperando para a instalação de setores de zootecnia; a alguns equipando integralmente e para outros liberando verbas de 100 a 470.000 cruzeiros novos, como é o caso da Escola Superior de Agricultura de Mossoró, que construímos em 6 meses, investindo quase NCr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros novos), entregando em comodato todo o equipamento à Prefeitura Municipal de Mossoró. A Escola já está em pleno funcionamento e cerca de 200 Municípios, com 1.500.000 habitantes, poderão beneficiar-se de sua instalação. A Escola Superior de Agricultura passou a representar como que o centro de um cinturão, constituído do Colégio de Jundiaí, pelo Ginásio de Ceará-Mirim e pelo Ginásio de Currais Novos.

Poderíamos dizer que o INDA, por sua Presidência, sente certo orgulho nesse empreendimento, o qual foi objeto de debate e de polêmica; mas quando de consciência tranqüila defende-se o torrão natal, o debate empolga, esclarece, amadurece as idéias e entusiasma desde o inicio, até a conclusão do projeto. Por isso tomo a liberdade de dizer que a Escola Superior de Agricultura de Mossoró seja talvez uma das melhores aparelhadas do Brasil, pois ela foi provida de todo o material necessário ao seu funcionamento inicial, orientação na qual continuamos persistindo para ali

fixar um centro de Meteorologia e outro de Geo-hidrologia, pois sabidamente aquela região sedimentar é uma das mais promissoras do mundo. Os levantamentos levados a efeito por estudos de sismografia, gravimetria de magnetometria e de eletro-resistividade já revelaram depósitos de água que equivalem a centenas de vezes o volume existente na Baía de Guanabara. Creiam V. Ex.^{as} que a água está jorrando em Mossoró, criando rios e dessedentando cidades que há 200 anos usavam águas salobras e poluidas. A água é termal, mineral, brotando de vários poços perfurados pelo Departamento de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, arrancada do arenito-açu, de profundidades variáveis entre 912 e 930 metros e vindo à tona na temperatura de 54° C. Trata-se de uma água mineral tipo "Lindóia", contendo vários sais dissolvidos, levando o povo simples a dá-la às crianças para tratamento das verminoses e das doenças da pele. Mas os antigos da cidade e os descendentes dos pioneiros, molham com emoção as mãos e o rosto cada vez que se aproximam de um dos poços.

Poderia ler para V. Ex.^{as} a relação que tenho em mãos do programa do INDA no campo da educação. Seria muito longo, quero declarar a V. Ex.^{as} que poucos são os Estados que ainda não foram beneficiados com a participação efetiva do INDA nesse importante setor da vida nacional.

Desejo, no entanto, fazer uma referência a duas outras parcelas compromissadas, que se acrescentam aos 4 milhões e 865 mil e 345 cruzeiros novos empregados. Uma destinada à conclusão do Colégio Agrícola de Caiçó, cidade do Ilustre Senador Dinarte Mariz aqui presente, no montante de 150 mil cruzeiros novos, e a outra, nos termos do Convênio assinado com a Secretaria de Agricultura de São Paulo, no montante de 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros novos, para a construção de 10 Centros Rurais.

Mas, dos trabalhos que temos realizado, nenhum a nosso ver tem dado resposta mais pronta e espetacular que a eletrificação rural. Antes de me apresentar a esta Comissão, já

havia debatido com o Assessor Nova da Costa os problemas da eletrificação rural no Brasil e foi para mim uma grande satisfação encontrar na opinião do técnico um reforço à minha decisão de cada hora, em multiplicar esforços no sentido de levar a energia elétrica, a energia inorgânica ao máximo possível pelo interior do Brasil, para que substitua a energia muscular, orgânica, humilhante, degradante; por sua parte a energia animal é dispendiosa e de baixo rendimento.

A eletrificação rural enquadra-se nas atribuições de outro órgão do INDA, o Departamento de Desenvolvimento Rural.

O programa de eletrificação rural foi iniciado com base no trabalho pionheiro da ERMIG, em Minas Gerais e com a participação dessa empresa foram esboçados programas de extraordinária grandezza. Atualmente, quase dois milhares de quilômetros de linhas aéreas atravessam os céus desse Estado. Com efeito, a lição teve como ponto de partida no grande Estado e os projetos em andamento ou planejados atingem quase todas as Unidades da Federação.

As concessionárias, que por tantos anos preguiçaram em levar ao campo, às fazendas e aos sítios a eletrificação, hoje, estimuladas por nós, e mais do que isso, usando recursos fornecidos pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, realizam por toda a parte os levantamentos de projetos formando em conjunto um somatório, no âmbito da eletrificação rural.

Já na administração do Presidente Costa e Silva, construímos cerca de 5.000 quilômetros de linhas e a média de um quilômetro por fazenda está sendo de certo modo mantida. Em alguns Estados, como é bem o caso de Santa Catarina, o trabalho de eletrificação rural exigiu investimentos que se aproximam de dois bilhões de cruzeiros.

A firme decisão do INDA não só em incentivar, como em concorrer com recursos ponderáveis para os projetos de eletrificação rural, tem estimulado

a formação de um grande número de Cooperativas de eletrificação rural e entusiasmado a quase totalidade dos Governos Estaduais.

Queria, abrindo um parênteses, declarar que diante das peculiaridades próprias à administração e funcionamento dessas Cooperativas, que o INDA resolveu propiciar cursos de gerentes para as Cooperativas de Eletrificação Rural, financiando para os inscritos alimentação e até seu transporte. A primeira turma está agora concluindo o curso, o qual foi ministrado graças a um Convênio com o Governo do Estado de Pernambuco, que conta com essa magnífica instituição no DAE, escola que tem todo o seu instrumental fornecido pelo Governo da França.

Para nós, o programa da eletrificação rural envolve duas etapas bem nitidas. A primeira, a que se encontra em pleno desenvolvimento, com aplicação de recursos do INDA e que gostaria de acentuar a V. Ex.º, que não se trata de verbas orçamentárias, mas de capital amealhado com as próprias arrecadações da Autarquia.

Os 5.000 quilômetros construídos exigiram o empréstimo das importâncias catalogadas neste documento. Porém, elas não representam todo o esforço e atividade que temos despendido no setor de eletrificação rural, pois o primeiro simpósio de eletrificação rural, realizado em Brasília, deu-nos uma medida do interesse que o assunto desperta. Constituiu uma agradável surpresa o elevado número de técnicos que compareceu e pelos resultados práticos que colhemos da patriótica cooperação de todos. O encerramento do Simpósio tomou uma característica diferente daquela que é costumeira, pois nessa ocasião tivemos a oportunidade de entregar a todas as concessionárias presentes, os recursos indicados nos estudos de projetos pelos quais passariam a se responsabilizar. Devo acentuar que o valor desses projetos reside, também, na farta documentação que estamos reunindo para pleitear financiamentos destinados à eletrificação rural junto a agências financeiras estrangeiras, com vistas à execução do que chamamos o grande programa. E, já a esta altura, diante do conjunto de projetos recebidos e a receber das

concessionárias, devo esclarecer que o custo dos mesmos serão incorporados aos financiamentos destinados à execução das obras, caso elas sejam exequíveis; caso contrário, o custo dos estudos e projetos representarão ônus para o INDA, que com eles arca, pois é de se esperar que a maioria deles encontre plena viabilidade. Nos financiamentos para estudos e projetos investimos NCr\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros novos); seu empréstimo é devidamente fiscalizado e à medida que são recebidos, passam pelo crivo e pela análise de nossa Assessoria especializada em eletrificação rural.

A coragem de se lançar no País o projeto de eletrificação rural tem sido objeto de admiração por parte de nossa gente e de estrangeiros que o têm analisado, no qual o INDA deverá aplicar parte com recursos próprios, mais de NCr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros novos).

A segunda etapa, representada pela execução do Plano Trienal que temos em elaboração, abrangendo o período 1968-1970, é o mais difícil, porque exigirá recursos dos mais ponderáveis, que não poderiam ser atendidos pelos orçamentos da própria Autarquia. Daí os entendimentos em curso com o B.I.D., para obtenção de um empréstimo de aproximadamente 30 milhões de dólares.

Paralelamente, continuamos incansavelmente o trabalho iniciado na primeira hora e é fácil comprovar que estamos com 30.000 quilômetros projetados, beneficiando mais de 30.000 fazendas, através dos convênios que a seguir vou enumerar para V. Ex.º:

Companhia de Eletricidade da Bahia, um bilhão de cruzeiros;

Eletrificação Rural de Minas Gerais, cinco bilhões de cruzeiros;

Govérmno do Estado de Mato Grosso, dois bilhões de cruzeiros;

Companhia de Eletricidade de Alagoas, oitocentos milhões de cruzeiros.

Falo muitas vezes em cruzeiros velhos, pois é sempre mais interessante para quem paga, ou ajuda, referir-se

a muitos milhões, deixando os cruzeiros novos para quando se recebe.

Centrais Elétricas de Goiás, cem milhões de cruzeiros velhos. Amanhã, vou a Goiás levando recursos para dois empreendimentos importantes; para atendimento parcial do convênio de eletrificação rural e para a instalação de um moinho de calcáreo que nesse Estado estamos montando, como aliás estamos fazendo em outras regiões que precisam urgentemente modificar o pH das suas terras, como é o caso do Pará.

S.A. de Eletrificação da Paraíba, um bilhão de cruzeiros velhos;

Companhia de Eletricidade de Pernambuco, três bilhões de cruzeiros velhos;

Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, um bilhão de cruzeiros velhos;

Estado de Santa Catarina, dois bilhões de cruzeiros velhos;

Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste, um bilhão de cruzeiros velhos;

Companhia Paranaense de Energia Elétrica, um bilhão e meio de cruzeiros velhos;

Departamento de Águas e Energia de São Paulo, seiscentos milhões de cruzeiros velhos, para a qual já liberamos uma parcela substancial, isto é, quase cento e oitenta e dois milhões de cruzeiros antigos.

Em São Paulo temos vários outros convênios, como é o caso daquele com o D.A.E.E., para atendimento ao projeto da Cooperativa de Eletrificação Rural de São João da Boa Vista e para o qual foram liberados 143 milhões de cruzeiros velhos.

Devo citar o projeto de eletrificação rural do Vale do Itariri, com um financiamento global de 422 milhões de cruzeiros velhos, dos quais já foram liberados 150 milhões.

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Urânia — Jales (CERUJA) firmou convênio com o INDA, para a qual nos comprometemos com 258 mi-

lhões de cruzeiros velhos. Foram liberados até esta data 58 milhões.

Num outro convênio em São Paulo foi beneficiada a Cooperativa de Eletrificação Rural Itaim — Paranapanema (CERIPA), no montante de 1 bilhão e duzentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros velhos.

Como vêm V. Ex.^{as}, o INDA está em todos os Estados, no Espírito Santo, Alagoas, Bahia, Maranhão, São Paulo e recentemente com a CERNE de Pernambuco foi firmado, há cerca de 30 dias, um convênio para o preparo de estudos e projetos destinado às obras de eletrificação rural do Vale do Jaguaribe, envolvendo os interesses de toda a área Orós—Barnabuiú. Reuniões integradas no Estado do Ceará permitirão aproveitar estudos dos franceses, dos israelenses e nossos, relativos ao Vale do Jaguaribe.

Enfim, a eletrificação rural, em parte executada e na parte de estudos e projetos, já absorveu quase 20 milhões de cruzeiros novos.

No campo do desenvolvimento tecnológico, temos colaborado no aprimoramento do rebanho leiteiro, principalmente auxiliando a instalação de bancos de sêmen. Ao de Fortaleza foram concedidos NCr\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros novos); ao de Aracaju, NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos). Ambos poderão assim montar equipamento para a produção de nitrogênio líquido, necessário à conservação do sêmen em baixas temperaturas.

No programa de desenvolvimento industrial e tecnológico, temos ajudado aqui e ali. Para a construção de um matadouro industrial com capacidade para 150 bovinos e 150 suínos em dias alternados, em Castanhais, no Pará, cooperamos com a Prefeitura Municipal, financiando o projeto com quase NCr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros novos). Para a construção de um novo Matadouro Municipal em Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, financiamos a Prefeitura com NCr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos).

Para Quixadá, no Estado do Ceará, financiamos com NCr\$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil cruzeiros novos) uma cooperativa que está cons-

truindo um posto de resfriamento de leite.

Financiou o INDA, também, a Cooperativa Mistá Agrícola de São Paulo, com NCr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos) para construção e aquisição do equipamento necessário a uma usina pasteurizadora de leite.

Com NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) foi financiada à Cooperativa de Laticínios Cachoeiro de Itapemirim Ltda., no Espírito Santo, de modo a que possa construir e equipar sua nova usina, com capacidade para 150.000 litros diariamente.

De passagem, cito financiamentos a cooperativas laticinistas de Uberlândia e Uberaba, em Minas Gerais, e de Santo Antônio de Pádua, no Rio de Janeiro, para relatar também a V. Ex.^{as} que nos temos interessados pela industrialização de outros alimentos, como é o caso da mandioca, levando a técnica moderna às regiões de maior produção.

O Sr. Senador Aurélio Viana, em sua recente viagem ao Japão e à Tailândia, pôde avaliar a necessidade em proteínas, principalmente das proteínas mais nobres e altamente assimiláveis, como sejam, as de origem animal.

Vem o INDA financiando não só grandes, como pequenas indústrias, de modo a que o homem do campo receba um pouco mais pelo muito que faz na produção de matéria-prima.

Não posso deixar de fazer menção à Granja de Demonstração projetada para Manaus, em cujos resultados depositamos grande confiança.

No campo de industrialização empregamos até aqui NCr\$ 1.383.780,00 (um milhão, trezentos e oitenta e três mil, setecentos e oitenta cruzeiros novos), além de incentivarmos o sindicalismo e o cooperativismo com a aplicação nestes últimos meses de NCr\$ 274.000,00.

Esse tipo de trabalho tem sido muito promissor. Quero referir-me ao que chamamos silos domésticos e que os cearenses batizaram de mini-silos; são pequenos e aproveitando as condições climáticas da região nordestina, capazes de preservar as sementes com seu poder germinativo.

Fizemos o cálculo detalhado sobre o consumo de proteína vegetal oriunda dessa leguminosa, o feijão, por parte de uma família de 5 pessoas, para saber quantos quilos eram indispensáveis para a alimentação no período do que se entremeia entre uma e outra safra. Verificamos uma necessidade em média de 230 quilos de feijão e a partir dessa estimativa foi possível imaginar o pequeno silo e sua capacidade. E, nesse cálculo, incluímos também as festas de batizados e de casamentos, as quais o sertanejo comemora também, comendo feijão, feijão entre bebidas.

O programa dos mini-silos atingiu um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros antigos e tem sido um bom elemento de propaganda de nosso trabalho. Vários Estados, como a Paraíba, o Ceará e o Piauí se associaram ao projeto e 70.000 silos foram fabricados e vendidos. A nosso ver é preferível vender barato a dar gratuitamente e os preços oscilaram entre 16 e 22 cruzeiros novos, por unidade.

São silos singelos, que eu poderia dizer feitos no meio da rua, por artesãos, funileiros e "flandeiros", aos quais ensinamos, e que trouxeram um novo colorido às cidades onde foram instalados.

Aquelas somas, acrescidas às despendidas pelo Banco de Crédito Rural, pelo Banco do Brasil, Banco do Estado, talvez tenham permitido a entrega de um número superior a 150.000 silos, diminuindo na região nordestina a pressão pela falta de feijão e milho com flagrante economia no custo dos transportes.

E quem não sabe, ou viu no passado, num canto, o feijão apodrecendo? Agora, ao lado do santuário, vê-se um mini-silo, que o INDA, no Governo Costa e Silva, levou para o pequeno agricultor brasileiro, a fim de que ele possa conservar a semente. O programa, em verdade, assumiu grande expressão, animando-nos a prosseguir e até a ampliá-lo.

No que diz respeito à revenda e à mecanização, temos desdobrado nossas atividades sobretudo porque essa responsabilidade pertencia tradicionalmente ao Ministério da Agricultura, obrigando ao INDA a realizar to-

Dia 25 (domingo), às 14 horas — Cultura Geral.

Número de Inscrição — Nome

1. Antonia Motta de Castro
2. Aníbal Rodrigues Coelho
3. Maria Amélia Elizabeth Carneiro Veríssimo
4. Nara Maldonado de Carvalho
5. Maria Laura Coutinho
6. Maria José da Luz Vaz Marques de Oliveira
7. Fernanda Machado Pinto
8. Hermila Alcina Pereira de Figueiredo
9. Maria Helena de Almeida Pereira
10. Rosa Maria de Oliveira
11. Neusa Dias de Macedo

12. Edna Gondim de Freitas
13. Eda Coutinho Barbosa
14. Heris Moraes de Meideiros
15. Angela Maria Cavalcanti Mourão Crespo
16. Zeneida Cavalcanti de Queiroz Ubirajara
17. Verginia Astrid Albuquerque de Sá e Santos
18. Maria Alice Guimarães Borges
19. Nelma Pinheiro Cavalcanti
20. Maria Luzia da Costa Silva
21. Raquel Falcão de Almeida Souza
22. Lindaura Daud
23. Margarida Maria Augusto Lima
24. Maria Luiza Pereira Varella
25. Gerda Juliana de Abreu Rosenbaum
26. Maria Lúcia Vilar de Lemos
27. Vanda Ferreira da Silva
28. Adma Eld Tavares de Araújo
29. Eladir de Faria
30. Colmy de Souza Garcia Redondo
31. Osete Pamplona Leoncy
32. Cilene Sapede
33. Gerson Alves Milanez
34. Iracema Almeida Lima
35. Fernanda Leite Ribeiro
36. Iza Coutinho Barbosa
37. Luzia Ramos Valadares
38. Margarida Martins Velloso
39. Maria Herbene Barbosa Lima Maia.

Secretaria do Senado Federal, 5 de agosto de 1968. — **Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.**

ATA DAS COMISSÕES

"RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES" APROVADAS EM PLENÁRIO DO 1.º ENCONTRO NACIONAL DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, REALIZADO EM BRASÍLIA, NO PÉRIODO DE 27 A 30 DE MARÇO DO CORRENTE, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 368, DE 1968, DE AUTORIA DO SR. SENADOR LINO DE MATTOS, APROVADO NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 8-8-1968.

I — ENSINO — PESQUISA E TREINAMENTO

1. Que seja incrementada a pesquisa em âmbito regional dos problemas relacionados ao complexo água-solo-planta.
2. Que sejam realizados cursos sobre Irrigação e Drenagem nas várias regiões fisiográficas do País, visando a rápida criação de uma mentalidade dirigida para os problemas de Irrigação e Drenagem e que êstes cursos contem com a colaboração de organismos Nacionais e Internacionais.
3. Que sejam organizados nas Faculdades de Agronomia, que ainda não os possuem, Laboratórios da Hidráulica Agrícola para o estudo dos problemas da Irrigação e Drenagem.
4. Que seja construído um Centro de Treinamento de Irrigação e Drenagem com os recursos orçamentários

consignados na rubrica 132.1.1422 do Ministério da Agricultura.

5. Que se faça intercâmbio com países estrangeiros onde a técnica da irrigação já alcançou altos níveis.
6. O ensino agronômico no Brasil deve ser reformulado, visando atender aos avanços verificados nas ciências em geral e na Agronomia em particular (Vieira, 1955). E acrescentamos ainda, deve ser reformulado, tendo em vista as circunstâncias da evolução brasileira para um novo sentido — marcadamente sócio-econômico — formação de líderes capazes, não só de dar orientação técnico-profissional, mas de despertar o impulso criador dos grupos humanos mediante um programa educativo do produtor rural. (LIMA, LINCOLN, 1961).
7. Considerando as circunstâncias acima referidas, a reformulação estrutural do ensino agronômico atenderia, entre outras, as seguintes condições:
 - a) formação de uma consciência de sentido humanista, voltada para os problemas de desenvolvimento sócio-econômico, considerados os aspectos universal, nacional e regional;
 - b) formação profissional de modo a possibilitar ao graduado a sua posterior especialização e ainda a alternativa de melhor preparo técnico no próprio curso de graduação, mediante a escolha, para este fim, de um dos ramos que possa interessar às aptidões do discente;
 - c) atender, no que diz respeito ao exercício da profissão agronômica, às exigências da Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, de modo que a Escola possa indicar, na forma do art. 10 da citada Lei, as características profissionais, possibilitando-lhes a integração dos direitos de profissão consoante a natureza da mesma formação e o conjunto de disciplinas compreendidas pelo currículo e cursos de especialização ou de pós-graduação;
 - d) o currículo a ser reestruturado compreenderia disciplinas básicas e disciplinas profissionais. E neste último grupo, um campo de disciplinas de integração e diversificação, o qual incluiria o desenvolvimento rural, a organização e os problemas regionais, tratados em Se-

amarga deceção, porque S. Ex.^a não trouxe nada de concreto para esta Comissão.

V. Ex.^a nos trouxe a mãos-cheias casos positivos, fatos concretos, casos, enfim, que nos enchem de orgulho e de satisfação como brasileiros.

Assim, tendo em vista esse paralelismo de atividades que se observa, essa dualidade de trabalhos que todos verificamos, essa não-participação, inclusive, nesse Conselho, perguntaria a V. Ex.^a se não seria possível — e, naturalmente, alguma coisa pode até estar ultrapassada — a esta Comissão encontrar uma orientação construtiva, aproveitando a experiência de 67 para cá, um sistema de entrosamento melhor entre as atividades de todos esses órgãos.

É a pergunta que faço.

O Sr. Dix-Huit Rosado — Da pergunta com que me honra V. Ex.^a, tenho para mim que do ponto de vista dos trabalhos administrativos, a questão de dualidade é mais aparente do que real, principalmente porque o IBRA é um órgão reformista, enquanto o INDA é um órgão essencialmente desenvolvimentista.

A reforma é sempre mais dolorosa; mais agressiva, mesmo porque ela é quase revolucionária, quebrando sempre os padrões das estruturas tradicionais. O nosso órgão é assim de certo modo mais simpático, porque leva no bôjo de seus programas o desenvolvimento no sentido mais amplo, percebido e sentido diretamente por todos.

Quanto ao outro detalhe, relativo às áreas prioritárias, não surgem dificuldades maiores pela possibilidade de articulação nos deveres, nas obrigações e nas responsabilidades para o encaminhamento sem atrito dos problemas que possam surgir em qualquer área considerada. Poderia citar o que ocorre no Ceará, também área prioritária, onde firmamos Convênios de variadas modalidades. Em Pernambuco, do mesmo modo, estudamos e temos Convênios com as Companhias de Eletrificação Rural e de Colonização, com Convênios múltiplos inclusive com o IBRA, com a Companhia de Revenda e Colonização do Estado e o IBRA, evitando-se dessa for-

ma qualquer superposição e dualidade de ação. Isto significa que nossa situação nas áreas prioritárias se faz numa perfeita conjugação de esforços, desde o planejamento, até a fase de execução. Constantemente são mantidos entendimentos pessoais, inclusive telefônicaamente.

Tenho, também, a grata satisfação de informar a V. Ex.^a que a unidade de pontos de vista vai ganhando corpo paulatinamente e que já no próximo dia 16, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário será o órgão que dirigirá as reuniões conjuntas dos diversos órgãos que atuam no Estado do Ceará. O próprio Ministério da Agricultura, imprimindo novos rumos a sua atuação, nos convoca e nos entrega tão grande responsabilidade como essa, qual seja a de conduzir, orientar, harmonizar a atividade conjunta dos vários Departamentos, das Autarquias, numa palavra, unindo os elementos da administração direta e indireta.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Agradeço a V. Ex.^a; a minha pergunta tinha verdadeira profundidade, mas a explicação de V. Ex.^a, o trabalho que vem realizando, a atividade que vem desenvolvendo, indicam que a minha crítica vem de ser reparada com a nova orientação dada pelo Ministério, no sentido de que um órgão de tão transcendental importância não deixe de contar com a liderança de que V. Ex.^a nos dá notícia, neste momento.

Queria lembrar a V. Ex.^a que da ajuda e confiança que o INDA está dando e conquistando, tive notícia por ocasião da inauguração do parque de confinamento em Araguai, nos contatos mantidos nessa ocasião.

Por parte do Dr. Guimarães, Presidente do Sindicato Rural do Norte do Paraná, fui informado de uma reivindicação semelhante, de modo que o Parque de Exposição de Londrina seja transformado em parque de confinamento. Entregamos esse documento ao Dr. Virgílio Galassi e respondemos ao Sindicato sobre a providência tomada, como intermediário nesse assunto, a nosso ver de grande interesse rural para o Brasil inteiro.

Tem granjeado esta Comissão merecido renome pela altura em que tem

colocado seus trabalhos e congratulome uma vez mais com V. Ex.^a, expressando também em nome do Sindicato Rural do Norte do Paraná a confiança de que estamos possuídos, no sentido de que o INDA possa atender à sua reivindicação, de tanta significação na produção animal, como o são, ainda, os trabalhos em realização no Vale do Jequitinhonha.

O Sr. Dix-Huit Rosado — No Vale do Jequitinhonha estamos cooperando com um programa integrado na criação e exploração de bovinos, onde foram colocadas balanças para efeito das comparações nos pesos, para que não se fique adstrito às questões de genotipia e de fenotipia. Os animais só podem ser julgados a partir de certa idade e avaliados por um peso superior às médias tradicionais, sem maiores preocupações com seu exterior, comprimento de orelha, menos chifre ou mais cauda ou com as proporções de barbela.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Por ocasião da exposição feita pelo dirigente do IBRA, Dr. César Cantanhede, indagáramos sobre o atendimento técnico e da supervisão no que diz respeito à mecanização nas regiões agrícolas mais baixas. A princípio S. Ex.^a afirmava que o problema não era do IBRA, para em seguida confessar que companhias de insumos iriam se encarregar da assistência técnica, principalmente em matéria de maquinaria pesada, a começar pelo problema de toda a área agrícola e pecuária do Brasil, representado pelas necessidades em tratores pesados, os tratores de esteira.

Um nosso colega, o Deputado Cid Carvalho, que está coordenando um trabalho sobre a destocagem, pois o tóco neste País é o grande inimigo da lavoura mecanizada, pela quase impossibilidade de se dispor do trator pesado. O trator de pneu fica muitas vezes parado e a gente a olhar para ele, enquanto a destocagem manual é qualquer coisa de muito sério e quase impossível de realizar.

Então, eu perguntaria a V. Ex.^a se o INDA ampliará sua atividade, para atendimento à mecanização, com companhias de insumo ou com patrulhas mecanizadas; enfim, qual será a orientação do INDA em face de pro-

blema tão sério e grave, quase impossível de solucionar com Cooperativas, sempre difíceis de organizar e fazer funcionar a contento, a não ser que se trate de Cooperativas já tradicionais e bem estruturadas.

A impressão que nos ficou, pelo depoimento de técnicos que aqui trataram do assunto, é de que o problema do trator de pneu também se agrava e que algumas fábricas se verão obrigadas a fechar, liquidar, de modo a que ficariam reduzidos no País a duas ou três fábricas. Não há saída para a produção desse tipo de trator e, se houvesse, a sua aplicação deveria correr paralelamente ao trabalho preliminar, de profundidade, realizado pelo trator pesado.

Pergunto: levaria o INDA sua presença às áreas rurais com patrulhas próprias? Fazendo um trabalho de assistência, com pagamento por hora, como se procede em Convênios com os Estados e com as companhias de insumos, sob supervisão da Autarquia? Qual seria a grande esperança que o INDA daria às áreas rurais, às áreas agrícolas do País, em matéria de mecanização pesada?

O Sr. Dix-Huit Rosado — Diria a V. Ex.^{as}, Sr. Relator, que na qualidade de Presidente do INDA e como pequeno agricultor, tenho sentido o problema na própria carne.

As máquinas pesadas — e V. Ex.^a já tratou detidamente da situação — são aos preços correntes no mercado quase inatingíveis pelo agricultor comum; mesmo as companhias terão dificuldades em delas dispor. Possuímos atualmente algumas patrulhas mecanizadas, que funcionam à base do serviço-hora, à base do hectare trabalhado e até com um sistema revolucionário, como acontece nos cerrados de Minas Gerais, onde estamos realizando o destocamento quase cinematograficamente, pela utilização de dois tratores pesados ligados a uma corrente do tipo utilizado em navios; com grande ou pequena velocidade os dois tratores se deslocam na mesma direção.

Pode-se assim, desmatar inclusive as áreas de maior riqueza em madeira. Um hectare é desmatado em 5, 10 minutos, tempo que, no entanto, não pode constituir uma média, por-

que temos de considerar também o tempo necessário a cada ligação da corrente. Os dois tratoristas servem-se de uma espécie de Morse, acelerando ou desacelerando o motor, a fim de manterem a igualdade de marcha.

Com as patrulhas temos contribuído para a construção de pequenos açudes no Rio Grande do Sul, os quais somam algumas centenas; pequenos é verdade, mas em condições de atender às necessidades do gado.

Agora encontra-se em desenvolvimento uma experiência no Oiapoc, onde precisávamos de um trator pesado. Se V. Ex.^{as} soubesse o quanto nos custou em Manaus, na Zona Franca, avaliariam bem a grandeza do problema e desse modo as dificuldades deixariam as mãos do agricultor, e as soluções seriam transferidas ao próprio Governo da República. Tudo, Ex.^{as}, se resume em recursos, recursos em larga escala, em técnica e técnicos, de modo que a produção ou a importação de tratores pesados seja mais acessível.

Se V. Ex.^{as} voltarem por um instante comigo ao ano de 1951, eu me permitiria lembrar que o eminente Senador João Cleofas fez o Ministério da Agricultura vender tratores Hanomag, de boa qualidade, mas inferiores ao Caterpillar, mas capazes de trabalhar até 10.000 horas com pequenos reparos. Um trator custava 240.000 cruzeiros velhos e um Ford, custava 40, 50 mil cruzeiros antigos.

Lembram-se por certe V. Ex.^{as} que um operário àquele tempo ganhava 20 mil reis por dia. Isto significa que bastavam 10.000 dias de trabalho de um simples operário para pagar um trator. Hoje, mesmo levando em consideração salários mais elevados viventes no Sul do País, e não os salários minguados do Nordeste; na base de um cruzeiro novo e cinqüenta centavos por dia, quantos milhares de trabalho/dia, não só do operário, como de toda sua família, seriam necessários para comprar um simples trator na Zona Franca, no montante de 200 milhões de cruzeiros velhos?

Em verdade um grande esforço há que ser feito no sentido de produzir e adquirir máquinas e implementos destinados à mecanização de nossa agricultura. A noite, antes de vir para cá,

estive discutindo com meus assessores, a possibilidade de investimentos maiores e mais expressivos nesse setor, porque compreendemos, tanto quanto V. Ex.^{as}, a importância e a repercussão de uma aplicação mais generalizada mesmo de tratores menores, que no entanto — e infelizmente — ficam carregando água ou coisas sem maior valor, quando deveriam estar trabalhando, cultivando e gradeando a terra.

Mas é de nossa disposição e continuamos programando, dentro das limitações de nossos recursos, projetos de mecanização e de importação de tratores pesados, cuja importância e significação compreendemos perfeitamente.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Presidente, meu tempo é curto. Apenas quero terminar minha rápida intervenção, pelo comêço da exposição do Sr. Senador Dix-Huit Rosado, quando tratou do problema da Amazônia e, principalmente, de sua colonização.

A grande resposta que o Brasil podia, deveria e deve continuar a dar é que nós próprios, os brasileiros, havemos de garantir a colonização, prevenindo-nos, no que pese a coragem dos grupos estrangeiros e quanto à cobiça de outras potências, lembrando-nos sempre do que ocorreu ao tempo de Arthur Bernardes, quando da ameaça que pesou sobre a Hiléia Amazônica.

Todos devem estar lembrados que ao velho Bernardes cabe a honra de ter liderado, neste País, a campanha sobre a ameaça que pesava sobre aquela imensa área, a qual nos colonizou, nestes últimos meses, em posição diferente do Senado; mas quero congratular-me com V. Ex.^a pela maneira patriótica, pela resposta efetiva e pelo entrosamento do INDA com as Forças Armadas para a urgente colonização da região amazônica. E se nada fizesse V. Ex.^a em outras áreas do Brasil, para só se dedicar a essa atividade, já se justificariam meus louvores, que espero, servirão de incentivo à patriótica atuação de V. Ex.^a na direção do INDA.

Era a intervenção que desejava fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O Sr. Senador Aurélio Vianna — Pergunto se o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário é órgão de execução ou de planejamento da política de desenvolvimento agrário brasileiro, e se age em coordenação com o Ministério da Agricultura, com o Ministério do Interior, com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, com a SUDENE, com a SUDAM etc?

A pergunta tem sua razão de ser pela exposição que ouvimos sobre o papel do INDA e suas atividades, que são múltiplas. Abarca quase toda a vida no que diz respeito à agricultura brasileira; vai desde o campo de instrução da criança e do jovem, da alfabetização da criança, passando pelo da saúde, até o da eletrificação, até o campo da adubação, até o de mecanização da lavoura. E não se sabe bem se há um planejamento e se os planos estão sendo realizados em virtude desse planejamento, que abarca os diversos setores que tratam do mesmo assunto. Há uma política agrária no Brasil, a cuja política estão subordinadas aquelas entidades a que me referi e inclusive esta, de grande importância para o desenvolvimento agrário brasileiro.

Esta é a primeira pergunta.

O Sr. Dix-Huit Rosado — A Lei nº 4.504, no seu art. 74, dispõe:

“É criado, para atender às atividades atribuídas por esta lei no Ministério da Agricultura, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário.”

Quanto à execução, ao planejamento, à coordenação, à integração com outros Ministérios, ela é da nossa vivência cotidiana. Órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, recebemos daquele Ministério as recomendações, a filosofia, muitos dos seus próprios planos para execução. Mais ainda, como um órgão especializado, com flexibilidade, para o qual foi criado, espero explanar nesta noite; amanhã,

tratarei da parte executiva e, à tarde, falarei dos programas.

Seria difícil a autonomia financeira e administrativa sem que se exigisse, também, uma resposta pronta no campo das atividades. Articulamos com o Ministério do Interior, com a SUDENE. Estudamos com subsidiários da SUDENE, como a CERNE, a eletrificação rural. Estamos contribuindo com nossos recursos para que a SUDAM realize seus planos. Estamos, através das Secretarias dos Estados, cooperando com recursos que temos arrecadado, com o escopo, sempre, em dar caráter prático aos trabalhos.

Temos contribuído, o máximo possível, para a instalação inicial de quase vinte concessionárias brasileiras de eletrificação rural para elaborarem os projetos que nos permitem a execução pronta de pelo menos uma parcela dos programas e a apresentação de uma solicitação, em bases concretas, às agências internacionais de empréstimos necessários.

Acredito, assim, ter atendido ao que me pergunta nesse particular o eminente Senador. E mais ainda, há uma disposição natural de minha parte, de alta responsabilidade, do próprio Ministério e da Autarquia, de encontrar, de somar um trabalho de educação nacional, atendendo à recomendação repetida várias vezes pelo Sr. Presidente da República.

E é nessa missão que iremos nos reunir no Ceará, com toda esta equipe, para planejarmos a realização de um trabalho integrado, somando tantos e tantos esforços, para que possamos colher os resultados que todos os brasileiros desejam colher.

O Sr. Senador Aurélio Vianna — Nós, no setor do planejamento, não conhecemos o planejamento da política agrária brasileira. Tanto que nós ouvimos, uma vez e outra, a seguinte reclamação: a SUDENE trata da eletrificação do Nordeste e despeja verbas vultosas no Nordeste; também o INDA. A SUDAM trata do desenvolvimento da Amazônia; também o INDA; também o Ministério do Interior, que tem verbas especiais e vul-

tosas para atender ao desenvolvimento agrícola no País e de outros setores, afetos a outros Ministérios e outras organizações.

O Estado de São Paulo recebe verbas vultosas do INDA, mas o Estado de São Paulo contribui com 80% da renda para o fim específico do desenvolvimento do País, e tem o seu orçamento interno maior que todos os outros Estados reunidos.

O INDA, até hoje, atendeu a 30.000 fazendas e já temos o cadastro de cerca de 4.000.000 no Brasil. Isso em 3 anos e meio. Nesse ritmo levará 400 anos para atender as 4.000.000.

Em síntese, eu perguntei se havia um planejamento, não para criticar o INDA, mas estou verificando que o INDA está procurando atender, com os parcos recursos de que dispõe, ao Brasil inteiro e eu não sei se iremos alcançar o fim a que nos propomos, num curto espaço de tempo, num mundo que tem exigências que não podemos ignorar.

Quero referir-me ao Japão porque, mais de uma vez, agora, ouvimos lá que o Brasil tem área para manter uma população de 900.000.000 de indivíduos e só tem 90.000.000.

O Japão possui, hoje, 100 milhões de habitantes. Essa referência ouvimos diversas vezes: queremos fazer e não podemos, ou podemos fazer e não queremos.

A impressão que tenho é a de que as respostas satisfazem.

Em segundo lugar, gostaria de, amanhã, em virtude desse nosso debate, que nos mande a documentação necessária quanto ao planejamento feito, que integra todos esses órgãos que trabalham para o mesmo fim, para que não haja, na execução desse plano, regiões muito beneficiadas e que não precisam tanto, enquanto outras mais necessitadas sejam desprezadas, sob pretexto de ampliação da área imensa do País.

Repto, não estou fazendo crítica ao INDA, porque é comum nesse debate, mas é um elogio de corpo presente, o qual tem sua razão de ser.

O Presidente do INDA tem conhecimento profundo da realidade nacional. Esta pergunta tem razão de ser, para situar-se, no futuro ou no presente, a responsabilidade de cada qual. Acredito que, na sabatina, V. Ex.^a se saiu muito bem.

O Sr. Dix-Huit Rosado — Queria prestar um esclarecimento sobre a eletrificação rural; se conservarmos o mesmo ritmo de realização, podermos avançar muitos anos, mas a verdade é que há uma imensa tarefa diante do País nesse setor. Para o planejamento, temos recebido contribuições das mais valiosas, aproximadamente de 20 concessionárias, tais como a ERMIG, COPEG, CELG, SAELPA, CELPE, COELBA etc, que cooperam conosco na técnica da utilização energética. Todos os países adiantados, como é o caso dos Estados Unidos da América iniciaram desde muito tempo um largo vôo nesse sentido, no qual há que citar a Tennessee Valley Authority. A França, a Nova Zelândia, a Austrália e a própria União Soviética progrediram muito nesse setor; felizmente estamos no Brasil nos preocupando devidamente, como já disse, com a eletrificação rural. Outro aspecto que V. Ex.^a abordou coincide com uma palestra que tive, em maio de 1958, com o líder comunista Mao Tsé Tung, quando ele nos fez através de intérprete a seguinte pergunta: que fizem os Srs. da Amazônia? Ele mesmo tinha a resposta, e de outra vez que visitei a China Continental encontrei a mesma expansão demográfica e a ansiedade internacional em conhecer os grandes segredos territoriais da Amazônia. E dai meu pronunciamento de que não desejamos ser salmão defumado do Norte, nem caviar, nem pato laqueado de Pequim, num banquete internacional de interesses territoriais.

O Sr. Senador Aurélio Vianna — Então, para melhor compreensão, como classificamos o Ministro Andreaz-

za, nacionalista-nativista, para evitar qualquer suspeita.

Mais ou menos essas interrogações, ouvimos inclusive de um candidato a presidente dos Estados Unidos. Perguntou:

Mas, em síntese, é outra a questão.

O nobre Deputado Breno da Silveira fez uma inquirição que considerei de grande importância. E achei a resposta plenamente satisfatória, porque, se perguntarmos, agora, qual o resultado efetivo, estatisticamente falando, da política realizada no campo do aumento da produção agrícola — quando digo agrícola, ai, é agropecuária — para efeito da satisfação das necessidades do nosso povo e de outras áreas que têm fome de proteinas, eu sei, mais ou menos, qual a resposta, mesmo porque o prazo de atividades do órgão é curto.

Estamos plantando para o futuro.

Quando fiz a primeira pergunta — e aqui termino então — é realmente porque na minha cabeça se vem formando alguma coisa. O INDA deveria ser, na verdade, o órgão de execução de uma política de desenvolvimento agrário neste País. Deveríamos como que fundir essa imensidão de verbas que estão dispersas; deveria haver fiscalização dos ministérios encarregados, do Poder Legislativo, para que um grupo de técnicos, à frente deles políticos que compreendessem a política agrária para o desenvolvimento agrário do País, pudesse executar essa política planejada.

O tempo é curto e eu me dou por satisfeito em ter ouvido V. S.^a Tinha várias perguntas a formular, mas não as formularei, porque espero que esta Comissão venha a desincumbir-se desta missão importantíssima.

Todos nós temos viajado e observado o que ocorre pelo mundo. Regressei, agora, da minha última viagem, e posso afirmar que todo o mundo desenvolvido coloca, em primeiro lugar, nos problemas que espera resolver, aquela referente às proteinas animais e vegetais. A alimentação é a meta prioritária, em todos os países subdesenvolvidos, e a inquietação dos subdesenvolvidos está aí.

E mais, todos perguntam por que o Brasil, podendo abastecer grande parte do mundo, não tem como se abastecer a si mesmo.

É um desafio que nos lançam, e um desafio com olhos de quem deseja ocupar aquele lugar que eles acham que não estamos ocupando. Se não temos capacidade para atuar e desenvolver, por que outros não o fazem, num mundo que tem excesso de população e carência de alimentos?

Assim, nobre Senador Dix-Huit Rosado, continue nessa sua política. Enquanto estiver no campo certo, que esperamos seja o mesmo até o fim, tenho a impressão de que não haverá oposição nem Governo a observá-lo, mas Deputados e Senadores a colaborarem para o desenvolvimento e grandeza do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

O SR. SENADOR ATTILIO FONTANA — Sr. Presidente do INDA, ouvimos de V. Exa. explanação das atividades do INDA que, de certo modo, satisfazem.

Desejariamos focalizar certos setores que nos parecem de maior importância, para o verdadeiro desenvolvimento do setor agrário no País.

Como bem disse o nobre Senador Aurélio Vianna, o problema da alimentação, e especialmente, das proteinas, é um problema mundial, e o Brasil poderia se tornar um grande produtor de proteinas animais e vegetais, porque temos boas condições para tanto.

Como homens verdadeiramente da agricultura, porque desde a mais tenra infância trabalhamos na lavoura à qual continuamos, ainda agora, intimamente ligados, produzindo e assistindo, acompanhando os lavradores, inclusive mantendo um Departamento de Fomento à Agropecuária dentro de nossa atividade empresarial, sentimos que o grande problema, ao lado da eletrificação rural, que V. Exa. nos esclareceu e sabemos, de antemão, de fato, da contribuição que o INDA está dando inclusivamente em nosso Estado de Santa Catarina, que temos a honra de representar, é o

problema dos corretivos, dos calcários e dos fertilizantes.

Esses produtos chegam raramente às mãos dos lavradores com suas terras, no Sul do País, já exauridas e a preços elevadíssimos. Desejariamos que V. Exa., na qualidade de Presidente do INDA, procurasse tomar providências a fim de que o calcário chegassem aos lavradores em condições mais econômicas do que está chegando agora, bem como os fertilizantes.

Antes da criação da Rêde Ferroviária Federal S. A., o transporte do calcário pelas estradas de ferro do Sul do País ou de qualquer região era feito com 50% de abatimento. Hoje não o é mais, e a mesma coisa acontece com os fertilizantes. De sorte que são dois setores que nos parecem fundamentais para o desenvolvimento da produtividade agrária: que o transporte fosse restabelecido com o desconto de 50% e também tomadas providências no sentido de que o preço dos fertilizantes não seja tão elevado.

Pudemos verificar, ainda há poucos dias — e tivemos a oportunidade de nos pronunciar a respeito no Senado — que, enquanto nos países desenvolvidos, com um quilo de milho, se compra um quilo e trezentos gramas de fertilizantes de boa qualidade, no Brasil só se compram quinhentos e sessenta gramas. De maneira que nosso produtor não pode fazer milagre, e daí por que entendemos que o Governo, através do INDA, deveria fazer com que os preços fossem mais reduzidos. Ainda, ontem, tive oportunidade de me pronunciar, no Senado, sobre experiência feita em Santa Catarina, através do Clube 4-S (CARES), que é subsidiária da ABCAR, onde a produção média de milho por hectare era de 1.700 quilos e, depois de tratada, a terra, bem adubada e cultivada, a produção foi superior a 9.000 quilos, quer dizer, conseguiu-se um rendimento X cinco vezes maior do que a mesma terra sem adubação. Por isso, é meu ponto de vista que, se oferecessemos aos nossos lavradores corretivos, que são os calcários e fertilizantes a preço mais acessível, dando-lhes, ao mesmo tempo, melhor assistência técnica, poderíamos, pelo menos, ver triplicando o rendimento de nossas lavouras,

e, consequentemente, em muito barateado o custo da nossa produção.

Evidentemente, esse é um ponto que desejei comentar para que V. Exa. nos pudesse dizer algo sobre esse aspecto. Agora, a outra parte: V. Exa. se referiu aos financiamentos às Cooperativas para aquisição de equipamento, maquinaria etc...

Desejaria, então, saber de V. Exa. de que maneira poderíamos conseguir que as Cooperativas agrárias pudessem receber esses benefícios que, para nós, são fundamentais, porque o trabalho manual nunca pode dar um rendimento como o da lavoura mecanizada.

Essa é a outra pergunta, que consideramos importante, e que faço a V. Exa.

O SR. DIX-HUIT ROSADO — Ilustre Senador Atílio Fontana, para não tornar a resposta tão complexa, passarei a responder cada pergunta de per si, e, se V. Ex.º permitir, explicarei rapidamente a nossa ação.

Já na primeira parte de minha exposição indiquei o nosso trabalho no campo dos corretivos, principalmente naquelas áreas onde a necessidade era mais aguda. Mas, apesar de não dispormos de recursos vultosos que permitiam o desdobramento de vários campos, porque geralmente o nosso elenco de problemas e de linha de trabalho, é muito grande e precisaria, talvez, de curso cem vezes maior, dada a grandeza continental de nosso País; várias unidades da Federação já receberam recursos nossos para montagem de moinhos de calcário.

Antes da reunião eu já explicara a V. Exa. — é bom que a pergunta de V. Exa. se faça no Plenário para que a resposta possa ser também do conhecimento dos eminentes Senadores e Deputados — que no campo do fertilizante há áreas do Governo já cuidando desse problema. Mas nós não nos cansamos de debater esse assunto e tratar dele com presteza. E dentro dos pequenos recursos disponíveis estamos colaborando com a CAMIG, no sentido da produção de fertilizantes de Araxá, para levá-lo às Cooperativas dos Estados mais próximos ou mais distantes, através

de financiamento, como nossa contribuição às Cooperativas e do serviço de material de revenda.

Já todas as Cooperativas do País foram consultadas por nós, pelo nosso Departamento de Desenvolvimento Rural, sob a direção do nosso eminente colega e companheiro Dr. Virgílio Galassi.

É pena que a grande maioria não tenha respondido ao nosso apelo, talvez até por descrença no trabalho. Mas muitos dos setores do País, que têm recebido os nossos apelos, já estão respondendo ao nosso pedido de colaboração. E podíamos acrescentar, por exemplo, na questão das patrulhas mecanizadas, que com a patrulha que trabalhou em Ceres, o INDA produziu, este ano, aproximadamente, 160 mil sacas de arroz, o que veio justificar toda nossa orientação de pensamento. Srs. Senadores, Srs. Deputados, mostrando-nos que o equipamento e a mecanização podem permitir à Nação a grande arrancada para o futuro! Não é só de conservarmos as atividades dos labores do campo, onde se localiza mais de 60% de nossa população. Em outros países diminui o número de trabalhadores, aumenta a produtividade, graças ao emprégo da tecnologia moderna, da mecanização com o emprégo de grandes e variadas máquinas de produção e de colheita.

As Cooperativas que atuam em cada área receberão, naturalmente, o apoio que desejaríamos desdobrado e crescente, principalmente se o Senado da República nos concedesse essa oportunidade, através de verba expressiva, pois quero dizer a V. Exas. que no planejamento para este ano apenas consignou o Orçamento NCr\$ 24.000.000,00, dos quais uma grande parte entrou no plano de contensão.

Neste momento desejaria ainda prestar uma homenagem à indústria nacional que colabora conosco, recolhendo suas taxas, contribuição que permite, sem contrapesarmos, o Orçamento da República, a realização de trabalhos que reconhecemos valiosos para o País. Existe um Estado, o Estado de São Paulo, que realmente tem recebido alguma coisa de nós, mas que em contrapartida tem con-

corrido com expressiva parcela de nosso Orçamento. E há um outro Estado que também merece citação neste momento, que tem recebido muito pouco, o Estado da Guanabara. Mas Estados há que não pagam ao INDA contribuição que dê para pagar nem mesmo o salário anual de um técnico.

O Sr. Senador Attilio Fontana — Nos Estados do Sul, inclusive em Santa Catarina, existem grandes reservas de terra calcária. Haveria possibilidade, através de acordo com cooperativas, Secretarias de Agricultura e o Governo do Estado, para a exploração desse calcário?

O Sr. Dix-Huit Rosado — Prestaria a V. Ex.^a um depoimento. Estive em contato com o Governador Ivo Silveira, para que, na segunda etapa de nosso programa, parcelássemos nossos recursos, a fim de que não se alegasse que estamos abandonando os trabalhos de cada um.

Seria mais interessante uma contribuição mais larga na eletrificação rural e V. Ex.^a, por certo, tem visto centenas de quilômetros eletrificados fornecidos pelo Instituto em Santa Catarina.

O Senador Atílio Fontana — Nesse setor, havendo energia elétrica, é possível movimentar os moinhos de calcário.

Obrigado. Estou satisfeito.

O Sr. Deputado João Mendes — Quais os planos do INDA a respeito de eletrificação rural no Distrito Federal?

O Sr. Dix-Huit Rosado — Não é da alçada do INDA a eletrificação rural no Distrito Federal. É uma pena, porque gostaríamos de estar aqui também. Mas podemos chegar a qualquer hora.

O Sr. Senador Alvaro Catão — (Pergunta inteiramente inaudível.) —

O Sr. Dix-Huit Rosado — Estamos fazendo, através de institutos de pesquisas, convênios no sentido de facilitar essas análises. Mas a verdade é que extrapola da nossa capacidade financeira um levantamento dessa expressão. Mas já há alguma coisa,

principalmente no campo da aeroftogrametria, que tem sido um elemento de grande importância no desenvolvimento e na apreciação do solo. A aeroftogrametria é uma pesquisa tridimensional e já dá uma contribuição larga, não só no campo da agronomia, como da geologia e da mineralogia, o que é sem dúvida um largo passo à frente.

Existem no Brasil alguns mapas, que não são, vamos dizer, preparados com um critério de zoneamento, mas com um caráter dos mais amplos. Não abrangem regiões determinadas ou micro-regiões. Mas o Governo e o próprio INDA têm financiado serviços dessa natureza, em colaboração com a Aeronáutica, fornecendo simplesmente os materiais necessários. Temos recebido da Aeronáutica uma contribuição das mais valiosas. Temos no Instituto um setor altamente especializado nesse sentido, com um técnico capacitado, inclusive com cursos no estrangeiro. Todos os dias tenho oportunidade, pela minha curiosidade, de ver o progresso dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Com a palavra o Deputado Armindo Mastrocolla.

O Sr. Deputado Armindo Mastrocolla — Dr. Dix-Huit Rosado, Presidente do INDA, ficamos impressionados com esse sexto sentido objetivo que V. Ex.^a tem dado à condução das atribuições desse organismo. Achamos que de tudo isso resulta grande benefício para nossa terra, para nossa Pátria, como seja, o de melhorar a mentalidade das populações que vivem em áreas distantes dos centros mais adiantados, mais civilizados.

Entendemos que ainda existem os grandes pontos de estrangulamento, que fazem com que a produção sofra uma estagnação: as deficiências de transporte, a disparidade entre o preço da produção agrícola e a industrial, quando vemos que nosso produto agrícola obedece a uma comercialização nos preços internacionais e nossa produção industrial segue seu ritmo de comercialização dentro do preço do

custo operacional, mais aqueles lucros que devem ser obtidos, e com a sobrecarga fiscal que observamos.

Assim é que um trator, que dissemos estar fora, naturalmente, das condições do pequeno lavrador, paga em torno de 54% de imposto e as peças de reposição pagam também esse mesmo imposto, tornando a situação intangível.

Nestas condições, ao lado do problema educacional, de alteração da mentalidade de nossa gente, acredito seja muito interessante para o País se estabelecer a infra-estrutura para seu desenvolvimento.

Vimos o que ocorreu no Sul de Mato Grosso, vimos o que ocorreu no Norte do Paraná, vimos o que ocorreu em São Paulo. Vimos todas aquelas áreas que oferecem condições, promovendo a imigração interna no País; vimos o que representa o nordestino e o nordestino na área do Paraná, de São Paulo e de todos aqueles Estados que oferecem condições de desenvolvimento.

Assim, eu não faria propriamente uma pergunta, mas daria ênfase a esse trabalho operoso de V. Ex.^a, que se está realizando e alterando, naturalmente, a mentalidade do nosso povo, educando a nossa gente para o trabalho e fazendo com que essa nossa gente se sinta bem no trabalho e não encare isso como uma humilhação, algo degradante, como tem ocorrido, e vem ocorrendo, em certas áreas deste grande País.

O que se transluziu de suas palavras satisfaz-nos plenamente, Sr. Senador Dix-Huit Rosado. Seu trabalho, porque dinâmico e objetivo, ficará, tenho certeza, gravado na História evolutiva de nossa Pátria. Muito obrigado.

O Sr. Dix-Huit Rosado — Agradeço, sensibilizado, suas generosas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Deputado Marcílio Lima.

O Sr. Deputado Marcílio Lima — Sr. Presidente, desejaría saber do nosso eminente convidado se há plano de eletrificação rural para Mato Grosso, e se o INDA já assinou algum convênio também para o nosso Estado.

O Sr. Dix-Huit Rosado — Temos um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros já pagos, e a nossa equipe vistoriou o material que foi adquirido. Dos dois bilhões de cruzeiros velhos, foram pagos um bilhão e mais uma parcela de cem mil cruzeiros.

O Sr. Deputado Marcílio Lima — Quando foi assinado esse Convênio?

O Sr. Dix-Huit Rosado — O Convênio foi assinado em 1967.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — A linha era para eletrificar Dourados ou Campo Grande?

O Sr. Dix-Huit Rosado — Posso afirmar imediatamente a V. Ex.^a

Eletrificação Rural — O Convênio de eletrificação rural, feito com o Governo de Mato Grosso, dá certa facilidade no sentido do deslocamento das zonas de preferência. A minha equipe fiscalizadora já se deslocou para essa região com o sentido de fazer o levantamento detalhado dos materiais que foram adquiridos, para que, depois da sua utilização, pudéssemos atender ao compromisso que assumimos de parcelar o restante dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — A eletrificação é rural?

O Sr. Dix-Huit Rosado — A eletrificação é exclusivamente rural, porque atendemos às comunidades rurais com o máximo de mil e quinhentos habitantes e aproveitamos sempre as fontes energéticas existentes e vamos até 13.8 Kv.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Sr. Senador Dix-Huit Rosado, V. Ex.^a começou dizendo que o debate empolga a todos e é aproveitando a sua palavra tão bonita que também vou defender a minha terra, o Estado de Mato Grosso.

V. Ex.^a fez uma belíssima exposição da planificação do trabalho do INDA em quase todo o Brasil e o meu pobre Mato Grosso recebeu muito pouco. Mato Grosso é, por assim dizer, a imigração da civilização de São Paulo e Mato Grosso tem

recebido, até hoje, muito pouco, permita V. Ex.^a que diga isto.

A Colônia de Dourados, por exemplo, quando fui Governador, entreguei, pessoalmente, cerca de quatro mil títulos aos colonos e ainda não foi feito o que faltava, a entrega e a divisão mesmo da margem esquerda do Rio Dourados, a ser dividida. Já dei-lhe o meu Estado há dois anos e até agora a Colônia ainda não teve a sua emancipação.

O Sr. Dix-Huit Rosado — Se V. Ex.^a permitir, acompanharei o seu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Quero que V. Ex.^a receba a minha palavra como uma colaboração, não fugindo da minha admiração ao trabalho que V. Ex.^a realiza, mas quero que as atividades, esse grande trabalho, sejam devidamente voltadas também para Mato Grosso.

O Sr. Dix-Huit Rosado — Em Mato Grosso, nosso trabalho é mais ou menos a repetição do que fizemos em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Mas ainda não está sendo feito.

O Sr. Dix-Huit Rosado — Os recursos, porém, estão lá, e os gastos materiais estão sendo levantados pela minha equipe de técnicos, porque temos responsabilidade de continuar o financiamento. E como fazemos em Mato Grosso, assim faremos em qualquer parte de nosso território, com a minha fiscalização pessoal em várias regiões do Brasil. Começamos com o homem, descobrindo-lhe o caráter, a fim de que o dinheiro da Nação, que é o dinheiro do povo, possa ser utilizado correta e honestamente. Esse cuidado é natural. Se V. Ex.^a observar os nossos planos de serviços para Mato Grosso, ficará admirado. Aqui temos 5 milhões e 20 mil cruzeiros novos, do Convênio, com os recursos disponíveis na hora em que os trabalhos começarem a ser executados. Essa contribuição é, talvez, vinte vezes superior à contribuição que Mato Grosso dá ao INDA.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Não discuto esse ponto. Acho que Mato Grosso é, atualmente, talvez tanto quanto Minas Gerais, o Estado mais promissor para a agricultura e, sobretudo, para a pecuária do Brasil, e que já se constitui no segundo rebanho do País. Quero acentuar mais uma vez que, até hoje, o que temos recebido é muito pouco apoio e estamos nos desenvolvendo quase que às nossas próprias custas.

Não vai nisso nenhum outro intuito — e peço ao nobre colega, porque ainda o consideramos, Dix-Huit Rosado, um Senador que voltará para cá na certa — que não o de colaboração, de chamar a atenção de V. Ex.^a, pedir que olhe com bons olhos, com melhores olhos, o meu Mato Grosso.

O Sr. Dix-Huit Rosado — No campo da colaboração e emancipação dos colonos, temos feito esforços superiores a tudo que foi feito no passado, porque é da minha preocupação permanente — e se V. Ex.^a tivesse escutado alguns minutos antes da minha vinda, veria que eu, reunindo os meus técnicos, estava novamente reclamando e repetindo como um refrão, esse apelo e recomendação de que, se não emanciparmos, se não titularmos, nada teremos feito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Mas eu, no meu Governo, dei de graça, gratuitamente, sem lei nenhuma, 4.000 títulos a todos os colonos, da colônia da margem esquerda do rio, assim como fiz diversas colônias no Estado. Nunca o Estado cobrou, dava a terra demarcada, com o título devidamente legalizado pela Secretaria competente.

O Sr. Dix-Huit Rosado — Repetindo esse exemplo, o INDA está fazendo o mesmo em Santa Catarina, no Piauí, em Pernambuco; está tentando fazê-lo no Ceará. Em Santa Catarina, o IRASO, tem dado realmente uma resposta positiva à nossa contribuição. Como primeira parcela, só para titulação de Itapuã, contribuimos com cinqüenta milhões de cruzeiros, para pagamento de des-

pesas com Cartório, para pagamento de topógrafos etc.

Estamos fazendo já no nosso núcleo colonial de Dourados...

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Porque o colono sem o título não tira dinheiro no Banco, para o financiamento de que precisa. A Carteira Agrícola do Banco do Brasil só financia o colono que tem seu título de propriedade.

O Sr. Senador Aurélio Vianna — É culpa do INDA se o colono de Mato Grosso não tem o título de suas terras?

O Sr. Dix-Huit Rosado — Um pouco pode ser. Porque para o título é preciso fazer o levantamento topográfico, os loteamentos. Nós temos núcleos que são nossos de fato, mas não de direito, de vez não temos força jurídica para a transferência dos lotes. Então isso cria uma dificuldade, às vezes, quase invencível. Mas, o núcleo de Dourados, que tem 197.113 hectares, está em franca marcha para sua emancipação. É um trabalho difícil, Senador, V. Ex.^a o sabe melhor do que eu porque conhece bem o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Para aumentar as verbas do INDA o Congresso não pode fazer nada; só o Executivo tem a iniciativa de projetos que aumentem despesas, tem essa prioridade, de modo que o Congresso não pode fazer nada.

V. Ex.^a que é Presidente de um órgão de grande prestígio consiga que o Presidente da República envie a proposta, e nós a aprovaremos gos-tosamente.

O Sr. Dix-Huit Rosado — Se V. Ex.^a me permitisse, eu lhe daria o caminho para essa colaboração. E o caminho está aberto; é a simpatia com que o Governo Federal, através de seu representante, é compreendido nesta Casa. A compreensão de seu trabalho, o aplauso, chegam ao Governo, que tem dado um respaldo grande ao nosso trabalho. Sem essa confiança do Presidente da República, creio, nem eu seria Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Quero fazer aqui, um reparo ao meu nobre amigo, Deputado Breno da Silveira: a explanação do Dr. Cantanhede, naturalmente, não é de um parlamentar; como o brilhante Senador Dix-Huit Rosado, não tem esse "savoir-faire", essa maneira de expressão simpática, que cativou a todos nós.

O Dr. Cantanhede é um técnico. Na verdade foi uma exposição muito bitolada, mas, pessoalmente, tenho algum reparo a fazer quanto às palavras muito duras de S. Ex.^a.

(O relator fala; falam membros da Comissão, a um só tempo. Impossível apanhamento taquigráfico).

O Sr. Dix-Huit Rosado — Houve um depoimento do Presidente do IBRA. Soubemos que se gasta de manutenção cerca de 30.000 cruzeiros novos.

O SR. DEPUTADO BRENDO DA SILVEIRA (Relator) — De maneira que temos tido depoimentos, Senhor Senador Dix-Huit Rosado, que nos empolgaram, inclusive aquêle do Dr. Ary Burger, Diretor do Banco Central, que nos deu 3 horas de verdadeiro incentivo, uma aula de patriotismo, de um homem que tem noção do cumprimento do dever. Tivemos aqui o depoimento do Dr. Nestor Jost, homem de uma autenticidade, do mano a mano, do terra-a-terra. Diante do que há de positivo, temos que exaltar e temos que ter a coragem, o desassombro de apontar também os lados negativos. Sou homem de oposição e faço muito com minha isenção em dar valor a quem merece, mas não perdão os erros. Eu me congratulo com os dados positivos que V. Ex.^a nos trouxe, como outros, porque, comparado com o que temos de negativo, representam uma esperança.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Quero comunicar à Comissão que atendendo ao pedido do Sr. Relator, designo sub-relatores os Srs. Dep. Luiz Braga, para agropecuária, Armindo Mastrocolla, agricultura e Geraldo Lemos, eletrificação rural. E quero dizer que no dia 28 o Sr. Belmiro Maciel, Presidente do Sindicato Rural de Campo Grande, do meu longínquo e esquecido Mato Grosso, virá depor perante esta Comissão; no

dia 29, o Sr. Presidente da Comissão do Vale do S. Francisco; dia 30, o Sr. Ciro Amaral Santos, Presidente da Frigo-Oeste, que é o Frigorífico de Campo Grande.

Invoca-se Mato Grosso, Mato Grosso está vindo a esta Comissão.

O Sr. Senador Aurélio Vianna — Seu Estado nunca foi esquecido pelo povo brasileiro, que já elegeu dois mato-grossenses Presidentes da República. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE — (Fernando Corrêa) — A terra é boa. A terra é boa, mas sempre é esquecida.

(Encerra-se a reunião aos dez minutos do dia 22 de maio de 1968.)

(*) (Republicado por haver saído com incorreções no Diário do Congresso Nacional, Seção I, em 27 de julho de 1968 e, Seção II, em 27 de julho de 1968.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ATA DA 28.^a REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 6 DE AGOSTO DE 1968

As 10 horas do dia 6 de agosto de 1968, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Aloysio de Carvalho, Vice-Presidente no exercício da presidência, presentes os Srs. Senadores Carlos Lindenberg, Petrônio Portella, Clodomir Millet, Josphat Marinho, Antônio Carlos, Nogueira da Gama, Bezerra Neto e Arge-miro Figueiredo, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Milton Campos, Wilson Gonçalves, Eurico Rezende, Edmundo Levi e Antônio Balbino.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Com a palavra, o Sr. Senador Bezerra Neto relata os seguintes Projetos: pela tramitação do Projeto de Lei do Senado n.º 68/68 — Obriga os Quartéis do Exército, as Bases da Aeronáutica e os navios de guerra da

Marinha do Brasil, a incluir, em seus cardápios, pelos menos dois pratos de peixes, moluscos ou crustáceos, por semana, bem como a servir um copo de vinho nacional aos soldados e marinheiros, solicitando, também, a audiência da Comissão de Saúde; pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado n.º 69/68 — Faculta a redução do índice de nacionalização do peso do trator; favorável ao Requerimento sem número do Sr. Senador Jefferson de Aguiar e outros Senadores, solicitando o pagamento de ajuda de custo pela convocação extraordinária iniciada a 25 de julho de 1966.

Submetidos à discussão e votação são os pareceres aprovados, votando com restrições o Senador Carlos Lindenberg o Projeto de Lei do Senado n.º 68/68 e com as declarações de voto dos Senadores, a seguir transcritas, quanto ao Requerimento sem número: Senador Clodomir Millet: voto a favor do requerimento porque a ajuda de custo que se reclama já foi paga aos Srs. Deputados. Não é possível adotar-se em cada Casa do Congresso procedimento diferente. Se a Câmara pagou ajuda de custo aos Deputados que atenderam à convocação, o Senado não se pode negar a efetuar o mesmo pagamento aos seus membros. Reservo-me, porém, o direito de examinar o assunto mais a fundo, a quando da apreciação de projeto alterando o Regimento em face da nova disposição constitucional que criou dois períodos de sessões, na mesma sessão legislativa. Senador Petrônio Portella: Sou contrário às conclusões do parecer, por entender que o Congressista não faz jus à ajuda de custo, quando convocado para sessões no mês de julho, pois o período legislativo vai de março a novembro. Senador Josaphat Marinho: Com o parecer, acentuando: 1.º) que o Regimento Interno não distingue entre a convocação extraordinária efetuada no interregno de uma para outra sessão legislativa e a realizada no mês de julho; 2.º) que ao Congresso caberá disciplinar a matéria para estabelecer as discriminações convenientes quanto às convocações extraordinárias e a seus efeitos; 3.º) que o pagamento da ajuda de custo é devido somente aos parlamentares que hajam comparecido às sessões e ob-

servadas as prescrições regimentais. Senador Argemiro Figueiredo: Voto pelo pagamento, uma vez que o considero devido no caso em discussão como em todo e qualquer em que houver convocação extraordinária do Congresso não incluída nas exceções que excluem o direito à ajuda de custo. Senador Nogueira da Gama: De acordo com os votos dos nobres Senadores Argemiro Figueiredo e Josaphat Marinho.

A seguir, o Senador Clodomir Millet lê seu parecer ao Projeto de Lei do Senado n.º 80/68 — Dispõe sobre a aplicação da multa prevista pelo art. 8.º do Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 15-7-65), concluindo pela constitucionalidade nos termos do substitutivo apresentado. O parecer é aprovado por unanimidade.

Prosseguindo os trabalhos, o Senador Josaphat Marinho apresenta parecer aos seguintes projetos: pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei do Senado n.º 22/58 — Autoriza o Poder Executivo a conceder às Cooperativas e Empresas de Pescadores e Armadores da Pesca Nacional, pelo prazo de cinco anos, facilidades cambiais ao custo de câmbio para a importação de barcos pesqueiros modernos; considerado constitucional e jurídico o Projeto de Lei do Senado n.º 66/68 — Torna obrigatória a colocação, bem como o uso, de cintos de segurança, nos veículos fabricados e em circulação no país; pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 67/68 — Dispõe sobre o uso de órgãos e partes de cadáver para finalidade terapêutica.

Submetidos à discussão e votação os pareceres são aprovados unanimemente.

O Senhor Presidente expõe à Comissão a necessidade de uma sessão extraordinária para apreciar dois projetos, cujos prazos estão a terminar. Assim sendo, é convocada uma reunião para as 17 horas de hoje.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretaria, a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ATA DA 29.ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 6 DE AGOSTO DE 1968

As 17 horas do dia 6 de agosto de 1968, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Aloysio de Carvalho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os Srs. Senadores Antônio Carlos, Carlos Lindenberg, Bezerra Neto, Meñezes Pimentel, Petrônio Portella e Josaphat Marinho, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Srs. Senadores Milton Campos, Eurico Rezende, Wilson Gonçalves, Clodomir Millet, Antônio Balbino e Edmundo Levi.

É aprovada a ata da reunião anterior.

O Sr. Senador Antônio Carlos passa a relatar os projetos a seguir enumerados: Mensagem n.º 385/68 do Sr. Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei n.º 352, de 17 de junho de 1968, que dispõe sobre o pagamento de débitos fiscais e dá outras providências, concluindo pela sua aprovação nos termos do Decreto Legislativo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Prosseguindo, o Sr. Senador Antônio Carlos, atendendo a consulta feita à Comissão de Constituição e Justiça de qual dos textos do Projeto de Lei da Câmara n.º 74/68 — Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei n.º 37, de 18-11-66, estendendo benefícios aduaneiros a cientistas e técnicos radicados no exterior que venham a exercer a sua profissão no Brasil, deve ser enviado à sanção, se o originário remetido pelo Poder Executivo ou se o Substitutivo aprovado pela Câmara, desde que o prazo para sua apreciação venceu sem que o Senado se manifestasse a respeito, conclui de que deve ser remetido à sanção o Substitutivo aprovado pela Câmara.

Os pareceres são aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

ATA DA 14.ª REUNIÃO, REALIZADA, EM 6 DE AGOSTO DE 1968

As dez horas do dia seis de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, Mem de Sá, João Cleofas, Adolpho Franco, Ney Braga, Aurélio Vianna, José Ermírio e Mário Martins, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo, na Sala das Comissões.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Paulo Torres, Antônio Carlos, Euríco Rezende e Carvalho Pinto.

É lida e sem debates aprovada a Ata da reunião anterior.

Dos projetos constantes da pauta, são relatados os seguintes:

— Pelo Senador José Ermírio

parecer favorável, com oito emendas, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 93, de 1968, que dá nova redação a dispositivos do Decreto-Lei n.º 245, de 28 de fevereiro de 1967, que transfor-

ma o Colégio Pedro II em autarquia e dá outras providências.

Em discussão, usam da palavra os Senhores Senadores Mem de Sá, Mário Martins, Aurélio Vianna, Ney Braga e Adolpho Franco.

Em votação é o parecer aprovado por unanimidade.

— Pelo Senador Ney Braga
parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 94, de 1968, que revigora o prazo estabelecido pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 148, de 8 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da vida rural, investidura das Associações Rurais, nas funções e prerrogativas do órgão sindical.

Em discussão e votação, a Comissão aprova o parecer.

— Pelo Senador Aurélio Vianna

parecer preliminar favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 104, de 1968, que aprova a Quarta Etapa do Plano-Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, para os anos de 1969, 1970, 1971, 1972, 1973 e dá outras providências.

Em discussão e votação é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânia Cavalcanti Melo Junior, Secretário da Comissão, a presente Ata que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ATA DA 5.ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 7 DE AGOSTO DE 1968

As 10 horas do dia 7 de agosto de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Atílio Fontana, presentes os Srs. Senadores João Cleofas, Adolpho Franco e Melo Braga, reúne-se a Comissão de Indústria e Comércio.

Deixam de comparecer os Srs. Senadores Domicio Gondim, Teotônio Vilela, Antônio Balbino e Nogueira da Gama.

É aprovada a Ata da reunião anterior.

Com a palavra, o Sr. Senador João Cleofas relata o Projeto de Lei do Senado n.º 30/68 — Dispõe sobre a instalação de fábricas de café solúvel, no País, com, pelo menos, 50% de capitais dos produtores de café verde, concluindo pela sua aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Submetido à discussão e votação é o parecer aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

MESA

Presidente: Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1.º-Vice-Presidente: Pedro Lindovico (MDB — GO)
 2.º-Vice-Presidente: Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1.º-Secretário: Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2.º-Secretário: Víctorino Freire (ARENA — MA)
 3.º-Secretário: Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4.º-Secretário: Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1.º-Suplente: Guido Mondin (ARENA — RS)
 2.º-Suplente: Vasconcelos Tôrres (ARENA — RJ)
 3.º-Suplente: Lino de Mattos (MDB — SP)
 4.º-Suplente: Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)
 Vice-Líderes
 Wilson Gonçalves (CE)
 Petrônio Portella (PI)
 Manoel Villaca (RN)
 Antônio Carlos (SC)

DO MDB.

Líder — Aurélio Vianna (GB)
 Vice-Líderes
 Arthur Virgílio (AM)
 Adalberto Sena (AC)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SÔBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Arnon de Melo	José Leite
Domicio Gondim	José Guiomard
Paulo Tôrres	Adolpho Franco
João Cleofas	Leandro Maciel
Teotônio Vilela	Aloysio de Carvalho

M.D.B.

Nogueira da Gama	José Ermírio
Josaphat Marinho	Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.
 Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Feliciano	Atílio Fontana
Ney Braga	Leandro Maciel
João Cleofas	Benedicto Valladares
Teotônio Vilela	Adolpho Franco
Milton Trindade	Sigefredo Pacheco

M.D.B.

José Ermírio	Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo	Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: terças-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO

ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES
 Ney Braga
 Antônio Carlos
 Mello Braga
 Arnon de Melo
 Atílio Fontana

SUPLENTES
 José Leite
 Euríco Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

M.D.B.

Aurélio Vianna
 Mário Martins
 Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
 Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES
 Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Euríco Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portella
 Carlos Lindenbergs

SUPLENTES
 Álvaro Maia
 Lobão da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnon de Melo
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolpho Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

M.D.B.

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edimundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.
 Reuniões: terças-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES
 José Feliciano
 Euríco Rezende
 Petrônio Portella
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaca
 Wilson Gonçalves

SUPLENTES
 Benedicto Valladares
 Mello Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolpho Franco

M.D.B.

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R/245.
 Reuniões: quintas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Atílio Fontana
Ney Braga

SUPLENTES

José Leite
João Cleofas
Duarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Tôrres
Adolpho Franco
Antônio Carlos

M.D.B.

Bezerra Neto
Edmundo Levi
Sebastião ArcherJosé Ermírio
Josaphat Marinho
Pessoa de QueirozSecretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.
Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel
Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Álvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

SUPLENTES

Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portella

M.D.B.

Adalberto Sena
Antônio BalbinoRuy Carneiro
Edmundo LeviSecretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.
Reuniões: quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E Povoamento

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Álvaro Maia

ARENA

TITULARES

Antônio Carlos
Moura Andrade
Milton Trindade
Álvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Tôrres

SUPLENTES

José Guiomard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portella
Manoel Villaça

M.D.B.

Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João AbrahãoAdalberto Sena
Antônio Balbino
José ErmírioSecretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores:

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente:

ARENA

TITULARES

.....
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaça
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

SUPLENTES

Lobão da Silveira
José Guiomard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Tôrres

M.D.B.

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José ErmírioOscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da GamaSecretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleofas
Teotônio VilelaJúlio Leite
José Cândido
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Mello Braga

M.D.B.

Antônio Balbino
Nogueira da GamaRuy Carneiro
Bezerra NetoReuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Petrônio Portela	Celso Ramos
Domicio Gondim	Milton Trindade
Atílio Fontana	José Leite
Mello Braga	Adolpho Franco
Júlio Leite	Duarte Filho

M.D.B.

Arthur Virgílio
Josaphat Marinho

Presidente: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Domicio Gondim	José Feliciano
José Leite	Mello Braga
Celso Ramos	José Guiomard
Paulo Tôrres	Benedicto Valladares
Carlos Lindenberg	Teotônio Vilela

M.D.B.

Josaphat Marinho
José Ermírio

Presidente: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SÉCAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Clodomir Millet	Teotônio Vilela
Manoel Villaça	José Leite
Arnon de Melo	Domicio Gondim
Duarte Filho	
Menezes Pimentel	Leandro Maciel

M.D.B.

Ruy Carneiro
Josaphat Marinho de Figueiredo

Presidente: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Wilson Goncalves	José Feliciano
Paulo Tôrres	João Cleofas
Antônio Carlos	Adolpho Franco
Carlos Lindenberg	Petrônio Portella
Mem de Sá	José Leite
Eurico Rezende	Ney Braga
Carvalho Pinto	Milton Campos
	Daniel Krieger
	M.D.B.
José Ermírio	Antônio Balbino
Aurélio Vianna	Arthur Virgílio
Mário Martins	Edmundo Levi

Secretário: Afrâncio Cavalcanti Mello Júnior — R/235.
Reuniões: quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Feliciano	Filinto Müller
Leandro Maciel	Mem de Sá
Antônio Carlos	Duarte Filho
Lobão da Silveira	Clodomir Millet
	M.D.B.
Nogueira da Gama	Edmundo Levi

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.
Reuniões: quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Benedicto Valladares	Wilson Gonçalves
Filinto Müller	José Guiomard
Aloysio de Carvalho	Carlos Lindenberg
Antônio Carlos	Adolpho Franco
Mem de Sá	Petrônio Portella
Ney Braga	José Leite
Milton Campos	Teotônio Vilela
Moura Andrade	Mello Braga
Fernando Corrêa	José Feliciano
Arnon de Melo	Clodomir Millet
José Cândido	Menezes Pimentel
	M.D.B.
Pessoa de Queiroz	Bezerra Neto
Mário Martins	João Abrahão
Aurélio Vianna	Josaphat Marinho
Oscar Passos	Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaça

ARENA

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaça
Clodomir Millet

SUPLENTES

Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

M.D.B.

Adalberto Sena
Sebastião ArcherNogueira da Gama
Ruy CarneiroSecretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 241.
Reuniões: terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

TITULARES

Paulo Tôrres
José Guiomard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTES

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domicio Gondim
Manoel Villaça
Mário Braga

M.D.B.

Oscar Passos
Mário MartinsArgemiro de Figueiredo
Sebastião ArcherSecretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Melo

ARENA

TITULARES

Eurico Rezende
Carlos Lindenbergs
Arnon de Melo
Paulo Tôrres
José Guiomard

SUPLENTES

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petrônio Portella
Leandro Maciel

M.D.B.

Ruy Carneiro
João AbrahãoAdalberto Sena
Pessoa de QueirozSecretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
Reuniões: terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA

TITULARES

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Domicio Gondim
João Cleofas

SUPLENTES

Paulo Tôrres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guiomard
Carlos Lindenbergs

M.D.B.

Sebastião Archer
Pessoa de QueirozMário Martins
Ruy CarneiroSecretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guiomard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA

TITULARES

José Guiomard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Álvaro Maia
Milton Trindade

SUPLENTES

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaça

M.D.B.

Edmundo Levi
Oscar PassosAdalberto Sena
Arthur VirgílioSecretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: quartas-feiras, às 15:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.